

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
GABINETE DO PREFEITO
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL

**MAPA DA INCLUSÃO E EXCLUSÃO SOCIAL
DE PORTO ALEGRE**

Edição revisada

PREFETURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**Prefeito Municipal** José Fogaça**Gabinete do Prefeito** Praça Montevideu, 10-Fone: 3289-3500
90010-140- Porto Alegre- RS
E-mail: prefeito@gp.prefpoa.com.br**Secretaria de Planejamento Municipal** Av. Borges de Medeiros, 2244/6ºandar-Fone: 3289-8600
E-mail: spm@spm.prefpoa.com.br**Secretário Municipal de Planejamento** Isaac Ainhorn**Consultoria** Prof. Dr. José Vicente Tavares dos Santos
UFRGS/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**Coordenação Técnica** Adriana Furtado – FASC
Beatriz Morem da Costa – SMDHSU
Carlos Eduardo Gomes Macedo – SMIC
Liane Rose R.G. Bayard N. Germano– SMED
Marco Antônio Macerata - SMS
Márcia Elizabeth Marinho da Silva – SMS
Tânia Regina Quintana Rodrigues – SPM
Valéria D.S. Bassani – GAPLAN**Colaboradores** Gorete Losada – GAPLAN
Márcia de Souza Medeiros - FASC
Secretaria do Meio Ambiente
Secretaria do Governo Municipal
Coordenação de GeoProcessamento
Denise Legendre L. Bettiol
Cláudio Golin da Costa
Ben-Hur Rafael Deporte Costa**Apoio** FAURGS
Impressão 500 exemplares

É permitida a reprodução dos textos e dos dados neles contidos, desde que citada a fonte.
Reproduções para fins comerciais são proibidas.

P853	<p>Porto Alegre. Prefeitura Municipal. Gabinete do Prefeito. Secretaria do Planejamento Municipal. Mapas da inclusão e exclusão social de Porto Alegre. Porto Alegre : Prefeitura Municipal de Porto Alegre/ Gabinete do Prefeito/ Secretaria do Planejamento Municipal, 2004.</p> <p>150p. Incl. tab.; mapas.</p> <p>1. Sociografia dos grupos segundo sua classe social. 2. Indicadores Sociais de Porto Alegre 3. Inclusão Social em Porto Alegre; 4. Exclusão Social em Porto Alegre; 5. Vulnerabilidade social; I. Autor II. Título</p> <p style="text-align: right;">CDU 308-058.5(816.5)</p>
------	---

Catálogo na publicação elaborada pela Equipe da Biblioteca da Secretaria Municipal de Educação
 Marcia Elisa Gonçalves Lopes CRB10/104 9
 Marta Rejane Leite Robaina CRB10/1073

APRESENTAÇÃO

Um dos grandes dilemas que desafiam a humanidade neste novo milênio é o crescimento da pobreza e da exclusão social, que colocam em risco a própria coesão da sociedade. Ainda que Porto Alegre possa ser considerada privilegiada em relação ao desenvolvimento humano e qualidade de vida que desfrutam os seus habitantes, quando comparada às demais capitais brasileiras, a existência da pobreza e da exclusão social não deixa de ser motivo de apreensão para os porto-alegrenses. Por isso, uma condição importante para o desenvolvimento de projetos que minorem o sofrimento experimentado por alguns segmentos sociais é dispor de informações relevantes ao planejamento, acompanhamento e avaliação dos impactos das políticas públicas e programas sociais, permitindo não só a mensuração dos problemas existentes como também a identificação de futuras necessidades.

O **Mapa da Inclusão e Exclusão Social de Porto Alegre**, construído por uma equipe multidisciplinar de técnicos da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, tem o objetivo de colocar à disposição da sociedade porto-alegrense um novo instrumento de avaliação da realidade local. A sua novidade é permitir que Porto Alegre lance um olhar para o seu interior, observando a qualidade de vida que desfrutam algumas regiões, mas também se conscientizando acerca da vulnerabilidade social que embarga o avanço de outras. Consiste, portanto, em um refinamento de análises anteriores que vêm sendo disponibilizadas anualmente pela Prefeitura de Porto Alegre, representando, no entanto, um salto de qualidade na difusão e democratização da informação social. Recorrendo a uma analogia, poderíamos imaginar-nos defronte a um quadro que estivemos observando em seu todo, apreendendo o conjunto, e passássemos então a procurar visualizar os múltiplos e variados detalhes que dão forma e cor àquela imagem. É exatamente isso que pretende oferecer o **Mapa da Inclusão e Exclusão de Porto Alegre**. Nesta sua versão inicial ele esboça a configuração da estrutura social das dezesseis regiões do Orçamento Participativo, pretendendo-se em breve complementá-lo com a observação também dos bairros de Porto Alegre.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADROS		
Quadro 1	Índice de Condições de Vida-POA	10
Quadro 2	Índice de Vulnerabilidade Social-POA	11
Quadro 3	Classificação das Regiões do Orçamento Participativo conforme Índice de Condições de Vida	37
Quadro 4	Classificação das Regiões do Orçamento Participativo conforme Índice de Vulnerabilidade Social	43
MAPAS		
ICV_POA00	Índice de Condições de Vida-POA	50
ICV_REN10	Renda	51
ICV_REN11	Renda Média dos Responsáveis pelos Domicílios em Salários Mínimos	52
ICV_REN1	Desigualdade de Renda	53
ICV_EDU20	Educação	54
ICV_EDU21	Taxa de Alfabetização	55
ICV_EDU22	Nº Médio de Anos de Estudo dos Responsáveis pelos Domicílios	56
ICV_EDU23	Percentual de Responsáveis pelos Domicílios com 11 Anos e Mais de Estudo	57
ICV_LON30	Longevidade	58
ICV_LON31	Taxa de Mortalidade Infantil	59
ICV_LON32	Índice de Envelhecimento	60
ICV_INF40	Infância e Adolescência	61
ICV_INF41	Taxa de Escolarização de Crianças de 4 a 6 Anos	62
ICV_INF42	Taxa de Escolarização de Crianças de 7 a 14 Anos	63
ICV_INF43	Taxa de Escolarização da População de 15 a 17 Anos	64
ICV_HAB50	Condições Habitacionais	65
ICV_HAB51	Percentual de Domicílios com Abastecimento de Água Adequado	66
ICV_HAB52	Percentual de Domicílios com Esgotamento Sanitário Adequado	67
ICV_HAB53	Percentual de Domicílios com Recolhimento de Lixo Adequado	68
IVS_POA00	Índice de Vulnerabilidade Social-POA	69
IVS_REN10	Renda	70
IVS_REN11	Percentual de Responsáveis pelos Domicílios sem Rendimentos	71
IVS_REN12	Percentual de Responsáveis pelos Domicílios com Rendimentos de até 1 Salário Mínimo	72
IVS_REN13	Percentual de Responsáveis pelos Domicílios com Rendimentos de até 2 Salários Mínimos	73
IVS_EDU20	Educação	74
IVS_EDU21	Percentual de Responsáveis pelos Domicílios Não Alfabetizados	75
IVS_EDU22	Percentual de Responsáveis pelos Domicílios com Menos de 4 Anos de Estudo	76
IVS_EDU23	Percentual de Responsáveis pelos Domicílios com Menos de 8 Anos de Estudo	77
IVS_LON30	Longevidade	78
IVS_LON31	Taxa de Mortalidade Infantil	79
IVS_LON32	Índice de Envelhecimento	80
IVS_VIJ40	Vulnerabilidade Infante-Juven	81
IVS_VIJ41	Percentual de Crianças e Adolescentes	82
IVS_VIJ42	Taxa de Homicídios	83
IVS_INF50	Desenvolvimento Infantil	84
IVS_INF51	Percentual de Nascidos Vivos de Mães com Menos de 8 Anos de Estudo	85
IVS_INF52	Percentual de Nascidos Vivos de Mães com Menos de 20 Anos	86
IVS_INF53	Percentual de Crianças de 0 a 6 Anos que Frequentam Escola	87
IVS_INF54	Percentual de Crianças de 7 a 14 Anos que Frequentam Escola	88
IVS_HAB60	Habitação	89
IVS_HAB61	Percentual de Domicílios em Aglomerados Subnormais	90
IVS-HAB62	Percentual de Domicílios em Situação de Irregularidade Fundiária	91
TABELAS		
Tabela 1	Percentagem da Renda Apropriada por Estratos da População, 1991 e 2000	08
Tabela 2	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal segundo Capitais Seleccionadas, 1991-2000	32
Tabela 3	Indicadores Demográficos de Capitais Seleccionadas, 1991-2000	32
Tabela 4	Regiões do Orçamento Participativo, composição por bairros, população, densidade demográfica, taxas de crescimento e participação no total da população	34

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO		03
INTRODUÇÃO		07
CAPÍTULO I	• CONCEITOS E INDICADORES	15
	• POBREZA, EXCLUSÃO E VULNERABILIDADE SOCIAL	15
	• ÍNDICES DE CONDIÇÕES DE VIDA E DE VULNERABILIDADE SOCIAL: INDICADORES	22
CAPÍTULO II	• ÍNDICE DE CONDIÇÕES DE VIDA DE PORTO ALEGRE	31
CAPÍTULO III	• ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL DE PORTO ALEGRE	43
CAPÍTULO IV	• CONCLUSÃO	47
MAPAS		49
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		93
ANEXO ESTATÍSTICO		95

INTRODUÇÃO

Os indicadores de desenvolvimento humano e condições de vida da cidade de Porto Alegre, nas avaliações realizadas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD em 1998 e 2003 (PNUD/IPEA, 1998; 2003), situaram-se em patamar elevado entre as grandes metrópoles brasileiras. No período 1991-2000, a taxa de mortalidade infantil da capital decresceu 14,5%, passando de 21,12 por mil nascidos vivos em 1991 para 18,06 por mil em 2000. Durante a década de 1990, a expectativa de vida dos porto-alegrenses aumentou em 1,61 anos, passando de 69,87 anos em 1991 para 71,48 anos em 2000, sendo esta similar a dos países de alta renda da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento-OCDE¹. A taxa de alfabetização de pessoas de 15 anos e mais, que já era considerada uma das mais elevadas entre as capitais brasileiras, aumentou de 95,1% em 1991 para 96,5% em 2000, correspondendo a de países considerados de alto desenvolvimento humano.

O acesso da população porto-alegrense aos serviços urbanos básicos é universalizado. O percentual de domicílios urbanos que contam com água encanada cresceu de 95,7% em 1991 para 97,8% em 2000; os que desfrutam de energia elétrica passaram de 97,0% em 1991 para 99,3% em 2000, ao passo que a coleta de lixo, que era um serviço disponibilizado a 97% dos domicílios em 1991, passou a abranger 99,3% das residências em 2000. No que se refere ao acesso a bens de consumo, 96,8% das famílias possuem geladeira; 97,8%, televisão; 68,4% têm telefone fixo e o computador está presente em 27,9% dos domicílios da cidade.

No período 1991-2000, a renda per capita média dos porto-alegrenses que era de R\$ 525,2 em 1991 passou a R\$ 709,9² em 2000, apresentando um crescimento de 35,2%. No entanto, a pobreza absoluta³ que atingia 11% das pessoas em 1991, aumentou 2,81% passando a 11,3% em 2000⁴, ao passo que a indigência⁵ que atingia 3,23% das pessoas em 1991, passou a 4,28% em 2000. O percentual de crianças em famílias em condição de pobreza passou de 18,46% em 1991 para 22,31%, enquanto as crianças em famílias em condição de indigência⁶ passaram de 5,91% em 1991 para 8,69% em 2000. A

¹ Nesses países a expectativa de vida ao nascer é de 71,5 anos, conforme o *Human Development Report 2003* da ONU.

² Valores em reais de agosto de 2000. Em salários mínimos, cujo valor era de R\$ 151,00 em agosto/2000, passou-se de 3,5 para 4,7 salários mínimos de renda média per capita no período em questão. Note-se que este valor é bem menor do que a renda média dos chefes de família que passou de 6,4 salários mínimos em 1991 para 9,93 salários mínimos em 2000.

³ Medida pelo percentual de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 75,50, equivalente à metade do salário mínimo vigente em agosto de 2000.

⁴ Em termos absolutos a estimativa é que 153.747 pessoas sejam pobres em Porto Alegre.

⁵ Medida pelo percentual de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 37,75, equivalente a 1/4 do salário mínimo vigente em agosto de 2000.

⁶ As famílias em situação de indigência representam um subconjunto das famílias pobres.

intensidade da pobreza aumentou de 39,24 em 1991 para 59,13 em 2000, ao passo que a indigência transitou de uma intensidade de 37,42 em 1991 para 42,99 em 2000. Ou seja, houve crescimento da pobreza na capital nos anos de 1990 e uma provável elevação nos anos subseqüentes, devido às persistentes dificuldades enfrentadas pelo país a partir de 2001. Além disso, o índice de Gini que mede a desigualdade de renda passou de 0,57 a 0,61⁷. Este crescimento da concentração de renda na cidade pode ser constatada na tabela a seguir.

Tabela 1: Percentagem da renda apropriada por estratos da população, 1991 e 2000

ESTRATOS DA POPULAÇÃO	1991 (%)	2000 (%)
20% MAIS POBRES	2,6	1,9
40% MAIS POBRES	8,7	7,0
60% MAIS POBRES	19,5	16,7
80% MAIS POBRES	39,7	36,0
20% MAIS RICOS*	60,3	64,0

Fonte: PNUD, *Atlas do Desenvolvimento Humano*, 2003

Nota: (*)Pessoas com renda média domiciliar de R\$ 3.781 ou mais em 2000

Como se constata na tabela 1 acima, no período 1991-2000, apenas os 20% mais ricos da população porto-alegrense ampliaram sua participação na renda da cidade. Todavia, deve-se chamar a atenção para o fato de que neste segmento encontram-se tanto os porto-alegrenses com renda extremamente elevada quanto aqueles com um padrão de vida de classe média.

Portanto, a observação apenas da qualidade de vida média da população tende a obscurecer os diferenciais existentes nas condições socioeconômicas das distintas camadas sociais, sabendo-se através das evidências empíricas apontadas por diversos estudos que essa situação tem uma incidência espacial. Determinados territórios das cidades são mais acentuadamente marcados pela pobreza e exclusão social, o que tem sido comprovado pelos Mapas de Exclusão/Inclusão Social realizados nas cidades de São Paulo (Sposati, 1996 *apud* Koga, 2003) e Belo Horizonte (PMBH, 1999) e os estudos socioespaciais sobre desenvolvimento humano e condições de vida produzidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD no Rio de Janeiro e Recife (PNUD et alii, 2000). Além disso, os espaços das cidades que concentram contingentes populacionais em condição de pobreza e vivenciando processos de exclusão social⁸ apresentam condições ambientais deterioradas, sendo territórios em que muitas vezes os seus moradores são sujeitados à violência cotidiana do narcotráfico. Portanto, em situações urbanas de mais alta complexidade os gestores públicos e a sociedade necessitam de instrumentos de maior precisão que permitam capilarizar as políticas públicas de

⁷ Quanto mais próximo a 1 for o índice, mais desigual é a renda de um dado local.

⁸ A pobreza é uma condição de existência, enquanto a exclusão social é um processo multidimensional e dinâmico que incide sobre distintas facetas da vida humana produzindo deficiências cognitivas, baixa auto-estima, fatalismo e conformismo, entre outras conseqüências negativas.

modo a torná-las mais eficientes e eficazes. É este o principal objetivo da construção do *Mapa da Inclusão e Exclusão Social de Porto Alegre*.

Conforme a ONU, há duas maneiras contrastantes de conceber o desenvolvimento humano. De um lado, pode-se avaliá-lo da *perspectiva agregada*, focalizando os avanços obtidos por todos os segmentos da comunidade, do rico ao pobre. De outro, é possível adotar outro ponto de vista examinando-o a partir da *perspectiva da privação*, em que o desenvolvimento será julgado levando em conta também a situação dos que se encontram em desvantagem social em cada comunidade. Utilizar as duas perspectivas vai ao encontro das preocupações da ética universalista, pois é direito de cada cidadão ser incluído nesta avaliação e, principalmente, de que a exclusão social não seja vista como “natural” ou tornada invisível pela indiferença (*Human Development Report*, 1997).

A construção do *Mapa da Inclusão e Exclusão Social de Porto Alegre* representa, ademais, uma demanda da cidade apresentada na IIIª Conferência Municipal de Assistência Social de 1997 e no IIIº Congresso da Cidade realizado em 2000. Desse modo, o *Mapa da Inclusão e Exclusão Social de Porto Alegre* tem o objetivo de aprofundar o conhecimento acerca das condições de vida, desigualdades e vulnerabilidades sociais existentes nas regiões da cidade. Especificamente, pretende-se com esse trabalho contribuir para:

- Facilitar o processo de planejamento de políticas públicas de inclusão social.
- Democratizar o acesso à informação sobre as condições de vida das regiões político-administrativas da cidade, favorecendo o diálogo com as comunidades na definição das prioridades de investimento e atendimento local.
- Permitir análises e diagnósticos dos distintos territórios da cidade, estimulando a ampliação de estudos sobre a realidade social de Porto Alegre.
- Criar um instrumento georreferenciado abrangente e de consulta acessível a todos os interessados.
- Gerar um instrumento de acompanhamento e avaliação das políticas públicas.

Metodologia

Este trabalho inspira-se na metodologia adotada pelo PNUD/IPEA nos Relatórios de Desenvolvimento Humano Municipal. O método utilizado é o de construção de índices sintéticos que hierarquizam os territórios em avaliação em uma escala variando entre os valores 0 (zero) e 1 (um). Desse modo, os valores dos índices identificam os patamares superiores e inferiores das condições de vida e desenvolvimento social segundo uma classificação em que: (i) valores menores que 0,50, correspondem a um nível de desenvolvimento e qualidade de vida muito baixo; (ii) de 0,50 até menores de 0,70, identificam um nível baixo, (iii) índices de 0,70 até menores de 0,80 indicam um nível médio; (iv) de 0,80 a 1,0 um nível alto.

Cartograficamente, as variações na qualidade de vida e desenvolvimento humano são representadas mediante o recurso a mapas

temáticos coropléticos obedecendo-se a convenção geralmente adotada em estudos desse tipo:

- cor verde para os melhores índices, seguindo-se gradualmente as cores amarela, laranja e vermelha utilizadas para indicar a transição dos valores dos índices obtidos pelos territórios em estudo.

O *Mapa* foi gerado com base na construção de dois índices sintéticos: o *Índice de Condições de Vida (ICV-POA)* e o *Índice de Vulnerabilidade Social (IVS-POA)*. O primeiro é composto por cinco dimensões/temas e treze indicadores, o segundo por seis dimensões/temas e dezesseis indicadores, conforme especificado nas matrizes a seguir.

Quadro 1: Índice de Condições de Vida – POA

ÍNDICE CONDIÇÕES DE VIDA - POA Dimensões/Indicadores	LIMITES		PESOS
	MELHOR	PIOR	
RENDA	MELHOR	PIOR	1,00
Renda Média dos Responsáveis p/Domicílios em SM	16,8	2,6	0,50
Desigualdade de Renda	1	0	0,50
EDUCAÇÃO	MELHOR	PIOR	1,00
Taxa de Alfabetização	100	0	0,40
Nº Médio de Anos de Estudo dos Responsáveis p/Domicílios	15	0	0,35
% de Responsáveis p/Domicílios c/11 Anos e Mais de Estudo	57,1	0	0,25
LONGEVIDADE	MELHOR	PIOR	1,00
Taxa de Mortalidade Infantil	0	30,7	0,50
Índice de Envelhecimento	137,5	13,2	0,50
INFÂNCIA e ADOLESCÊNCIA	MELHOR	PIOR	1,00
Taxa de Escolarização de Crianças de 4 a 6 Anos	100	0	0,33
Taxa de Escolarização de Crianças de 7 a 14 Anos	100	0	0,33
Taxa de Escolarização da População de 15 a 17 Anos	100	0	0,34
CONDIÇÕES HABITACIONAIS	MELHOR	PIOR	1,00
% de Domicílios c/Abastecimento de Água Adequado	100	0	0,50
% de Domicílios c/Esgotamento Sanitário Adequado	100	0	0,25
% de Domicílios c/Recolhimento de Lixo Adequado	100	0	0,25

Quadro 2: Índice de Vulnerabilidade Social – POA

ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL - POA Dimensões/Indicadores	LIMITES		PESOS
	MELHOR	PIOR	
RENDA	MELHOR	PIOR	1,00
% de Responsáveis p/Domicílios s/Rendimentos	2,6	11,9	0,4
% de Responsáveis p/Domicílios c/Rendimentos até 1 SM	2,2	20,0	0,3
% de Responsáveis p/Domicílios c/Rendimentos até 2 SM	6,8	55,4	0,3
EDUCAÇÃO	MELHOR	PIOR	1,00
% de Responsáveis p/Domicílios Não Alfabetizados	0	100	0,34
% de Responsáveis p/Domicílios c/Menos de 4 Anos de Estudo	0	100	0,33
% de Responsáveis p/Domicílios c/Menos de 8 Anos de Estudo	0	100	0,33
LONGEVIDADE	MELHOR	PIOR	1,00
Taxa de Mortalidade Infantil	0	30,7	0,50
Índice de Envelhecimento	137,5	13,2	0,50
VULNERABILIDADE INFANTO-JUVENIL	MELHOR	PIOR	1,00
% de Crianças e Adolescentes	19,6	44,1	0,40
Taxa de Homicídios	0	7	0,60
DESENVOLVIMENTO INFANTIL	MELHOR	PIOR	1,00
% de Nascidos vivos de Mães c/Menos de 8 Anos de Estudo	18,2	60,8	0,25
% de Nascidos Vivos de Mães c/Menos de 20 Anos	9	28,6	0,25
% de Crianças de 0 a 6 Anos que Frequentam Escola	100	0	0,25
% de Crianças de 7 a 14 Anos que Frequentam Escola	100	0	0,25
HABITAÇÃO	MELHOR	PIOR	1,00
% de Domicílios em Aglomerados Subnormais	0	35,7	0,30
% de Domicílios em Situação de Irregularidade Fundiária	1,1	65,3	0,70

A escolha metodológica de trabalhar com dois índices sintéticos deve-se a que, ao se comparar duas ou mais comunidades distintas, deparamo-nos sempre com dificuldades para a classificação e comparação. Isso decorre do fato de que algumas regiões apresentam melhor desempenho em alguns indicadores e pior em relação a outros, não havendo nesse caso possibilidade de afirmar em quais delas a qualidade de vida é melhor e menor a vulnerabilidade à pobreza e exclusão social. A adoção de índices sintéticos permite a redução de complexidade e o estabelecimento de uma gradação, visto que converte todos os indicadores a um único que condensa em si o resultado de todos os outros (PNUD/IPEA/FJP/IBGE, 1998).

Em relação à construção dos índices sintéticos para o município deve-se ressaltar as limitações com que nos deparamos. A principal delas é inerente à disponibilidade de dados confiáveis para tal empreitada⁹. No caso de unidades espaciais menores que o município o volume de informações socioeconômicas disponível é mais restrito, o que limita a escolha dos indicadores a serem utilizados. Para este fim, a única fonte confiável são os censos populacionais

⁹ Portanto, os resultados das comparações devem ser vistos à luz, também, dessas limitações.

realizados pelo IBGE. Por isso, a principal base de informações para a construção dos indicadores sociais necessários à realização desse trabalho foi o Censo Demográfico de 2000.

No entanto, tornou-se viável agregar também estatísticas sócio-demográficas produzidas por órgãos municipais. Tendo em vista que a Secretaria Municipal da Saúde é responsável face ao Ministério da Saúde pelos Sistemas de Informação dos Nascidos Vivos (SINASC) e da Mortalidade (SIM) foi possível incluir indicadores das condições de risco colocadas ao desenvolvimento infantil em função das características sociais maternas, bem como elaborar taxas de homicídio regionalizadas. Além disso, como a Secretaria Municipal de Educação por exigência do Ministério da Educação coleta informações educacionais anualmente para o Censo Escolar, contou-se com essa fonte adicional de informações. Por último, incluiu-se o levantamento da irregularidade fundiária do município produzida pelo Departamento Municipal de Habitação.

No caso das estatísticas produzidas no âmbito do município utilizou-se as médias de 1996-2000 para as informações provenientes da Secretaria Municipal da Saúde e de 2002, para os dados educacionais e da irregularidade fundiária.

Para a definição dos limites máximos e mínimos (ou melhor e pior valor do indicador) adotou-se aqueles definidos pelo PNUD/ONU apresentados no trabalho *Desenvolvimento Humano e Condições de Vida: indicadores brasileiros* (PNUD/IPEA/FJP/IBGE, 1998). No caso dos indicadores que construímos para esse trabalho, para os quais não havia essa definição de limites, utilizou-se como referência os melhores e piores valores identificados nas regiões e bairros da cidade.

O sistema de ponderação adotado é o mesmo do PNUD, o qual atribui o mesmo peso a todas as dimensões/temas (valor 1), subdividindo-o entre os indicadores que a compõem para definir o peso de cada indicador no índice da dimensão.

Operacionalização

1. Transformação dos diversos indicadores em unidades comparáveis através da conversão dos valores absolutos em percentuais para as 16 regiões político-administrativas da cidade.

2. Definição dos valores melhores e piores para os indicadores.

3. Fórmula de cálculo (método clássico de cálculo desenvolvido por Amartya Sen e Mahbub ul Haq no Relatório do Desenvolvimento Humano de 1990 e adotado em todas as edições posteriores).

$$IVR_i = \frac{\text{valor observado} - \text{pior valor}}{\text{melhor valor} - \text{pior valor}}$$

onde:

i: indicador que está sendo avaliado

V: valor do indicador utilizado no cálculo

R: região em estudo

4. Ponderação dos indicadores

Para a realização desse trabalho tornou-se necessário contornar algumas dificuldades metodológicas. A princípio, havia a intenção de utilizar os bairros de Porto Alegre como unidade de análise porque são os espaços concretos em que transcorre a vida cotidiana, determinando uma identidade geográfica que envolve o sentimento de pertencimento a um dado lugar e, portanto, interesses em comum com os demais que os habitam quando se trata de melhorar a qualidade de vida local. No entanto, a divisão territorial oficial em 76 bairros, que obrigatoriamente deve ser respeitada pelo IBGE quando realiza o Censo Demográfico, coloca como "sem especificação" cerca de 8% da população que reside em áreas não incluídas na divisão de bairros vigente. Em 1998, foi adotada uma nova regionalização aprovada pelo Conselho do Orçamento Participativo incluindo os bairros não-oficiais Campo Novo, Chapéu do Sol, Morro Santana, Passo das Pedras, o desmembramento do Jardim Itu-Sabará em Jardim Itu e Jardim Sabará pertencentes às regiões Noroeste e Leste, respectivamente, e a incorporação do bairro Marcílio Dias nos bairros São Geraldo e Navegantes. Todavia, como esse ajuste da divisão territorial encontra-se na Câmara de Vereadores para ser votado atualizando a lei de bairros, decidiu-se produzir o *Mapa da Inclusão e Exclusão de Porto Alegre* tendo como unidade de análise as dezesseis regiões do Orçamento Participativo. Isso permite incluir todos os bairros que a população reconhece, ainda que alguns deles não sejam oficiais.

O *Mapa da Inclusão e Exclusão Social de Porto Alegre* esboça o quadro das condições de vida nas regiões do Orçamento Participativo, procurando identificar também o processo de exclusão social que atinge determinadas camadas da população principalmente nas áreas periféricas da cidade. O trabalho está dividido da seguinte maneira: no capítulo I – *Conceitos e Indicadores* - são apresentados alguns aspectos teóricos selecionados pela relevância de sua contribuição à discussão da exclusão social, fornecendo o necessário suporte à definição e justificativa dos indicadores sociais utilizados na operacionalização tanto do *Índice de Condições de Vida* quanto no *Índice de Vulnerabilidade Social*. No capítulo II – *Índice de Condições de Vida de Porto Alegre* – analisa-se os resultados encontrados através do estudo dos indicadores sociais das dezesseis regiões do Orçamento Participativo, procedendo-se da mesma forma no capítulo III – *Índice de Vulnerabilidade Social de Porto Alegre* – em que são complementadas as análises das condições de vida nas subunidades territoriais da cidade como forma de identificar as desvantagens sociais a que estão submetidos alguns segmentos da população porto-alegrense. Por último, apresenta-se a *Conclusão* deste estudo.

CONCEITOS E INDICADORES

I

Diversos estudos realizados nas ciências sociais têm elaborado conceitos que procuram ampliar a investigação acerca da pobreza, procurando superar a limitação inerente ao fato de observá-la apenas pelo ângulo da insuficiência de renda para o atendimento de necessidades básicas. O objetivo principal da produção teórica acerca deste tema consiste em aprimorar o conhecimento disponível, gerando condições para melhorar o desenho das políticas sociais (governamentais e não-governamentais) que, no contexto latino-americano, “não têm alcançado os níveis esperados de universalidade, solidariedade, eficiência e integralidade” (Ocampo, 2000: 52). No entanto, todas as definições, como destaca Castells, produzem “(...) efeitos fundamentais sobre a categorização das populações e a definição das políticas sociais e alocação de recursos” (1999: 96). Portanto, torna-se importante identificar o que está em jogo e do que está se tratando quando falamos de *exclusão social*.

POBREZA, EXCLUSÃO E VULNERABILIDADE SOCIAL

A constituição do tema da exclusão social como uma preocupação universalizada e a utilização cada vez mais difundida do conceito são relativamente recente. Isso se deve ao crescimento mundial da pobreza provocado pela crise da sociedade do trabalho e aos efeitos sociais, econômicos, culturais e políticos a ela associados. Segundo dados do Banco Mundial, a proporção de pessoas vivendo em situação de extrema pobreza¹⁰ está aumentando rapidamente na Europa e Ásia Central, verificando-se ainda um continuado crescimento nos países africanos ao sul do Saara¹¹. Na América Latina, ao final da década de 1990, 125,8 milhões de habitantes das áreas urbanas classificavam-se como pobres, o que significa que 35 em cada 100 domicílios encontravam-se em situação de pobreza (Arriagada, 2000).

A forma como a sociedade apreende a pobreza e as dificuldades suportadas por determinados indivíduos e grupos sociais varia ao longo do tempo, sendo determinada pela cultura¹², o que tem impacto direto na concepção e formulação de políticas sociais.

¹⁰ A pobreza extrema ou indigência é definida pelo Banco Mundial como a proporção de pessoas que vivem com menos de US\$ 1 (um dólar) por dia.

¹¹ África do Sul, Angola, Benin, Botsuana, Burquina Fasso, Burundi, Cabo Verde, Camarões, Chade, Comores, Congo, Costa do Marfim, Eritreia, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Lesoto, Libéria, Madagascar, Malaui, Mali, Maurício, Mauritânia, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Quênia, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, Ruanda, São Tomé e Príncipe, Seicheles, Senegal, Serra Leoa, Somália, Suazilândia, Tanzânia, Togo, Uganda, Zâmbia, Zimbábue.

¹² Costumes, valores e ideologias (religiosas, políticas) determinarão como os indivíduos em situação de privação e desvantagem social serão percebidos e selecionados para serem beneficiados pela intervenção do Estado e da sociedade. Vide a este respeito, Castel (1995), Castells (1999), Xiberras (1999).

O fenômeno da pobreza tem sido objeto de preocupações desde longa data, pois as elites e os governos foram sendo obrigados, ainda que a contragosto, a levar em conta as necessidades dos pobres. Até o advento da industrialização, a administração da pobreza geralmente ficava a cargo das paróquias e governos locais, desenvolvendo-se toda uma complexa legislação cujo principal objetivo era diferenciar os pobres dos mendigos e vagabundos, a exemplo das famosas “Leis dos Pobres” (*Poor Laws*) inglesas que se estenderam de 1662 a 1834. Sob essa legislação, os pobres precisavam submeter-se à comprovação humilhante e estigmatizante de sua incapacidade de sobreviver sem auxílio.

No século XVIII, o economista e reverendo Thomas R. Malthus (1766-1834), já se alarmava com o crescimento do número de pobres. Baseando-se no fato de que plantas e animais geralmente produziam uma descendência superior àquela que teria condições de sobreviver, afirmava que também a espécie humana seria capaz de gerar uma superpopulação se fosse deixada sem controle, dado que em sua opinião a população cresceria a uma progressão geométrica enquanto a produção de alimentos aumentaria apenas em progressão aritmética. Concluía, então, que se não houvesse uma regulação do tamanho da família, a miséria e a fome difundir-se-iam globalmente acarretando, eventualmente, a destruição da humanidade. Isso o levou a preconizar a renúncia ao casamento e à procriação enquanto o casal não pudesse garantir a subsistência dos filhos que porventura viesse a gerar.

A partir do século XIX, destacaram-se duas formas predominantes de conceber as origens das dificuldades enfrentadas pelas populações em situação de desvantagem social. De um lado, difundiam-se as concepções evolucionistas acerca da natureza humana - que tiveram curso a partir dos trabalhos de Charles Darwin (1809-1882)¹³ e Francis Galton (1822-1911) - enfatizando a herança genética para explicar as deficiências e a situação social negativa experimentadas por alguns segmentos populacionais (Bynner, s/d.).

De outro lado, desenvolvia-se uma concepção oposta originada principalmente dos grandes *surveys* sobre pobreza levadas a efeito na Inglaterra no final do século XIX por pesquisadores como Charles Booth e B. S. Rowntree. O primeiro, em *Life and Labour of the People in London*, uma pesquisa minuciosa publicada em dezessete volumes em 1888-1902, e Rowntree com seu *Poverty: A Study of Town Life* de 1899¹⁴, defendiam a idéia de que as desvantagens individuais e sociais eram um produto das precárias condições de vida em que cresciam as crianças das camadas pobres da população. Em outras palavras, o ambiente em que as pessoas vivem desde a mais tenra idade condiciona o seu desenvolvimento futuro. Estudando a pobreza na cidade de York em 1901, Rowntree definiu pioneiramente qual seria o valor mínimo de renda necessário para a manutenção das condições de sobrevivência física das famílias, adequando o montante de recursos (linha de pobreza) de acordo com o

¹³ Em sua biografia (1876), Darwin relata a profunda impressão que lhe causara a leitura do *Essay on the Principle of Population* (1798) de Malthus em outubro de 1838, quinze meses após o início de sua própria pesquisa, o que em certa medida o teria influenciado na formulação de sua teoria sobre a seleção natural.

¹⁴ As estatísticas socioeconômicas utilizadas por Rowntree para descrever as condições sociais de Londres e a sua definição de pobreza absoluta tornaram-se largamente difundidas na época - vindo a ser utilizadas, mais tarde, por organismos internacionais como o Banco Mundial na avaliação dos diversos países.

tamanho e a composição etária das unidades familiares inglesas da época (Rocha, 2003).

O debate entre as duas concepções, a dos evolucionistas partidários do determinismo biológico e a dos ambientalistas, que atribuíam a pobreza às iniquidades do meio social, prosseguiu desde então, oscilando entre avanços e retrocessos de uma ou outra posição como noção predominante. No entanto, a idéia que veio a prevalecer na formulação das políticas sociais constituídas pelo *Welfare State* foi a dos ambientalistas, fundamentando os princípios de compensação, apoio e equidade. Essa concepção foi formulada no *Beveridge Report* de autoria de William Beveridge, em 1942, documento que inaugurou o *Welfare State* na Inglaterra. Em linhas gerais, tinha como objetivo eliminar a miséria que resultara da guerra, propondo que para a proteção e desenvolvimento das crianças, as famílias pobres e os trabalhadores precisavam ser compensados pela falta de recursos materiais, devendo receber apoio em situações de sofrimento produzidas pelo desemprego, desagregação familiar, velhice e saúde precária. Desse modo, a provisão de serviços de bem-estar pelo Estado, fundamentada em um pacto de solidariedade social, deveria garantir às famílias pobres e aos trabalhadores em dificuldades o acesso aos padrões básicos de saúde, moradia, bem-estar material e oportunidades educacionais às crianças (Bynner, s/data).

A noção de exclusão social apareceu em 1974, no livro *Les exclus: un français sur 10*, do sociólogo francês René Lenoir. Na obra, o autor constatava que o isolamento e a privação social já não diziam respeito apenas aos pobres, pois começava a atingir também indivíduos de diferentes segmentos sociais (Quinti, 2000). Na esteira da crise do *Welfare State* europeu, sobrevinda a partir de meados da década de 1970, principiava a tornar-se visível um número significativo de “novos pobres” produzidos pelo crescimento do desemprego e pela flexibilização das relações de trabalho. Configurava-se, assim, um processo multidimensional e cumulativo que se traduzia empiricamente em baixos rendimentos, condições precárias de moradia, saúde, educação, emprego, gerando situações que convergiam para um quadro de exclusão social.

Nos anos seguintes foi se tornando evidente que outros fatores, além da insuficiência de renda, deviam ser levados em conta na análise deste processo de marginalização ou desfiliação como o prefere chamar Robert Castel, visto que as pessoas podem ser pobres ainda que não sejam socialmente excluídas, ou excluídas sem serem pobres (Narayan, 2000).

Desse modo, a ambigüidade e abrangência do conceito de exclusão social que fazem dele um *mot valise*¹⁵ como salientam Edgar Morin e Robert Castel, fazem com que seja amplamente utilizado para destacar o papel de fatores sociais e processos institucionais que levam à pobreza e privação, e principalmente a injustiça social. Além disso, a noção de exclusão social transfere a responsabilidade pelas circunstâncias adversas do plano individual para processos sociais e institucionais que, ao imporem obstáculos ao desenvolvimento de determinados indivíduos e grupos sociais, restringem seu

¹⁵ Literalmente “mala ou ônibus”, ou seja, um conceito que é usado para fazer referência a uma série de situações diversas.

acesso à plena participação na vida social, econômica, cultural e política da sociedade.

A exclusão social é um processo, não uma condição. Desse modo, seus limites mantêm-se sempre móveis, e os excluídos e incluídos podem se revezar no processo ao longo do tempo, dependendo de seu grau de escolaridade, características demográficas, preconceitos sociais, práticas empresariais e políticas governamentais. Além disso, embora a falta de trabalho regular como fonte de renda seja, em última análise, o principal mecanismo em termos de exclusão social, as formas e os motivos pelos quais indivíduos e grupos são expostos a dificuldades/impossibilidades estruturais de prover o próprio sustento seguem trajetórias totalmente diversas, porém todas elas correm em direção à indigência (Castells, 1999: 98).

Conforme destacam Atkinson e Hills (1998, *apud* Narayan, 2000), há três aspectos da exclusão social aos quais se deve prestar atenção. Em primeiro lugar, a exclusão social é um processo relativo, pois sempre se é excluído de uma determinada sociedade em um particular lugar e tempo. Portanto, a exclusão social assume formas variadas de acordo com o patamar de desenvolvimento econômico, social, cultural e político das sociedades contemporâneas, não havendo uma maneira única e incontestável de apreender este processo. Em segundo lugar, implica um ato de exclusão e, portanto, um agente. Por último, é um processo dinâmico, visto que os indivíduos são excluídos não apenas pela privação de trabalho ou renda, mas também devido à falta de perspectivas de futuro e a preconceitos de cor, etnia, gênero, entre outros.

O principal desafio no uso do conceito, como salienta Narayan (*op. cit.*), consiste em diferenciar entre a exclusão voluntária, que parte do próprio indivíduo ou grupo, daquela que é involuntária ou coercitiva, fundada em critérios como educação, idade, raça/etnia, grupo, gênero, localização, classe ou renda. Esta diferenciação é fundamental em função das assimetrias de poder existentes nas relações sociais, pois é inerente ao funcionamento dos grupos e redes sociais a inclusão de alguns e a exclusão de outros (Narayan, *ibid.*). Ou seja, princípios de identificação e estranhamento/distanciamento (ou negação da alteridade) estão sempre presentes nas interações sociais. Isso faz com que aqueles indivíduos, vinculados a redes sociais que desenvolvem maior capacidade de mobilização e pressão sobre as decisões de alocação de recursos do Estado ou do setor privado (serviços básicos, empregos, localização de atividades), apresentem elevada probabilidade de permanecer incluídos nos processos sociais em relação aos que não têm tal capacidade, ou esta é mais fraca.

O enfoque da exclusão social também destaca os fatores que explicam a baixa capacidade de integração dos sistemas econômico-sociais, salientando-se a interação entre três formas principais de exclusão: econômica, política e cultural. A exclusão econômica é produzida pela não inserção no mercado de trabalho ou por uma inserção precária, implicando em dificuldades de acesso à propriedade, capital, educação, capacitação profissional e emprego. Isso resulta

na existência de unidades domiciliares cujos rendimentos mostram-se insuficientes à sobrevivência do grupo familiar.

A exclusão política funda-se na dificuldade encontrada pelos segmentos pobres da população em manter uma organização mínima que lhes permita participar dos processos de tomada de decisões que afetam as suas condições de vida e desenvolvimento, o que resulta em prejuízos à sua qualidade de vida e inserção no mundo social. A exclusão cultural consiste na inexistência, precariedade ou ruptura das relações sociais primárias (família, vizinhança, bairro) impedindo a geração ou preservação do capital social¹⁶, que poderia amenizar as dificuldades de sobrevivência dos mais pobres (OIT/PNUD/IIEL *apud* Arriagada, 2000).

Conforme destaca Arriagada (op. cit.) o conceito de exclusão apresenta elementos relevantes para o desenho de políticas de enfrentamento da pobreza. Em primeiro lugar, porque centra a atenção em processos determinantes de isolamento e marginalização, sublinhando a necessidade de políticas que restrinjam e compensem os fatores que conduzem à exclusão. Em segundo lugar, coloca em relevo a necessidade de aplicação de políticas articuladas com objetivos múltiplos simultâneos. Em outras palavras, trata-se do desenvolvimento de políticas sociais para prevenir a pobreza atuando sobre os fatores que favorecem a sua ocorrência, combinando-as com políticas de geração de alternativas de emprego e renda que propiciem condições de auto-sustentação e autonomia às camadas em desvantagem social. Isso é imprescindível para romper o ciclo de dependência que sempre se instaura quando se aplicam políticas meramente compensatórias. Por último, afirma que o processo de exclusão mais importante é o funcionamento do mercado de trabalho, em relação ao qual encontram-se situações especialmente vulneráveis, como por exemplo, a das famílias com crianças em que o principal responsável pelo domicílio tem baixa escolaridade.

Uma outra abordagem sobre a pobreza desenvolvida em anos recentes é a teoria da vulnerabilidade, que enfatiza o conceito de risco diferencial (Arriagada, 2000; D'Andrea et alii, 2000; Holzmann e Jorgensen, 2000; Mastropietro, 2000). Neste enfoque vai-se procurar entender por que alguns grupos sociais conseguem enfrentar e adaptar-se às mudanças no ambiente ou contexto em que vivem, enquanto outros encontram-se completamente indefesos e incapazes de lidar com as adversidades.

No ambiente instável e sensível às oscilações do mercado externo que caracteriza o novo padrão de acumulação assumido pelo capitalismo, tem-se procurado investigar as estratégias de sobrevivência às crises desenvolvidas pelos grupos de menores rendas para atenuar os riscos de deterioração de suas condições de vida. Entre estas estratégias podem ser destacadas o aumento do número de pessoas ocupadas na família, a intensificação do trabalho informal, a diversificação de rendimentos, o trabalho a domicílio, a exploração do trabalho infantil, o retorno à família extensa, a mobilização de capital social (auxílio de parentes, vizinhos, de organizações não-governamentais), entre outros.

¹⁶ Por capital social entende-se as relações de familiaridade e confiança e o compartilhamento de normas e valores que permitem o desenvolvimento da solidariedade e cooperação, potencializando a busca do bem comum e o manejo de situações de risco como a pobreza.

Estes fatores adquirem importância na explicação de dinâmicas tanto de deterioração da qualidade de vida, quanto de estratégias de enfrentamento de situações adversas e de casos de mobilidade social. Segundo Katzman (*apud* Arriagada, 2000), um dos partidários deste enfoque, haveria três formas de vulnerabilidade: a marginalidade, a pobreza e a exclusão da modernidade. A marginalidade corresponde à falta ou precariedade dos vínculos dos indivíduos com o trabalho, cuja consequência é o não atendimento de necessidades básicas. A situação de risco em relação à pobreza decorre da exposição dos indivíduos a fatores que conduzem ao empobrecimento e à falta de oportunidades de desenvolvimento humano devido à carência de recursos. Já o risco de exclusão da modernidade atinge principalmente os jovens que não conseguem ter acesso aos níveis educacionais exigidos pela sociedade da informação, os quais poderiam lhes oferecer melhores condições de superar a condição de pobreza.

O conceito de vulnerabilidade incorpora a probabilidade de ser prejudicado por ocorrências inesperadas, ou seja, a suscetibilidade de indivíduos ou grupos populacionais a impactos exógenos, ultrapassando a perspectiva tradicional da pobreza (Lipton e Ravallion, 1995 *apud* Holzmann e Jorgensen, 2000).

Os pobres, e particularmente os muito pobres, são especialmente vulneráveis, pois normalmente estão mais expostos aos impactos, têm poucos instrumentos para manejar o risco e porque inclusive um pequeno descenso em sua situação de bem-estar pode ser desastroso (Morduch, 1994 *apud* Holzmann e Jorgensen, 2000: 7).

De um outro ponto de vista, a noção de segurança humana (*human security*) desenvolvida a partir do Relatório do Desenvolvimento Humano de 1993 produzido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) enfatiza as múltiplas dimensões da segurança humana. Entre estas destacam-se: segurança econômica – garantia de uma renda mínima; segurança alimentar – acesso físico e econômico aos alimentos; segurança de receber atendimento em saúde; segurança ambiental; segurança pessoal – ausência de violência de rua, violência doméstica, entre outros; segurança comunitária e segurança política.

Esta noção também tem sido utilizada para entender o fenômeno da violência, pois assume um enfoque multicausal ou epidemiológico que busca identificar os fatores que a produzem. Nesta concepção, a causalidade é interpretada como probabilidade de geração de violência, que se torna mais elevada quanto maior a presença de fatores de risco. Conforme Arriagada (1999: 10) os fatores de risco de produção do fenômeno violência podem ser classificados em três grandes conjuntos: a) fatores relacionados à posição, situação familiar e social das pessoas como sexo, idade, educação, socialização, consumo de álcool e drogas; b) fatores sociais, econômicos e culturais como desemprego, pobreza, desigualdade social, difusão e banalização da violência nos meios de comunicação, cultura da violência; e c) fatores contextuais e institucionais tais como guerra, tráfico de drogas, corrupção, disponibilidade de armas de fogo, festividades, entre outros.

A pobreza neste enfoque, como se percebe, representa um entre outros fatores de risco à geração de violência, destacando-se dois aspectos relevantes que se relacionam diretamente à equidade, ou à sua falta, nas grandes aglomerações urbanas, atingindo principalmente os segmentos pobres da população. Em primeiro lugar, a ausência do poder público em bairros que concentram populações carentes leva à estigmatização e isolamento desses locais, das famílias e indivíduos que neles residem. Isso reforça a insegurança em que vivem, visto que o isolamento e a deterioração transformam esses bairros em áreas preferenciais para servir de refúgio aos narcotraficantes e criminosos de variadas espécies. Por último, os pobres são mais vulneráveis em seu deslocamento para outras áreas da cidade, o que pode ser comprovado através da observação das estatísticas dos crimes contra a pessoa. De modo geral, a maioria das vítimas de homicídios têm seu local de moradia em bairros que apresentam predomínio de populações de baixos rendimentos e geralmente neles são vitimados.

A situação dos pobres nos grandes centros urbanos é relativamente melhor do que a experimentada pelos pobres das cidades periféricas às áreas metropolitanas. A maior oferta de trabalho, melhor acesso a serviços sociais e moradia adequada, no entanto, não impede que estes enfrentem situações cuja configuração é bastante complexa em função da tendência à autoprodução da pobreza. Segundo esta dinâmica, que independe muitas vezes da presença de fluxos migratórios significativos e da conjuntura macroeconômica, operam três processos que produzem desintegração social: (i) segregação habitacional resultante do funcionamento do mercado de solo urbano, principalmente o custo do terreno edificável em relação à renda das famílias; (ii) desigualdade de acesso à infra-estrutura e ao equipamento urbano (ativos físicos públicos da cidade) e, (iii) debilidade das finanças e da capacidade de investimento dos municípios em que há maior concentração de pobres (Arriagada, 2000).

No que diz respeito aos bairros e regiões que concentram os grupos populacionais de menores recursos nos grandes aglomerados urbanos, a primeira manifestação de vulnerabilidade é encontrada nos assentamentos irregulares que variam desde ocupações em áreas de risco, a loteamentos irregulares e clandestinos. Uma segunda manifestação de vulnerabilidade, ainda que não tão visível quanto a primeira, é representada pelos cortiços ou casas de cômodo e os domicílios extensos formados por famílias conviventes, geralmente parentes sem recursos para manter uma moradia individual. Por último, a expressão mais aviltante de pobreza e exclusão social a que pode ser exposto o ser humano é aquela produzida pelos indivíduos, crianças, adolescentes e famílias obrigadas a viver nas ruas.

A primeira exclusão é a do direito ao espaço privado, o qual tem que ser abandonado para expor a si mesmo ao escrutínio de outros. Sem dúvida, a imagem extrema do pobre é a de alguém adormecido na calçada defronte a todos os passantes (Combes, s/d).

O processo de segregação urbana também concorre para agudizar a situação de exclusão, atuando em dois sentidos. Por um lado, os grupos sociais de rendimentos mais elevados buscam as áreas da cidade que contam com

melhor infra-estrutura e, dado o sentimento generalizado de insegurança que predomina nas grandes cidades, a proteção oferecida por recursos de segurança e vigilância privada. De outro, pobres e indigentes concentram-se em áreas degradadas e assinaladas pelo estigma da violência, sendo obrigados à convivência forçada com o narcotráfico e a criminalidade violenta. Essa concentração espacial dos domicílios e famílias pobres implica em conseqüências sociais negativas, favorecendo a reprodução intergeracional da pobreza e indigência e o aumento das situações de risco social associadas às taxas de delinqüência urbana (Arriagada, 2000). O produto final desse processo tem sido a agorafobia¹⁷ urbana com a conseqüente deterioração do espaço público.

ÍNDICES DE CONDIÇÕES DE VIDA E DE VULNERABILIDADE SOCIAL: INDICADORES

A forma mais difundida de avaliar as condições de vida de grandes agregados humanos é a medição objetiva, que se fundamenta na construção de indicadores demográficos e socioeconômicos comparando-os com algum padrão pré-determinado. Todavia, deve-se levar em conta nesta avaliação as especificidades dos espaços em escrutínio, os avanços sociais obtidos pela humanidade, ou uma meta ideal a ser atingida como exemplificado pelas Metas do Milênio acordadas entre os diversos países através da mediação da Organização das Nações Unidas. Na construção dos índices - *Condições de Vida e Vulnerabilidade Social* - das dezesseis regiões político-administrativas de Porto Alegre, selecionamos indicadores sociais amplamente utilizados em estudos deste tipo conforme a descrição a seguir.

¹⁷ Agorafobia= medo de locais públicos.

ÍNDICE DE CONDIÇÕES DE VIDA: DIMENSÕES E INDICADORES

Renda

- **Renda média dos responsáveis pelos domicílios.** Somatório do montante de renda declarada pelas pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes, dividido pelo total de responsáveis pelos domicílios. Ajustado e georreferenciado para as dezesseis regiões da cidade através dos dados dos setores censitários do Censo Demográfico 2000. Diversos estudos realizados constataram que a renda, em países em desenvolvimento como o Brasil, tem se mostrado um indicador relevante para mensurar a qualidade de vida.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000: Resultados do Universo, setores censitários, ajustado e georreferenciado para as dezesseis regiões da cidade.

- **Desigualdade de renda.** Razão do número de pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes com renda superior a dez salários mínimos em relação aos indivíduos nessa categoria com renda até este valor. Utilizado como uma *proxy* da desigualdade de renda existente entre as regiões político-administrativas de Porto Alegre, tendo em vista que outros indicadores de desigualdade não estão disponíveis.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000: Resultados do Universo, setores censitários, ajustado e georreferenciado para as dezesseis regiões da cidade.

Educação

- **Taxa de alfabetização.** População com 15 anos e mais de idade que sabe ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhece em relação ao total de pessoas nessa faixa etária.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000: Resultados do Universo, setores censitários, ajustado e georreferenciado para as dezesseis regiões da cidade.

- **Número médio de anos de estudo dos responsáveis pelos domicílios.** Somatório do número de anos de estudo dos responsáveis pelos domicílios sobre o total de indivíduos nessa categoria. Educação e renda, conforme diversos estudos têm comprovado, mostram forte correlação em relação às condições de bem-estar de indivíduos e grupos sociais.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000: Resultados do Universo, setores censitários, ajustado e georreferenciado para as dezesseis regiões da cidade.

- **Percentual de responsáveis pelos domicílios com 11 anos e mais de estudo.** Número de responsáveis pelos domicílios particulares permanentes com 11 anos e mais de estudo em relação ao total de indivíduos responsáveis pelos domicílios particulares permanentes. A educação de nível médio e superior tem se tornado uma condição necessária, embora não suficiente, à inserção e permanência no mercado de trabalho formal e, portanto, de acesso também à proteção social. Além disso, a conjugação dos três indicadores

educacionais permite dimensionar os capitais cultural e simbólico acumulados pelas camadas sociais concentradas em cada subunidade territorial.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000: Resultados do Universo, setores censitários, ajustado e georreferenciado para as dezesseis regiões da cidade.

Longevidade

- **Taxa de mortalidade infantil.** Quociente do número de óbitos de crianças menores de um ano por mil nascidos vivos em determinado período. Indica a probabilidade das crianças de um dado local sobreviverem até um ano de idade, sendo uma boa *proxy* da qualidade de vida. Este indicador sempre é utilizado quando se pretende apontar as condições de vida pois reflete a situação de saneamento básico, a escolaridade materna, a insuficiência de renda e outros fatores importantes ao desenvolvimento infantil, expressando também a maior ou menor possibilidade de uma população desfrutar uma vida longa e saudável.

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde, Sistema de Informação da Mortalidade. Ano de referência: média 1996-2000, utilizada para evitar as oscilações existentes de um ano para outro.

- **Índice de envelhecimento.** Relação entre a população de 60 anos e mais e a população menor de 15 anos. Expressa o envelhecimento da população, determinando quantos idosos existem para cem jovens. Foi adotado como *proxy* para a expectativa de vida que ainda não é calculada para as regiões da cidade.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000: Resultados do Universo, setores censitários, ajustado e georreferenciado para as dezesseis regiões da cidade.

Infância e Adolescência

- **Taxa de escolarização de crianças de 4 a 6 anos.** Proporção de crianças de 4 a 6 anos que se encontram em pré-escola sobre o total de crianças nessa faixa etária. Este indicador mensura o acesso ao ensino pré-escolar, correspondendo à taxa líquida de matrícula nesse nível de ensino.

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, ajustado e georreferenciado para as dezesseis regiões político-administrativas de Porto Alegre. Ano de referência: 2002.

- **Taxa de escolarização de crianças de 7 a 14 anos.** Proporção de crianças e adolescentes que se encontram no ensino fundamental em relação à população nessa faixa etária. Este indicador permite avaliar o acesso ao ensino fundamental, correspondendo à taxa líquida de matrícula nesse nível de ensino.

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, ajustado e georreferenciado para as dezesseis regiões político-administrativas de Porto Alegre. Ano de referência: 2002.

- **Taxa de escolarização da população de 15 a 17 anos.** Proporção de adolescentes que se encontram cursando o ensino médio em relação à população nessa faixa etária. Este indicador mede o acesso dos adolescentes ao ensino médio, correspondendo à taxa líquida de matrícula nesse nível de ensino.

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, ajustado e georreferenciado para as dezesseis regiões político-administrativas de Porto Alegre. Ano de referência: 2002.

Os três indicadores conjugados permitem avaliar o acesso de crianças e adolescentes ao capital cultural e simbólico da sociedade em que vivem. No entanto, o acesso representa apenas uma possibilidade de aquisição, mas nada informa acerca do florescimento intelectual e da criatividade e curiosidade científica propiciados ou desestimulados pela escola, os quais estão estreitamente vinculados à qualidade do ensino.

Condições Habitacionais

- **Percentual de domicílios com abastecimento de água adequado.** Proporção dos domicílios particulares permanentes cujo abastecimento de água é realizado através de rede geral com canalização interna.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000: Resultados do Universo, setores censitários, ajustado e georreferenciado para as dezesseis regiões da cidade.

- **Percentual de domicílios com esgotamento sanitário adequado.** Proporção dos domicílios particulares permanentes que possuem instalações sanitárias individuais e com escoamento feito através de rede geral de esgoto ou fossa séptica.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000: Resultados do Universo, setores censitários, ajustado e georreferenciado para as dezesseis regiões da cidade.

- **Percentual de domicílios com recolhimento de lixo adequado.** Proporção dos domicílios particulares permanentes que contam com recolhimento de lixo realizado por serviço de limpeza.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000: Resultados do Universo, setores censitários, ajustado e georreferenciado para as dezesseis regiões da cidade.

Os três indicadores em conjunto permitem verificar o acesso aos serviços de saneamento básico que são determinantes na qualidade de vida da população, considerando a densidade das áreas urbanas.

ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL: DIMENSÕES E INDICADORES

Renda

- **Percentual de responsáveis pelos domicílios sem rendimentos.** Total de pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes que não tinham rendimento ou recebiam somente benefícios, tais como, cesta básica,

bolsa escola, etc., em relação ao total de pessoas nessa categoria.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000: Resultados do Universo, setores censitários, ajustado e georreferenciado para as dezesseis regiões da cidade.

- **Percentual de responsáveis pelos domicílios com rendimentos até 1 salário mínimo.** Total de pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes com rendimentos até 1 salário mínimo em relação ao total de pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes, exclusive os sem rendimentos.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000: Resultados do Universo, setores censitários, ajustado e georreferenciado para as dezesseis regiões da cidade.

- **Percentual de responsáveis pelos domicílios com rendimentos até 2 salários mínimos.** Total de pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes com rendimentos até 2 salários mínimos em relação ao total de pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes, exclusive os sem rendimentos.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000: Resultados do Universo, setores censitários, ajustado e georreferenciado para as dezesseis regiões da cidade.

O conjunto formado por estes três indicadores permite dimensionar a pobreza, vista pelo ângulo da insuficiência de renda para suprir necessidades básicas mínimas como moradia, alimentação, educação, entre outros, bem como a sua distribuição nas regiões de Porto Alegre.

Educação

- **Percentual de responsáveis pelos domicílios não alfabetizados.** Número de responsáveis pelos domicílios particulares permanentes que não conseguem ler e escrever um bilhete simples sobre o total de indivíduos nesta categoria.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000: Resultados do Universo, setores censitários, ajustado e georreferenciado para as dezesseis regiões da cidade.

- **Percentual de responsáveis pelos domicílios com menos de 4 anos de estudo.** Número de pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes que não conseguiram completar 4 anos de estudo em relação ao total de indivíduos nessa categoria, incluindo aqueles sem instrução e com menos de um ano de estudo.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000: Resultados do Universo, setores censitários, ajustado e georreferenciado para as dezesseis regiões da cidade.

- **Percentual de responsáveis pelos domicílios com menos de 8 anos de estudo.** Número de pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes que não conseguiram completar 8 anos de estudo em relação ao total de indivíduos nessa categoria, incluindo aqueles sem instrução e menos de um ano de estudo.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000: Resultados do Universo, setores censitários, ajustado e georreferenciado para as dezesseis regiões da cidade.

O analfabetismo absoluto e o analfabetismo funcional e a não conclusão do nível fundamental de escolaridade representam a pior situação possível para uma população, devido a que inviabilizam a integração ao mercado de trabalho formal, apresentando forte correlação com empregos de baixos rendimentos e pobreza. Portanto, os (as) responsáveis pelos domicílios, ou chefes de família, que não chegaram a completar o ensino fundamental mostram maior vulnerabilidade à exclusão social e, por consequência, apontam para famílias com alta probabilidade de se encontrarem em condição de pobreza absoluta ou relativa. Os indicadores selecionados são, também, uma *proxy* do grau de exclusão do mundo da leitura e das comunicações que atinge a população da região.

Longevidade

Vide o Índice de Condições de Vida para esta dimensão.

Vulnerabilidade Infante-Juvenil

- **Percentual de crianças e adolescentes na população.** Número de pessoas entre 0 e 19 anos em relação ao total da população de cada uma das regiões de Porto Alegre. Permite dimensionar a participação de crianças e adolescentes no total da população regional.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000: Resultados do Universo, setores censitários, ajustado e georreferenciado para as dezesseis regiões da cidade.

- **Taxa de homicídios por 10.000 habitantes.** Número de óbitos por homicídios segundo o local de moradia das vítimas em relação a 10.000 habitantes da população da região de moradia das vítimas. Permite dimensionar a distribuição das mortes violentas pelos distintos territórios da cidade, bem como indica a probabilidade de ser vítima de homicídio conforme a região de moradia.

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde, Sistema de Informação da Mortalidade. Ano de referência: média 1996-2000.

A combinação desses dois indicadores inspira-se em Pochmann (2002 e 2003).

Desenvolvimento Infantil

O grau de desenvolvimento humano de uma região, ou a vulnerabilidade social dos grupos humanos que a habitam, é avaliado principalmente pelas condições propiciadas ao crescimento saudável das crianças que nela vivem.

- **Percentual de nascidos vivos cujas mães têm menos de 8 anos de estudo.** Número de nascidos vivos de mães que não possuem o ensino fundamental completo em relação ao total de nascidos vivos. Este indicador aponta um dos principais riscos à sobrevivência e saudável desenvolvimento da criança. A escolaridade dos pais, e principalmente a da mãe, tem forte

influência na transmissão intergeracional da pobreza e na redução das taxas de natalidade e mortalidade infantil.

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde, Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos. Ano de referência: média 1996-2000.

- **Percentual de nascidos vivos cuja mãe tem idade inferior a 20 anos.** Número de nascidos vivos de mãe adolescente em relação ao total de nascidos vivos. Ainda que a gravidez na adolescência não seja um fenômeno exclusivo às adolescentes de famílias carentes, a sua incidência é mais freqüente e mais problemática entre estas pois é considerado um fator que concorre para a autoreprodução da pobreza. Conforme salienta o Fundo das Nações Unidas para a Infância-UNICEF: "(...) O risco de morte devido a causas relacionadas com a gravidez é quatro vezes maior para este grupo do que para mulheres acima de 20 anos" (2001: 70).

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde, Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos. Ano de referência: média 1996-2000.

- **Percentual de crianças de 0 a 6 anos que freqüentam escola.** Número de crianças de 0 a 6 anos que freqüentam escola em relação ao total de crianças nesta faixa etária. Este é um indicador de acesso ao ensino infantil, que contribui ao desenvolvimento e socialização da criança, representando também um direito básico assegurado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, ajustado e georreferenciado para as dezesseis regiões político-administrativas de Porto Alegre. Ano de referência: 2002.

- **Percentual de crianças de 7 a 14 anos que freqüentam escola.** Número de crianças e adolescentes que freqüentam escola em qualquer nível de ensino em relação ao total da faixa etária. Este indicador permite avaliar o grau em que está sendo cumprido um direito fundamental assegurado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, ajustado e georreferenciado para as dezesseis regiões político-administrativas de Porto Alegre. Ano de referência: 2002.

Habitação

- **Percentual de domicílios em aglomerados subnormais.** Número de domicílios particulares permanentes localizados em setores censitários considerados como aglomerados subnormais em relação ao total de domicílios particulares permanentes de cada região. Conforme a definição do IBGE no Censo Demográfico 2000, o aglomerado subnormal é um conjunto constituído por um mínimo de 51 domicílios, ocupando ou tendo ocupado até período recente, terreno de propriedade alheia – pública ou particular – dispostos, em geral, de forma desordenada e densa, e carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais. Podem se enquadrar, observados os critérios de padrões

de urbanização e/ou de precariedade de serviços públicos essenciais, nas seguintes categorias: invasão; loteamento irregular ou clandestino; e áreas invadidas e loteamentos irregulares ou clandestinos regularizados em período recente.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000: Resultados do Universo, setores censitários, ajustado e georreferenciado para as dezesseis regiões da cidade.

- **Percentual de domicílios em situação de irregularidade fundiária.** Número de domicílios localizados em áreas e terrenos ocupados irregularmente pela população em relação ao total de domicílios existentes em cada uma das dezesseis regiões da cidade.

A moradia em situação de irregularidade fundiária além de dimensionar a população de baixa renda é também um indicador de vulnerabilidade social, visto que estes segmentos estão mais expostos a situações de risco seja em função da localização física da própria habitação (margens de arroios, encostas, entre outros) seja à criminalidade violenta. Destaque-se que os aglomerados subnormais, áreas com características de favelas, no conjunto do déficit habitacional representam a pior situação, visto não contarem com as condições básicas que dão habitabilidade a um domicílio.

Fonte: Departamento Municipal da Habitação, levantamento referente a 2002.

ÍNDICE DE CONDIÇÕES DE VIDA DE PORTO ALEGRE



O município de Porto Alegre possui uma área de 496,1 km², distribuída entre a parte continental de 452,68 km² e um conjunto de ilhas, que corresponde a 43,42 km². A área urbana ocupa 352,02 km², ao passo que 144,08 km² são considerados área rural. A parte continental é circundada por 40 morros que abrangem 65% da extensão territorial limitada por uma orla fluvial de 72 km. O ponto culminante localiza-se no Morro Santana, na região Leste, atingindo 311,20 metros. Os pontos mais baixos da cidade situam-se, na área continental, no Aeroporto Salgado Filho com 1,1 metros e, no Arquipélago, na Ilha das Flores, onde chega a apenas 0,1 metros. O município é limitado ao sul e oeste pelo rio (lago) Guaíba; a leste, pelos municípios de Alvorada e Viamão; e ao norte pelo rio Gravataí.

Porto Alegre, também conhecida como “cidade das árvores”, é uma metrópole privilegiada em termos de arborização. As árvores das vias públicas totalizam 1 milhão e estão amplamente distribuídas no município, beneficiando um grande número de pessoas. A importância ambiental do verde é acrescida incluindo-se os parques, praças, verdes complementares e as áreas de propriedade particular na composição da massa arbórea urbana.

As áreas verdes assumem um papel preponderante na qualidade de vida da população principalmente em metrópoles densamente habitadas, promovendo estabilidade climática, melhoria das condições do solo, redução da poluição atmosférica, aproximação com o ambiente natural, contribuindo ademais para o equilíbrio psicossocial do homem e para a preservação da avifauna¹⁸. Na capital, a *área verde pública de cobertura vegetal* é composta por 2 unidades de conservação, 11 áreas destinadas a parques, 620 destinadas a praças e aproximadamente 500 verdes complementares, correspondendo a 17,60 m²/habitante¹⁹. Deste total, 5,90 m²/habitante, correspondem à *área verde pública de lazer* distribuída entre 8 parques e 456 praças que estão à disposição da população porto-alegrense.

Conforme o Censo Demográfico 2000, a população porto-alegrense cresceu 7,6% a uma taxa de 0,9% ao ano no período 1991-2000, chegando a 1.360.590 habitantes. A densidade demográfica é de 2.745 habitantes/km². A razão de dependência, que indica a relação entre as pessoas potencialmente dependentes (crianças e adolescentes de 0 a 14 anos e idosos com 65 anos e mais) e a população potencialmente produtiva (pessoas de 15 a 64 anos), declinou de 50,5% em 1991 para 45,8% em 2000. Ou seja, em Porto Alegre há 45,8 crianças, adolescentes e idosos para cada 100 pessoas em idade

¹⁸ Conjunto de aves de uma determinada região.

¹⁹ Índice calculado com base na população de 1.392.711 habitantes, estimada para 2003 pelo IBGE.

produtiva. Para se estabelecer uma comparação, no Brasil e no Rio Grande do Sul a razão de dependência é de 54,9% e 49,8%, respectivamente.

Na década de 1990, Porto Alegre obteve reconhecimento nacional pela sua qualidade de vida, o que se deve tanto a um forte movimento ambientalista que luta pela preservação do patrimônio natural, quanto aos seus relativamente melhores indicadores sociais em um país de elevada desigualdade social. Na avaliação realizada em 2003 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Porto Alegre apresentou bons resultados no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) elaborado pelo PNUD/IPEA e IBGE. Nas tabelas 2 e 3, a seguir, compara-se o IDH-M de Porto Alegre com o de capitais selecionadas.

Tabela 2: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal segundo capitais selecionadas 1991-2000

Cidades	IDH-M		IDH-Renda		IDH-Educação		IDH-Longevidade	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Porto Alegre	0,824	0,865	0,818	0,869	0,907	0,951	0,748	0,775
Belém	0,767	0,806	0,708	0,732	0,883	0,928	0,710	0,758
Belo Horizonte	0,791	0,839	0,779	0,828	0,866	0,929	0,727	0,759
Brasília	0,799	0,844	0,801	0,842	0,864	0,935	0,731	0,756
Curitiba	0,799	0,856	0,793	0,846	0,875	0,946	0,728	0,776
Rio de Janeiro	0,798	0,842	0,794	0,840	0,887	0,948	0,714	0,754
Salvador	0,751	0,805	0,744	0,719	0,856	0,924	0,679	0,744
São Paulo	0,805	0,841	0,822	0,843	0,868	0,919	0,726	0,761
Vitória	0,797	0,856	0,793	0,858	0,882	0,948	0,715	0,762

Fonte: PNUD/IPEA, Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003.

Como se observa na tabela 2, o IDH-M de Porto Alegre é o mais elevado entre as principais capitais brasileiras. Da mesma forma, na tabela 3, constata-se que nos principais indicadores demográficos, Porto Alegre destaca-se entre as demais metrópoles.

Tabela 3: Indicadores demográficos de capitais selecionadas 1991-2000

Cidades	Esperança de vida ao nascer		Mortalidade até 1 ano(*)		Mortalidade até 5 anos		Taxa de fecundidade total (filhos p/mulher)	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Porto Alegre	69,87	71,48	21,12	18,06	24,74	18,33	2,03	1,79
Belém	67,62	70,50	38,38	26,45	47,29	28,58	2,34	1,96
Belo Horizonte	68,64	70,52	30,03	27,25	47,58	29,83	1,95	1,65
Brasília	68,87	70,37	27,35	22,67	29,99	24,00	2,33	1,96
Curitiba	68,70	71,57	30,17	20,92	34,75	24,26	2,03	1,74
Rio de Janeiro	67,85	70,26	30,23	21,83	32,32	22,21	1,86	1,87
Salvador	65,73	69,64	46,38	36,35	59,85	44,11	2,12	1,69
São Paulo	68,56	70,66	38,38	26,45	34,15	24,90	2,04	1,88
Vitória	67,87	70,74	30,03	27,25	36,85	29,02	2,31	1,69

Fonte: PNUD/IPEA, Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003.

(*) Estimada pelo PNUD/IPEA com base em métodos indiretos, correspondendo aos quinquênios terminados nos anos censitários de 1991 e 2000. Portanto, não corresponde ao Coeficiente de Mortalidade Infantil apurado pelas Secretarias Municipais de Saúde das cidades selecionadas.

No entanto, embora os indicadores sociais tanto de Porto Alegre quanto das outras capitais selecionadas tenham melhorado durante a década de 1990, a deterioração da situação econômica e social do país tem resultado em esgarçamento do tecido social com o crescimento do desemprego, da pobreza e da violência urbana. Além disso, a observação das metrópoles brasileiras somente através dos valores médios tende a obscurecer os diferenciais existentes nas condições de vida no interior das grandes cidades, que se devem aos desequilíbrios entre os patamares de desenvolvimento e à extrema concentração de renda brasileira. Relembrando o que já foi mencionado na Introdução deste trabalho, o coeficiente de Gini de Porto Alegre é elevado, chegando a 0,61 em 2000, indicando uma estrutura social com significativas desigualdades. Isso torna relevante avaliar o desempenho das regiões da cidade no que se refere aos indicadores socioeconômicos básicos, como forma de subsidiar a discussão e a tomada de decisões em políticas públicas tanto no âmbito governamental quanto não-governamental.

Índice de Condições de Vida das Regiões do Orçamento Participativo

Em 1989 foi adotado no município o Orçamento Participativo para a discussão e elaboração do Plano de Investimentos com a participação da população. A implementação desse processo e seus posteriores desenvolvimentos levaram à consolidação da divisão da cidade em 16 regiões político-administrativas, que resultaram de debate entre o Conselho do Orçamento Participativo e os Conselhos Populares, Uniões de Vilas e Fóruns de Entidades de Porto Alegre. Ainda que o Orçamento Participativo não seja institucionalizado por escolha do próprio Conselho, os 82 bairros oficiais e não-oficiais que formam o município distribuem-se entre as 16 regiões constituídas para a deliberação sobre o orçamento municipal, seguindo critérios de uso social e de organização política do movimento comunitário. Esta regionalização que é utilizada para a discussão de prioridades de investimento, implantação de equipamentos urbanos e prestação dos serviços públicos municipais, é a adotada neste trabalho para identificar as desigualdades nas condições de vida da população porto-alegrense. Portanto, convém especificar a composição das regiões do Orçamento Participativo (ROPs) por bairros agregando as informações demográficas básicas, conforme é mostrado na tabela 4.

Tabela 4: Regiões do Orçamento Participativo, composição por bairros, população, densidade demográfica, taxas de crescimento e participação no total da população

Regiões/Bairros	População residente 2000	Área (km ²)	Densidade (hab./ km ²)	Taxa crescimento 1991-2000 (*)	% no total da população
1- Humaitá/Ilhas/Navegantes					
Anchieta	1.281	5,21	245,87	0,5	0,09
Arquipélago	7.619	44,2	172,38	4,4	0,56
Farrapos	17.083	1,65	10.353,33	2,7	1,26
Humaitá	10.293	4,16	2.474,28	-0,5	0,76
Navegantes	4.227	2,2	1.921,36	-4,6	0,31
São Geraldo	9.202	1,89	4.868,78	5,8	0,68
Total	49.705	59,31	838,05	-0,6	3,65
2-Noroeste					
Boa Vista	9.030	1,09	8.284,40	1,2	0,66
Cristo Redentor	15.505	1,39	11.154,68	0,2	1,14
Higienópolis	9.096	1,06	8.581,13	0,1	0,67
Jardim Floresta	4.237	0,75	5.649,33	0,2	0,31
Jardim Itu	7.569	1,39	5.445,32	nd	0,56
Jardim Lindóia	7.932	0,92	8.621,74	1,6	0,58
Jardim São Pedro	5.152	1,21	4.257,85	1,8	0,38
Passo da Areia	20.880	2,53	8.252,96	-0,7	1,53
Santa Maria Goretti	3.964	0,71	5.583,10	-2,4	0,29
São João	18.721	6,02	3.109,80	5,4	1,38
São Sebastião	6.714	1,06	6.333,96	-0,1	0,49
Vila Ipiranga	21.105	2,6	8.117,31	-0,6	1,55
Total	129.905	20,73	6.266,52	0,2	9,55
3-Leste					
Bom Jesus	30.423	2,02	15.060,89	3,7	2,24
Chácara das Pedras	6.479	1,07	6.055,14	0,3	0,48
Jardim Carvalho	25.161	4,02	6.258,96	1,0	1,85
Jardim do Salso	4.530	0,92	4.923,91	0,2	0,33
Jardim Sabará	14.987	2,12	7.069,34	nd	1,10
Morro Santana	19.236	2,49	7.725,30	nd	1,41
Três Figueiras	3.657	1,34	2.729,10	-1,1	0,27
Vila Jardim	14.450	1,43	10.104,90	4,8	1,06
Total	118.923	15,41	7.717,26	1,7	8,74
4-Lomba do Pinheiro					
Agronomia	12.393	16,66	743,88	21,2	0,91
Lomba do Pinheiro	43.882	33,99	1.291,03	2,5	3,23
Total	56.275	50,65	1.111,06	4,9	4,14
5-Norte					
Sarandi	90.665	28,76	3.152,47	5,7	6,66
Total	90.665	28,76	3.152,47	5,7	6,66
6-Nordeste					
Mário Quintana	28.518	6,78	4.206,19	nd	2,10
Total	28.518	6,78	4.206,19	nd	2,10
7-Partenon					
Cel. Aparício Borges	15.100	2,19	6.894,98	-1,7	1,11
Partenon	47.430	6,25	7.588,80	-0,1	3,49
Santo Antônio	15.003	1,49	10.069,13	0,2	1,10
São José	30.164	3,56	8.473,03	1,4	2,22
Vila João Pessoa	12.641	1,08	1.1704,63	1,8	0,93
Total	120.338	14,57	8.259,30	-0,6	8,84

Tabela 4: Regiões do Orçamento Participativo, composição por bairros, população, densidade demográfica, taxas de crescimento e participação no total da população

(continuação)

Regiões/Bairros	População residente 2000	Área (km ²)	Densidade (hab./ km ²)	Taxa crescimento 1991-2000 (*)	% no total da população
8-Restinga					
Restinga	53.764	38,56	1.394,29	5,4	3,95
Total	53.764	38,56	1.394,29	5,4	3,95
9-Glória					
Belém Velho	8.274	9,16	903,28	4,7	0,61
Cascata	27.784	7,59	3.660,61	3,7	2,04
Glória	9.077	1,44	6.303,47	-0,1	0,67
Total	45.135	18,19	2.481,31	0,9	3,32
10-Cruzeiro					
Medianeira	10.701	1,26	8.492,86	-2,5	0,79
Santa Tereza	59.222	5,56	10.651,44	3,9	4,35
Total	69.923	6,82	10.252,64	1,8	5,14
11-Cristal					
Cristal	30.220	3,92	7.709,18	3,8	2,22
Total	30.220	3,92	7.709,18	3,8	2,22
12-Centro Sul					
Camaquã	22.009	2,27	9.695,59	-0,4	1,62
Campo Novo	7.652	5,92	1.292,57	nd	0,56
Cavahada	15.403	1,89	8.149,74	-2,6	1,13
Nonoai	21.393	4,38	4.884,25	-3,6	1,57
Teresópolis	9.877	3,51	2.813,96	-1,9	0,73
Vila Nova	33.417	10,85	3.079,91	1,5	2,46
Total	109.751	28,82	3.808,15	0,7	8,07
13-Extremo Sul					
Belém Novo	13.787	28,49	483,92	2,6	1,01
Chapéu do Sol	2.620	5,00	524,00	1,9	0,19
Lageado	6.476	44,96	144,04	5,4	0,48
Lami	3.493	28,20	123,87	5,4	0,26
Ponta Grossa	3.290	9,36	351,50	6,7	0,24
Total	29.666	116,01	255,72	4,8	2,18
14-Eixo Baltazar					
Passo das Pedras	24.549	3,79	6.477,31	9,5	1,80
Rubem Berta	68.536	8,20	8.358,05	-0,5	5,04
Total	93.085	11,99	7.763,55	-0,2	6,84
15-Sul					
Espírito Santo	6.121	1,90	3.221,58	1,8	0,45
Guarujá	4.841	1,47	3.293,20	9,5	0,36
Hípica	10.948	9,51	1.151,21	6,6	0,80
Ipanema	20.790	10,21	2.036,24	5,5	1,53
Pedra Redonda	316	0,51	619,61	0,1	0,02
Serraria	4.682	1,75	2.675,43	-1,7	0,34
Tristeza	14.837	2,77	5.356,32	0,5	1,09
Vila Assunção	3.819	1,24	3.079,84	-1,9	0,28
Vila Conceição	1.467	0,37	3.964,86	0,4	0,11
Total	67.821	29,73	2.281,23	2,7	4,98

Tabela 4: Regiões do Orçamento Participativo, composição por bairros, população, densidade demográfica, taxas de crescimento e participação no total da população

(continuação)

Regiões/Bairros	População residente 2000	Área (km ²)	Densidade (hab./ km ²)	Taxa crescimento 1991-2000 (*)	% no total da população
16-Centro					
Auxiliadora	9.985	0,84	11.886,90	-0,3	0,73
Azenha	10.475	1,15	9.108,70	-4,2	0,77
Bela Vista	10.097	0,98	10.303,06	3,2	0,74
Bom Fim	9.368	0,38	24.652,63	-2,4	0,69
Centro	36.591	2,39	15.310,04	-1,8	2,69
Cidade Baixa	18.523	0,93	19.917,20	-0,5	1,36
Farroupilha	1.101	0,66	1.668,18	-1,4	0,08
Floresta	15.493	2,19	7.074,43	-5,4	1,14
Independência	10.986	0,57	19.273,68	4,5	0,81
Jardim Botânico	11.494	2,03	5.662,07	-0,6	0,84
Menino Deus	30.717	2,31	13.297,40	0,2	2,26
Moinhos de Vento	8.067	0,93	8.674,19	-0,1	0,59
Mont'Serrat	10.236	0,79	12.956,96	0,3	0,75
Petrópolis	34.593	3,39	10.204,42	-0,5	2,54
Praia de Belas	1.869	2,61	716,09	-0,3	0,14
Rio Branco	16.473	1,37	12.024,09	-2,7	1,21
Santa Cecília	5.800	0,68	8529,41	-1,2	0,43
Santana	25.028	1,8	13.904,44	0,7	1,84
Total	266.896	26,0	10.265,23	-0,3	19,62
Porto Alegre	1.360.590	476,25	2856,88	0,91	100,00

Fonte: Elaboração própria GT-Mapa da Inclusão/Exclusão de Porto Alegre com base nos dados do IBGE, Censo Demográfico 2000: Resultados do Universo, setores censitários; Geoprocessamento - Secretaria do Planejamento Municipal.

(*) Taxa média geométrica de crescimento anual.

Com base nessa divisão político-administrativa, apresenta-se no Quadro 3 a classificação obtida pelas Regiões do Orçamento Participativo no Índice de Condições de Vida (ICV).

Quadro 3: Classificação das Regiões do Orçamento Participativo conforme o Índice de Condições de Vida

CONDIÇÕES DE VIDA			
ALTA	MÉDIA	BAIXA	MUITO BAIXA
REGIÃO	REGIÃO	REGIÃO	REGIÃO
16.CENTRO	02.NOROESTE	05.NORTE	06.NORDESTE
		10.CRUIZEIRO	04.LOMBA DO PINHEIRO
		01.HUMAITÁ/ILHAS/NAVEG.	08.RESTINGA
		14.EIXO BALTAZAR	04.EXTREMO SUL
		07.PARTENON	09.GLÓRIA
		12.CENTRO SUL	
		03.LESTE	
		11.CRISTAL	
		15.SUL	

A observação dos resultados apresentados no Quadro 3 mostra-nos que cinco Regiões do Orçamento Participativo –Nordeste, Lomba do Pinheiro, Restinga, Extremo Sul e Glória– exibem ICV muito baixo, enquanto nove regiões – Norte, Cruzeiro, Humaitá/Ilhas/Navegantes, Eixo Baltazar, Partenon, Centro Sul, Leste, Cristal e Sul - encontram-se em um nível baixo. Já as regiões em melhor situação, Noroeste e Centro, atingem um ICV médio e alto, respectivamente.

Tendo em vista que não se tem pretensão de esgotar o tema, apresentar-se-á uma breve análise da situação das dezesseis regiões de acordo com a classificação obtida.

ICV alto. Apenas a ROP Centro classificou-se com ICV alto entre todas as regiões de Porto Alegre. Esta é região mais populosa da cidade, concentrando dezoito bairros que contam com boa infra-estrutura, os quais abrangem 19,6% da população total da cidade. No entanto, com exceção de Bela Vista, Independência, Mont'Serrat e Santana, todos os outros bairros que a compõem vêm perdendo população, alguns deles desde a década de 1980. Isso tem levado ao declínio da função residencial com a transição para uma área de comércio e serviços sofisticados destinados a camadas de renda mais elevada, situação nítida no bairro Moinhos de Vento. Já o bairro Bela Vista, de alta valorização imobiliária, vem exibindo crescimento significativo desde a década de 1980.

Tomando-se a renda dos responsáveis pelos domicílios como *proxy* para a renda domiciliar, a da região Centro é 1,7 vezes superior à média do município e 6,4 vezes a daqueles que habitam a região Nordeste, que exibe o menor ICV. No entanto, metade dos chefes de família auferem rendimentos superiores a 10 salários mínimos e o restante situa-se em patamar inferior a este

valor. Por isso, a ROP Centro apresenta muita diversidade, com bairros de classe média em franca decadência e outros de padrão elitizado.

No que se refere à educação, os responsáveis pelos domicílios da região Centro têm em média o curso superior. Os chefes de família com ensino médio completo e/ou curso superior representam 57,1% dessa categoria. A escolaridade dos chefes de família da ROP Centro é 1,3 vez superior à média de Porto Alegre e 2,3 vezes a da ROP Nordeste.

Comprovando o alto desenvolvimento humano que desfrutam os moradores da região Centro, verifica-se que a mortalidade infantil desta ROP é a mais reduzida entre todas as demais áreas da cidade. O seu coeficiente de mortalidade infantil é de 10,2 por mil nascidos vivos. A concentração de idosos também é significativa, evidenciada pelo índice de envelhecimento da região que é de 137 idosos para cem crianças e adolescentes. Desta forma, a expectativa de vida elevada exibida pelos moradores desta região realça a sinergia existente entre renda e educação, componentes essenciais à obtenção de uma série de vantagens materiais e imateriais. Isso faz com que a qualidade de vida da ROP Centro alcance um alto patamar em relação ao conjunto da cidade. Entre as vantagens imateriais propiciadas de modo geral por renda e educação está o acesso à cultura, ao lazer, ao entretenimento, bem como maior autonomia, ou poder de decisão acerca da própria vida. As crianças e adolescentes da região também possuem maior acesso à educação e cultura, comprovada pelo fato de que a integralidade das populações de 7 a 14 anos e de 15 a 17 anos acha-se matriculada no ensino fundamental e médio, respectivamente.

Em relação às condições habitacionais, apenas 0,2% dos domicílios não possuem abastecimento de água adequado, 0,3% não têm esgotamento sanitário adequado e 0,1% não tem seu lixo recolhido por serviço de limpeza. Essa carência em saneamento básico na ROP Centro deve-se à presença de 29 pequenos assentamentos irregulares²⁰.

ICV médio. A ROP Noroeste obteve ICV médio. A região é constituída por doze bairros de alta concentração populacional, correspondendo a 9,5% da população total de Porto Alegre. Alguns bairros que a compõem surgiram do incentivo à moradia de operários fabris nas proximidades da área industrial como forma de reduzir os custos com transporte para o deslocamento ao local de trabalho. Um dos exemplos mais significativos disso foi a implantação da Vila do IAPI, construída pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários no bairro Passo da Areia. Como a região Centro, a ROP Noroeste dispõe de boa infraestrutura urbana e todos os serviços e equipamentos públicos essenciais.

A renda média dos responsáveis pelos domicílios é a terceira mais elevada entre as regiões, atingindo 12,34 salários mínimos. Os chefes de família têm escolaridade relativamente elevada, apresentando em média 10,4 anos de estudo. Nessa ROP 38,4% dos responsáveis pelos domicílios possuem ensino médio ou superior.

No que se refere à longevidade, a região Noroeste exibe o segundo maior contingente de idosos da cidade. O seu índice de envelhecimento é de 89

²⁰ Núcleos com até 50 domicílios.

idosos para cem crianças e adolescentes. A mortalidade infantil também é mais reduzida, atingindo 12,8 óbitos por mil nascidos vivos.

Em relação ao desenvolvimento de crianças e adolescentes, a região Noroeste apresenta a segunda melhor taxa de escolarização no segmento de 4 a 6 anos; 63,4% da população desta faixa etária estão matriculados em escolas infantis. Nesta região todas as crianças de 7 a 14 anos freqüentam o ensino fundamental e 93,78% dos adolescentes de 15 a 17 anos cursam o ensino médio.

As condições habitacionais desta região em termos de saneamento básico são relativamente boas, pois apenas 0,1% dos domicílios não têm abastecimento de água provindo de rede geral e 2,5% mostram carência de esgotamento sanitário. Isso se deve à existência de 18 vilas irregulares, entre as quais algumas exibem características de aglomerado subnormal ou favela como a Vila Dique I e a Vila Nazaré.

ICV baixo. No conjunto da cidade, nove regiões – Humaitá/Ilhas/Navegantes, Leste, Norte, Partenon, Cruzeiro, Cristal, Centro Sul, Eixo Baltazar e Sul - obtiveram escore baixo no ICV. Estas ROPs concentram 55,7% da população de Porto Alegre. Todavia, há grandes disparidades entre os bairros que as compõem. Pode-se citar como exemplo destas disparidades a região Leste, que abrange o bairro Três Figueiras com a renda média mais elevada da cidade (38,4 salários mínimos) em contraste com o bairro Bom Jesus com renda média de 4,43 salários mínimos. Ou seja, a ROP Leste apresenta a peculiaridade de possuir um bairro que representa um enclave de riqueza cercado por um grande bolsão de pobreza, o que faz com que obtenha um escore baixo de ICV. As regiões que apresentam piores condições de vida em relação às demais que se classificaram no segmento de baixo ICV, são as ROPs Norte, Cruzeiro e Eixo Baltazar, as quais são formadas apenas por um ou dois bairros.

No que tange à renda dos responsáveis pelos domicílios, a mais baixa encontra-se na região Norte formada apenas pelo bairro Sarandi com renda de 4,41 salários mínimos, enquanto a mais elevada é a da ROP Cristal com 9,37 salários mínimos. Em conseqüência, a ROP Norte/bairro Sarandi mostra a menor desigualdade de renda (0,08), o que significa que a maior parte dos chefes de família tem baixos rendimentos, ao passo que a ROP Cristal/bairro Cristal exibe a maior desigualdade (0,38), resultante da convivência na mesma região/bairro de famílias com diferentes níveis de renda. Em termos de segregação espacial²¹, pode-se concluir que a região Norte é mais segregada que a Cristal.

O nível educacional das regiões mostra o mesmo comportamento que a variável renda, o que realça a associação existente entre ambas. Na ROP Norte/bairro Sarandi os responsáveis pelos domicílios têm 6,5 anos de estudo e somente 6,5% deles possuem o ensino médio completo ou curso superior. Já na ROP Cristal, a escolaridade dos chefes de família é de 9,3 anos de estudo, com 28,9% deles contando com nível educacional médio ou curso superior.

²¹ Segregação significa maior homogeneidade em determinada característica.

Na dimensão longevidade pode-se aprofundar a análise das diferenciações entre as regiões de baixo ICV. A ROP Humaitá/Ilhas/Navegantes apresenta o segundo mais elevado coeficiente de mortalidade infantil (20,4 por mil) entre as dezesseis ROPs, mas possui maior contingente de idosos (41,01 por 100 crianças e adolescentes). Essa aparente disparidade deve-se à existência de áreas de grande pobreza como a Vila Areia, a Vila Esperança e a Ilha das Flores, e, portanto, com elevada mortalidade infantil, ao lado de bairros como Navegantes e São Geraldo em que é significativa a participação de idosos.

Em relação ao acesso de crianças e adolescentes à educação no grupo de regiões de baixo ICV, deve-se ressaltar a situação mais precária das ROPs Cruzeiro e Cristal no que se refere à inclusão de crianças de 4 a 6 anos no ensino pré-escolar. Nesta faixa etária apenas 30,1% das crianças da ROP Cruzeiro, e 31% daquelas da ROP Cristal têm acesso ao nível pré-escolar. A mesma carência se repete no ensino fundamental, com 81,9% da população de 7 a 14 anos da ROP Cruzeiro incluída neste nível de ensino, e 75,9% na ROP Cristal. No nível médio, a pior inserção educacional é encontrada na ROP Centro Sul, a qual tem apenas 18,79% da população de 15 a 17 anos matriculada neste nível de ensino, seguida pela ROP Norte com 19,31% dos adolescentes matriculados no nível médio.

No que se refere às condições habitacionais nas regiões de baixo ICV, as piores situações quanto ao abastecimento de água são encontradas nas ROPs Humaitá/Ilhas/Navegantes e Cruzeiro, que têm 92% e 97,6% dos domicílios particulares permanentes com fornecimento de água através de rede geral, respectivamente. O esgotamento sanitário é mais deficiente nas ROPs Humaitá/Ilhas/Navegantes e Cristal, com 83,7% e 90,7% dos domicílios tendo acesso a esse serviço público, respectivamente. No que tange ao recolhimento de lixo, o atendimento mais precário é o da ROP Humaitá/Ilhas/Navegantes com 98,7% dos domicílios abrangidos pela coleta através do Departamento Municipal de Limpeza Urbana.

ICV muito baixo. Entre as cinco ROPs que obtiveram ICV muito baixo - Lomba do Pinheiro, Nordeste, Restinga, Glória e Extremo Sul – as três primeiras possuem características de áreas periféricas. A região Lomba do Pinheiro é formada por dois bairros, Agronomia e Lomba do Pinheiro. O bairro Lomba do Pinheiro é composto por cinco vilas antes pertencentes ao município de Viamão, área que foi anexada a Porto Alegre em 1993 por demanda dos próprios moradores. Como eram vilas carentes de infra-estrutura básica e dada a vizinhança com Porto Alegre, os moradores buscaram a anexação como forma de melhorar as suas condições de moradia. Nesta região encontram-se algumas áreas densamente povoadas ao lado de outras com características rurais, loteamentos irregulares e clandestinos, áreas com habitações precárias e locais considerados de preservação permanente.

A ROP Nordeste é formada pelo bairro Mário Quintana e vinte e cinco assentamentos em situação de irregularidade fundiária, a maior parte deles de

médio porte²². A área abrangida pela região é de 6,78 km², dos quais 19% pertencem ao Departamento Municipal de Habitação, incluindo a Chácara da Fumaça. A área conhecida como Chácara da Fumaça tornou-se, a partir dos anos de 1980, um local destinado aos reassentamentos promovidos pelo poder público municipal, deslocando-se para a região um número significativo de populações removidas de áreas de risco, ocupações irregulares ou que estavam sendo despejadas em função de ações de reintegração de posse.

A ROP Restinga é uma área com 38,56 km² e 28,4 quilômetros distante do centro da cidade. A ocupação da região teve início em 1967 por ocasião da remoção das vilas Teodora, Marítimos, Ilhota e Santa Luzia, que originaram o loteamento atualmente conhecido como Restinga Velha. Em 1971, o Departamento Municipal de Habitação implantou um grande loteamento na área que recebeu a denominação de Restinga Nova. Este novo empreendimento contava com infra-estrutura, praças, pavimentação e equipamentos comunitários, era formado por cinco unidades vicinais, mas somente quatro delas foram concluídas.

Os bairros Belém Velho, Cascata e Glória formam a região Glória que é uma área de transição entre as áreas de ocupação intensiva e rarefeita* de Porto Alegre, ocupando 18,19 km². Nos anos de 1950, algumas empresas loteadoras iniciaram o parcelamento de áreas da região mas não conseguiram vendê-las. Isso permitiu que famílias sem recursos para adquirir moradia própria ocupassem esses terrenos. Na década de 1960, acelerou-se o ritmo de ocupação de áreas particulares e públicas da região, incluindo terrenos de propriedade do Departamento Municipal de Habitação. Entre o final dos anos 1960 e início dos anos 1970, a União de Moradores das Vilas de Porto Alegre (UMVP) implantou os loteamentos Jardim Cascata, Jardim Renascença e Nossa Senhora de Lourdes destinados à famílias de baixos rendimentos. O bairro Belém Velho, que se direciona à área rarefeita, bem como o bairro Cascata, localizado entre morros, apresentam predominância de famílias de poucos recursos. Já o bairro Glória é ocupado por segmentos de maior poder aquisitivo, mas vem perdendo população para outras áreas da cidade.

A região Extremo Sul ocupa uma área de 116,01 km², destacando-se por concentrar áreas com dominância de atividades primárias intercaladas com núcleos urbanos e áreas de preservação ambiental. É formada pelos bairros Belém Novo, Lageado, Lami, Chapéu do Sol e Ponta Grossa. Até a década de 1970, a ROP Extremo Sul era um balneário freqüentado pelas famílias porto-alegrenses. Posteriormente, a crescente poluição das águas do Rio (lago) Guaíba e a procura pelas praias do litoral Norte fizeram com que perdesse essa característica. No entanto, a instalação de sítios de lazer e sedes campestres de diversas instituições locais permitiram-lhe tornar-se uma área identificada com o lazer rural. No final dos anos de 1990, tornou-se atrativa à construção de grandes condomínios residenciais a camadas de altas rendas, que podem desfrutar maior contato com a natureza aliado aos confortos propiciados por este tipo de empreendimento. Esta região é ecologicamente estratégica para a

* LC 434/99 PDDUA.

²² Assentamentos constituídos por 101 a 500 domicílios segundo a classificação do Departamento Municipal de Habitação.

cidade, tendo sido gravada no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Porto Alegre como área de ocupação rarefeita devido à existência de extensa área de patrimônio natural.

Tendo em vista as características mencionadas, essas regiões da cidade obtiveram ICV muito baixo, devido à combinação de situações adversas de insuficiência de renda, baixa escolaridade e precariedade habitacional. Estas são as regiões que apresentam os piores indicadores sociais de Porto Alegre, com exceção da Região Extremo Sul, o que pode ser constatado através da consulta às tabelas constantes no Anexo. Estas regiões serão avaliadas mais detidamente através da análise do Índice de Vulnerabilidade Social, que será realizada no capítulo a seguir.

ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL DE PORTO ALEGRE



O *Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)* foi construído com o objetivo de aprofundar a análise das condições de vida das dezesseis regiões do Orçamento Participativo, complementando o quadro social produzido pelo *Índice de Condições de Vida*. Os indicadores sociais selecionados permitem observar as vulnerabilidades de determinados segmentos da população, as quais representam entraves ao seu desenvolvimento humano e social. O Quadro 4 sintetiza a classificação obtida pelas regiões do Orçamento Participativo no IVS.

Quadro 4: Classificação das Regiões do Orçamento Participativo no Índice de Vulnerabilidade Social

VULNERABILIDADE SOCIAL		
BAIXA	ALTA	MUITO ALTA
REGIÃO	REGIÃO	REGIÃO
16.CENTRO	05.NORTE	06.NORDESTE
02.NOROESTE	01.HUMAITÁ/ILHAS/NAVEG.	10.CRUIZEIRO
	11.CRISTAL	08.RESTINGA
	13.EXTREMO SUL	04.LOMBA DO PINHEIRO
	03.LESTE	09.GLÓRIA
	07.PARTENON	
	14.EIXO BALTAZAR	
	12.CENTRO SUL	
	15.SUL	

IVS muito alto. Cinco regiões do Orçamento Participativo classificaram-se com um IVS muito elevado – Nordeste, Cruzeiro, Restinga, Lomba do Pinheiro e Glória – todas elas, com exceção da ROP Cruzeiro, também receberam um ICV muito baixo. Em conjunto essas cinco regiões concentram 19% da população de Porto Alegre.

As cinco regiões concentram a maior proporção de chefes de família em condição de pobreza. A pior situação é a da ROP Nordeste em que 67,29% das famílias são pobres, seguindo-se a Lomba do Pinheiro com 54,2%, a Restinga com 53,35%, a Glória com 45,53% e a Cruzeiro com 42,84%. Como pode ser observado na tabela resumo do ICV constante do Anexo, nas ROPs Nordeste, Lomba do Pinheiro e Restinga não há quase desigualdade de renda, indicando a predominância de famílias pobres. Como as ROPs Lomba do Pinheiro e Restinga exibem taxas de crescimento populacional muito superiores à média da cidade devido às ocupações irregulares e loteamentos clandestinos, a tendência

é uma maior concentração de pobreza nestas regiões e crescimento das demandas por infra-estrutura, equipamentos e serviços públicos.

O grupo de regiões de vulnerabilidade muito alta possui baixo nível educacional. Na ROP Nordeste, por exemplo, 8,4% dos chefes de família são analfabetos e 74,4% deles não concluíram o ensino fundamental. Nas demais regiões este quadro é similar; em todas, mais de 50% dos responsáveis pelos domicílios não possuem o nível educacional básico.

Em relação à longevidade, constata-se que o coeficiente de mortalidade infantil da ROP Nordeste, 22,3 por mil, é o mais elevado entre as dezesseis regiões. Em consequência, o seu índice de envelhecimento, de 13 idosos para 100 crianças e adolescentes, é o menor do conjunto de regiões da cidade, podendo-se supor que a expectativa de vida da ROP Nordeste é baixa.

Nas cinco regiões de vulnerabilidade muito alta há sérios obstáculos ao pleno e sadio desenvolvimento das crianças, pois mais da metade dos recém-nascidos têm mães que não concluíram o ensino fundamental. Além disso, é maior o número de mães adolescentes nesse grupo. Os mais altos percentuais são apresentados pelas ROPS Nordeste e Restinga, onde quase um terço das mães não completaram 20 anos. Como se percebe, também é mais precária a situação das mulheres nestas regiões.

O acesso à educação infantil no Brasil ainda está muito aquém das necessidades das famílias, principalmente das camadas de baixa renda. A carência em educação infantil é mais grave nas ROPs Lomba do Pinheiro, Nordeste e Glória, onde apenas 13,3%, 15,9% e 19,5% das crianças nessa faixa etária, respectivamente, freqüentam escola. Na coorte de 7 a 14 anos a situação é mais favorável, visto que nas ROPs Lomba do Pinheiro, Nordeste e Restinga todas as crianças estão na escola. Todavia, nas regiões Glória e Cruzeiro 14% da população dessa faixa etária não têm inserção escolar nestas regiões.

A violência é outro problema que afeta sobretudo o grupo de regiões de maior vulnerabilidade, atingindo maciçamente os jovens do sexo masculino entre os 15 e 24 anos. As taxas de homicídios das ROPs Nordeste, Restinga e Cruzeiro são mais elevadas que a média da cidade, que também pode ser considerada alta. Constata-se, assim, que os jovens dessas três regiões estão mais expostos à violência. A probabilidade da morte violenta é de 4,6 por 10 mil habitantes na região Nordeste; de 4,4 em 10 mil na Restinga e de 3,5 por mil na ROP Cruzeiro.

A vulnerabilidade habitacional, que é representada pela irregularidade fundiária e a moradia em locais de risco e sem infra-estrutura, é mais acentuada nas ROPs Nordeste, Cruzeiro e Glória. Nessas três regiões, 29,6%, 35,7% e 9,8% dos domicílios, respectivamente, estão localizados em aglomerados subnormais e 65,3%, 43,4% e 33,4%, respectivamente, são irregulares.

IVS alto. O grupo classificado com IVS alto é formado pelas regiões Humaitá/Ilhas/Navegantes, Cristal, Norte, Leste, Extremo Sul, Partenon, Eixo Baltazar, Centro Sul e Sul. Em conjunto representam 52% da população total de Porto Alegre. Este grupo é mais heterogêneo do que o anterior, incluindo uma região de renda média elevada como a ROP Sul.

No grupo que obteve IVS alto, a participação dos chefes de família pobres é menor que a do grupo de IVS muito alto. Os piores percentuais foram exibidos pelas ROPs Norte (42,27%), Extremo Sul (45,35%), e Ilhas (37,23%). Nas demais regiões que pertencem ao grupo com IVS alto, a renda média é superior a 5 salários mínimos e há maior desigualdade.

A situação educacional nas regiões com IVS alto é mais favorável. As regiões Norte e Extremo Sul são as que apresentam os piores indicadores. Na região Norte e Extremo Sul, os chefes de família analfabetos representam 5,6% e 8,4%, respectivamente. No que se refere ao analfabetismo funcional, tem-se na ROP Extremo Sul 24,3% dos responsáveis pelos domicílios nessa condição, ao passo que na ROP Norte são 19,9%. Os chefes de família que não concluíram o ensino fundamental representam 62,2% na ROP Extremo Sul e 58% na ROP Norte.

Em relação à longevidade, o índice mais baixo foi obtido pela ROP Humaitá/Ilhas/Navegantes, conforme foi comentado quando se analisou o ICV. Seguem-se as ROPS Leste e Partenon como mais vulneráveis na longevidade. As regiões Leste e Partenon mostram coeficiente de mortalidade infantil similar, 18,8 e 18,5 por mil, respectivamente. Todavia, o índice de envelhecimento na região Partenon é 13,8% mais elevado do que o da ROP Leste.

No grupo com IVS alto as condições mais adversas ao desenvolvimento infantil são apresentadas pelas ROPs Cristal e Extremo Sul. Na região Cristal, o percentual de recém-nascidos com mães de baixa escolaridade é de 59,8%, ao passo que o de mães adolescentes atinge 25,8%. Já na ROP Extremo Sul, esses percentuais são de 57,2% e 20%, respectivamente. No que diz respeito ao direito de crianças e adolescentes à educação, 20% das crianças de 0 a 6 anos freqüentam escola na região Cristal. Na faixa etária de 7 a 14 anos, 79,9% possuem inserção escolar, sendo o mais baixo percentual encontrado entre as dezesseis regiões. Na região Extremo Sul, 14% das crianças de 0 a 6 anos estão na escola, representando a mais reduzida inserção escolar nessa faixa etária no conjunto das ROPs. Em contraste, 100% das crianças de 7 a 14 anos freqüentam escola na ROP Extremo Sul.

Na dimensão vulnerabilidade infanto-juvenil, as regiões que obtiveram os piores índices foram as ROPs Humaitá/Ilhas/Navegantes, Cristal e Leste. Nas três regiões, a participação de crianças e adolescentes é similar, sendo de 33,8% na ROP Humaitá/Ilhas/Navegantes, de 31,2% na ROP Cristal e de 33,4% na ROP Leste. As taxas de homicídios também são similares nas ROPS Humaitá/Ilhas/Navegantes, Cristal e Cruzeiro, atingindo cerca de 3,4 por 10 mil habitantes. Na ROP Leste, a taxa de homicídios é de 2,7 por 10 mil habitantes.

A vulnerabilidade na habitação é mais elevada, no grupo com IVS alto, nas regiões Norte, Partenon e Leste. A ROP Norte caracteriza-se pela presença de vilas de grande porte, contendo um total de 34 núcleos e vilas em situação de irregularidade fundiária. O percentual de domicílios em situação de irregularidade fundiária é de 36,8%, dos quais 10% localizam-se em áreas com características de aglomerados subnormais.

IVS baixo. As regiões Centro e Noroeste apresentam vulnerabilidade social baixa, cabendo destacar que seus habitantes correspondem a um terço da população da cidade.

Na ROP Centro, os responsáveis pelos domicílios detêm renda e educação elevada, por isso, apenas 9,39% são pobres e 13,7% têm menos de 8 anos de estudo. Como foi mencionado na análise do ICV, a mortalidade infantil é de 10,2 por mil nascidos vivos e o índice de envelhecimento atinge 137 idosos por cem crianças e adolescentes. Das crianças nascidas na ROP Centro, 18,2% têm mães com menos de 8 anos de estudo e 9%, mães adolescentes. O maior poder aquisitivo das famílias e o número de escolas disponíveis na região possibilitam que 69,3% das crianças de 0 a 6 anos freqüentem escola. Já as crianças na faixa etária dos 7 aos 14 anos, em sua totalidade, possuem inserção escolar. A ROP Centro possui pequena participação de crianças e adolescentes em sua população, sendo a sua representatividade de 19,6%. A taxa de homicídios é a menor entre as regiões, atingindo 0,9 por 10 mil habitantes. A irregularidade fundiária é reduzida na região Centro. Nessa situação encontram-se apenas 1,1% dos domicílios, dos quais apenas 0,5% localizam-se em aglomerados subnormais.

Na ROP Noroeste 16,72% dos responsáveis pelos domicílios são pobres e 25,6% não concluíram o ensino fundamental. O seu pior desempenho no IVS foi na longevidade, mas é o segundo melhor resultado entre as regiões. O coeficiente de mortalidade infantil é de 12,8 por mil, enquanto o índice de envelhecimento é de 89,21 idosos para cem crianças e adolescentes. Em relação ao desenvolvimento infantil, 24,9% dos recém-nascidos têm mães com menos de 8 anos de estudo e 12,6%, mães adolescentes. Esta região, que concentra o segundo maior número de escolas da cidade, tem 43% das crianças de 0 a 6 anos na escola. Na faixa etária de 7 a 14 anos, todas apresentam inserção escolar. A participação de crianças e adolescentes na população da ROP Noroeste é reduzida, atingindo apenas 23,4%. A taxa de homicídios também é baixa, sendo de 1,7 por 10 mil habitantes. Na região Noroeste a situação de irregularidade fundiária não é muito significativa, pois apenas 4% dos domicílios apresentam esta característica, dos quais 3,2% encontram-se em aglomerados subnormais.

Neste trabalho procurou-se traçar o quadro das condições de vida e da vulnerabilidade social nas regiões do Orçamento Participativo, enfocando-as da perspectiva de maior ou menor probabilidade de concentrarem segmentos populacionais em situação de pobreza.

Partiu-se da premissa de que, embora a exclusão social seja um processo e, como tal, difícil de apreender diretamente, seria possível identificar probabilidades de ocorrência através de determinadas características da população. A insuficiência de renda e o baixo nível educacional, a maior participação de crianças e adolescentes na população, a menor proporção de pessoas que conseguem chegar a uma idade mais avançada, entre outros aspectos apontados neste estudo, são indicadores diretos de pobreza. Isso permitiu identificar cinco regiões de muito alta vulnerabilidade, as ROPs Nordeste, Cruzeiro, Restinga, Lomba do Pinheiro e Glória, que recomendamos como prioridade das políticas sociais. Identificamos também um outro conjunto de ROPs que apresentam alta vulnerabilidade, mas estas são mais heterogêneas que as regiões do primeiro grupo. Portanto, deste segundo conjunto destacaríamos a região Norte/bairro Sarandi, o bairro Bom Jesus na região Leste e o bairro Serraria na ROP Sul.

Por último, gostaríamos de ressaltar que o *Mapa da Inclusão e Exclusão de Porto Alegre* é fruto de um trabalho iniciado em junho de 2001, que exigiu um longo processo de discussão teórico-metodológica, adequação e geoprocessamento de setores censitários, planejamento metodológico e seleção de indicadores adequados para a construção dos dois índices sintéticos. Acreditamos, dessa forma, ter cumprido a tarefa a que nos propusemos.

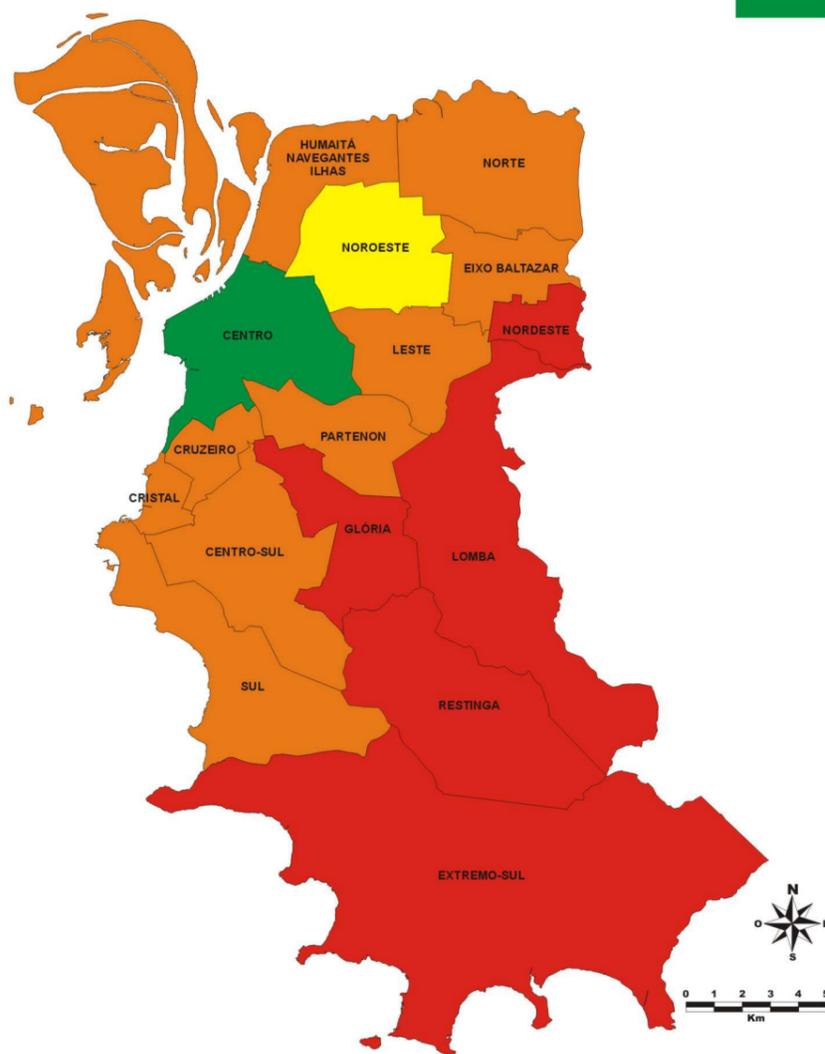
MAPAS

ÍNDICE DE CONDIÇÕES DE VIDA - POA	ICV_POA00
RENDA	ICV_REN10
Renda Média dos Responsáveis p/Domicílios em SM	ICV_REN11
Desigualdade de Renda	ICV_REN12
EDUCAÇÃO	ICV_EDU20
Taxa de Alfabetização	ICV_EDU21
Nº Médio de Anos de Estudo dos Responsáveis p/Domicílios	ICV_EDU22
% de Responsáveis p/Domicílios c/11 Anos e Mais de Estudo	ICV_EDU23
LONGEVIDADE	ICV_LON30
Taxa de Mortalidade Infantil	ICV_LON31
Índice de Envelhecimento	ICV_LON32
INFÂNCIA e ADOLESCÊNCIA	ICV_INF40
Taxa de Escolarização de Crianças de 4 a 6 Anos	ICV_INF41
Taxa de Escolarização de Crianças de 7 a 14 Anos	ICV_INF42
Taxa de Escolarização da População de 15 a 17 Anos	ICV_INF43
CONDIÇÕES HABITACIONAIS	ICV_HAB50
% de Domicílios c/Abastecimento de Água Adequado	ICV_HAB51
% de Domicílios c/Esgotamento Sanitário Adequado	ICV_HAB52
% de Domicílios c/Recolhimento de Lixo Adequado	ICV_HAB53

ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL - POA	IVS_POA00
RENDA	IVS_REN10
% de Responsáveis p/Domicílios s/Rendimentos	IVS_REN11
% de Responsáveis p/Domicílios c/Rendimentos até 1 SM	IVS_REN12
% de Responsáveis p/Domicílios c/Rendimentos até 2 SM	IVS_REN13
EDUCAÇÃO	IVS_EDU20
% de Responsáveis p/Domicílios Não Alfabetizados	IVS_EDU21
% de Responsáveis p/Domicílios c/Menos de 4 Anos de Estudo	IVS_EDU22
% de Responsáveis p/Domicílios c/Menos de 8 Anos de Estudo	IVS_EDU23
LONGEVIDADE	IVS_LON30
Taxa de Mortalidade Infantil	IVS_LON31
Índice de Envelhecimento	IVS_LON32
VULNERABILIDADE INFANTO-JUVENIL	IVS_VIJ40
% de Crianças e Adolescentes	IVS_VIJ41
Taxa de Homicídios	IVS_VIJ42
DESENVOLVIMENTO INFANTIL	IVS_INF50
% de Nascidos vivos de Mães c/Menos de 8 Anos de Estudo	IVS_INF51
% de Nascidos Vivos de Mães c/Menos de 20 Anos	IVS_INF52
% de Crianças de 0 a 6 Anos que Frequentam Escola	IVS_INF53
% de Crianças de 7 a 14 Anos que Frequentam Escola	IVS_INF54
HABITAÇÃO	IVS_HAB60
% de Domicílios em Aglomerados Subnormais	IVS_HAB61
% de Domicílios em Situação de Irregularidade Fundiária	IVS_HAB62

Índice de Condições de Vida - POA

MAPA
ICV_POA
00



ÍNDICES*

- 0,80 A 1,00 **ALTO**
- 0,70 A 0,80 **MÉDIO**
- 0,50 A 0,70 **BAIXO**
- 0,00 A 0,50 **MUITO BAIXO**

* Quanto maior o índice,
melhor a condição de vida

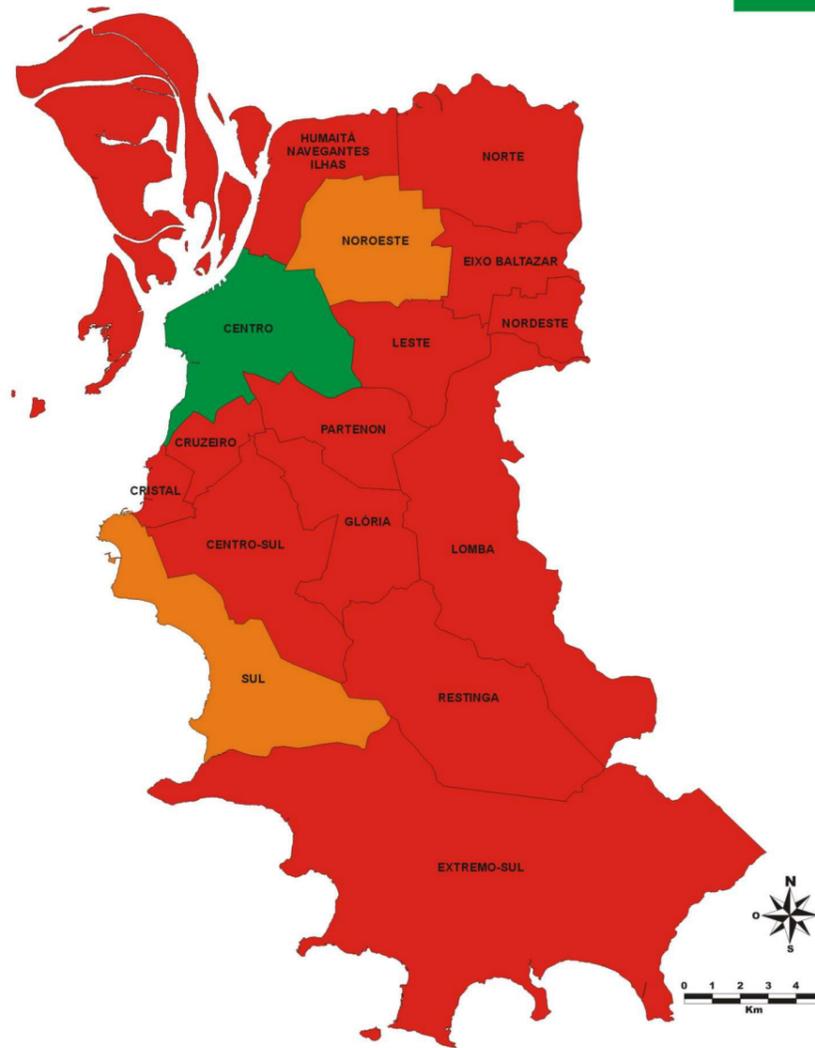
OBSERVAÇÕES:

Dimensões

1. Renda ICV_REN10; 2. Educação ICV_EDU20;
3. Longevidade ICV_LON30; 4. Infância e Adolescência ICV_INF40 e 5. Condições Habitacionais ICV_HAB50

Fonte: Elaboração GT Mapa da Inclusão e Exclusão Social
Dados do Censo Demográfico de 2000/IBGE

Renda



<p>ÍNDICES*</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ 0,80 A 1,00 ALTO ■ 0,70 A 0,80 MÉDIO ■ 0,50 A 0,70 BAIXO ■ 0,00 A 0,50 MUITO BAIXO <p>* Quanto maior o índice, melhor a condição de vida</p>	<p>OBSERVAÇÕES:</p> <p>1.ICV_REN11 - Renda Média dos Responsáveis p/Domicílios em Salários Mínimos</p> <p>2.ICV_REN12 - Desigualdade de Renda</p> <p>Fonte: Elaboração GT Mapa da Inclusão e Exclusão Social Dados do Censo Demográfico de 2000/IBGE</p>
--	---

Renda Média dos Responsáveis p/Domicílios em Salários Mínimos

MAPA
ICV REN
11



ÍNDICES*

- 0,80 A 1,00 **ALTO**
- 0,70 A 0,80 **MÉDIO**
- 0,50 A 0,70 **BAIXO**
- 0,00 A 0,50 **MUITO BAIXO**

* Quanto maior o índice,
melhor a condição de vida

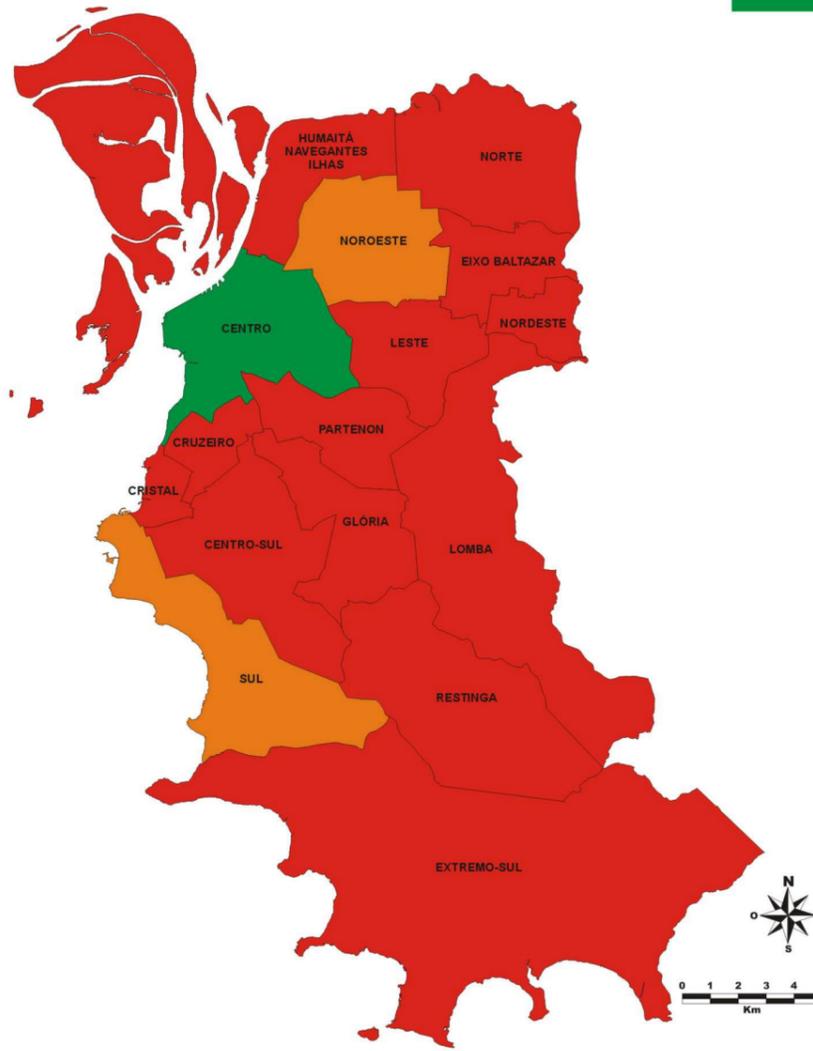
OBSERVAÇÕES:

Vide Capítulo I - Conceitos e Indicadores

Fonte: Elaboração GT Mapa da Inclusão e Exclusão Social
Dados do Censo Demográfico de 2000/IBGE

Desigualdade de Renda

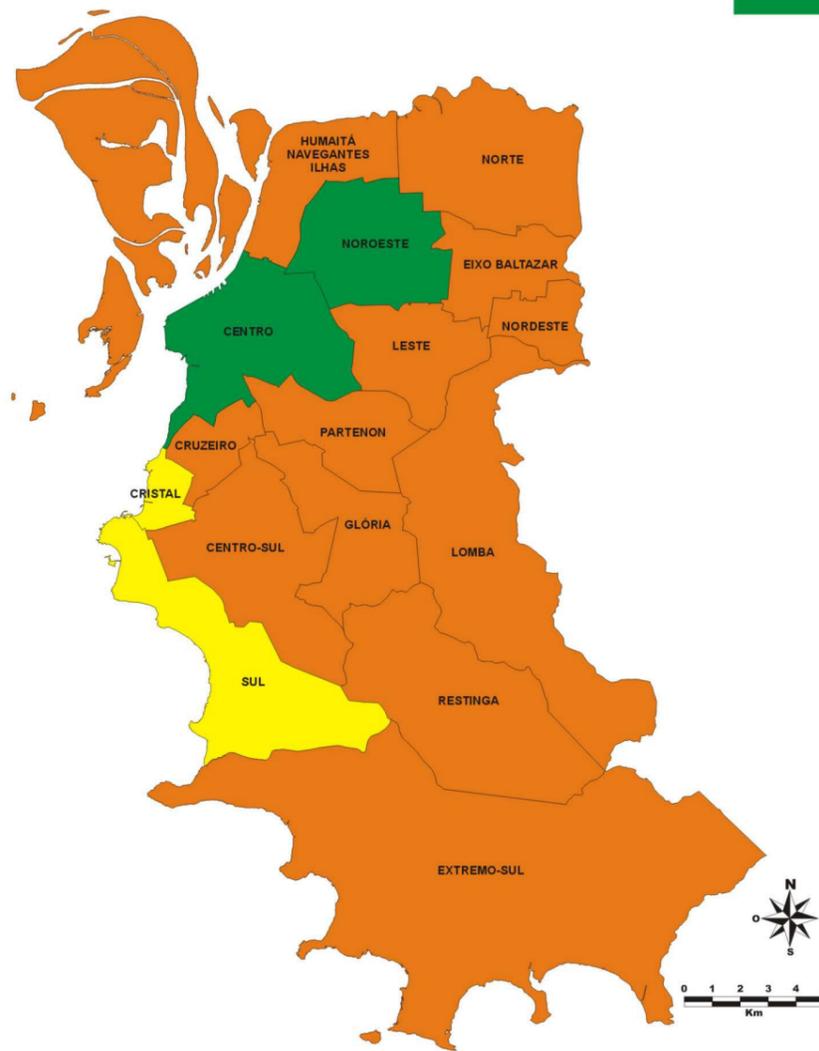
MAPA
ICV REN
12



<p>ÍNDICES*</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ 0,80 A 1,00 ALTO ■ 0,70 A 0,80 MÉDIO ■ 0,50 A 0,70 BAIXO ■ 0,00 A 0,50 MUITO BAIXO <p>* Quanto maior o índice, melhor a condição de vida</p>	<p>OBSERVAÇÕES:</p> <p>Vide Capítulo I - Conceitos e Indicadores</p> <p>Fonte: Elaboração GT Mapa da Inclusão e Exclusão Social Dados do Censo Demográfico de 2000/IBGE</p>
--	--

Educação

MAPA
ICV_EDU
20



ÍNDICES*

- 0,80 A 1,00 **ALTO**
- 0,70 A 0,80 **MÉDIO**
- 0,50 A 0,70 **BAIXO**
- 0,00 A 0,50 **MUITO BAIXO**

* Quanto maior o índice, melhor a condição de vida

OBSERVAÇÕES:

- 1.ICV_EDU21 - Taxa de Alfabetização
- 2.ICV_EDU22 - Nº Médio de Anos de Estudo dos Responsáveis p/Domicílios
- 3.ICV_EDU23 - % de Responsáveis p/Domicílios c/11 Anos e Mais de Estudo

Fonte: Elaboração GT Mapa da Inclusão e Exclusão Social
Dados do Censo Demográfico de 2000/IBGE

Taxa de Alfabetização

MAPA
ICV_EDU
21



<p>ÍNDICES*</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ 0,80 A 1,00 ALTO ■ 0,70 A 0,80 MÉDIO ■ 0,50 A 0,70 BAIXO ■ 0,00 A 0,50 MUITO BAIXO <p>* Quanto maior o índice, melhor a condição de vida</p>	<p>OBSERVAÇÕES:</p> <p><i>Vide Capítulo I - Conceitos e Indicadores</i></p> <p>Fonte: Elaboração GT Mapa da Inclusão e Exclusão Social Dados do Censo Demográfico de 2000/IBGE</p>
--	---

Nº Médio de Anos de Estudo dos Responsáveis p/Domicílios

MAPA
ICV/EDU
22



ÍNDICES*

- 0,80 A 1,00 **ALTO**
- 0,70 A 0,80 **MÉDIO**
- 0,50 A 0,70 **BAIXO**
- 0,00 A 0,50 **MUITO BAIXO**

* Quanto maior o índice, melhor a condição de vida

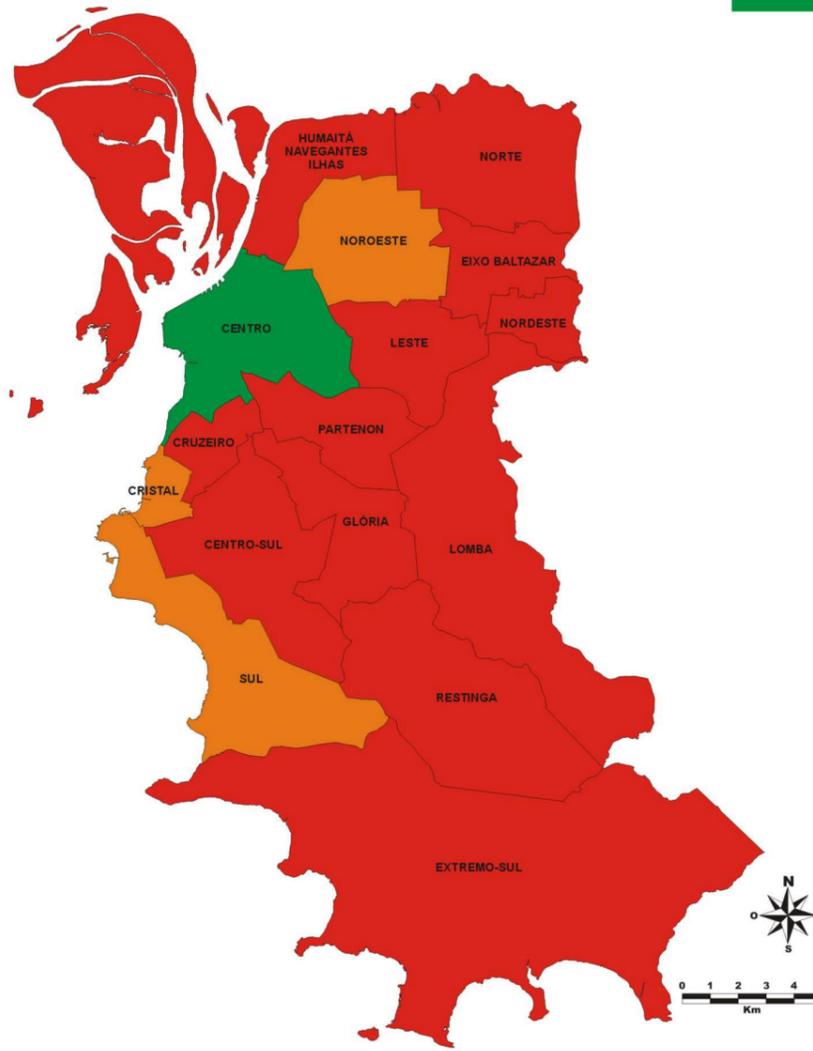
OBSERVAÇÕES:

Vide Capítulo I - Conceitos e Indicadores

Fonte: Elaboração GT Mapa da Inclusão e Exclusão Social
Dados do Censo Demográfico de 2000/IBGE

% de Responsáveis p/Domicílios c/11 Anos e Mais de Estudo

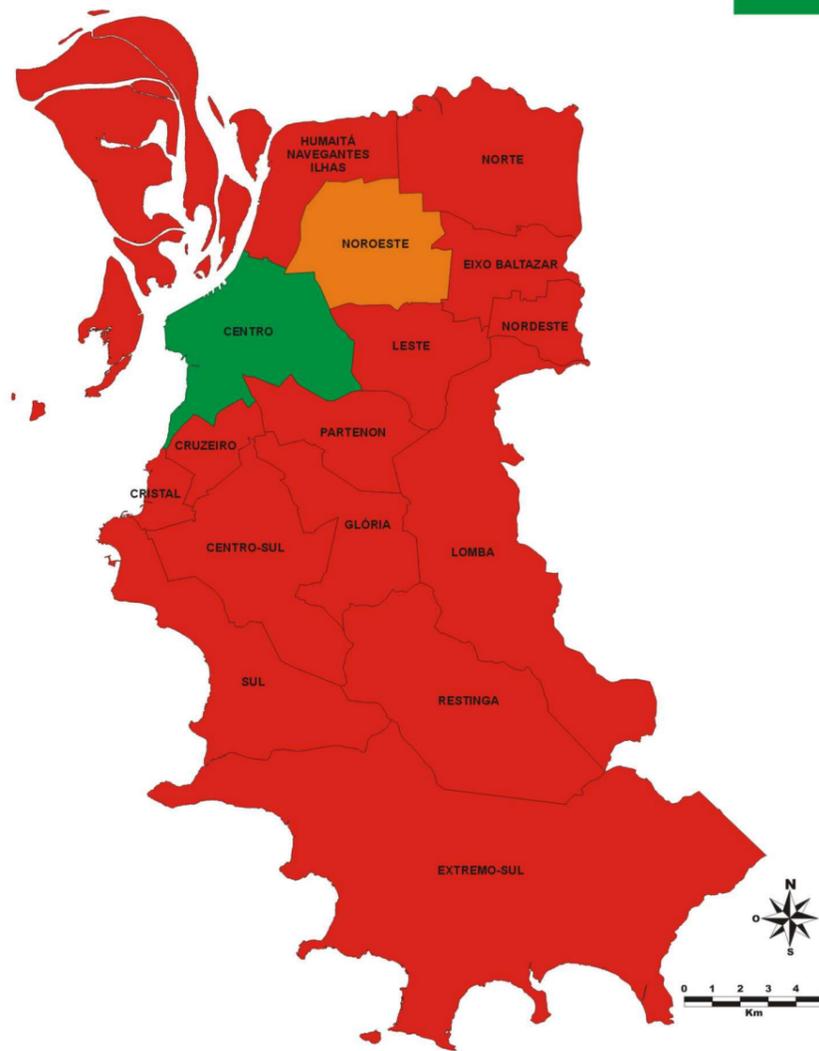
MAPA
ICV/EDU
23



<p>ÍNDICES*</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ 0,80 A 1,00 ALTO ■ 0,70 A 0,80 MÉDIO ■ 0,50 A 0,70 BAIXO ■ 0,00 A 0,50 MUITO BAIXO <p>* Quanto maior o índice, melhor a condição de vida</p>	<p>OBSERVAÇÕES:</p> <p>Vide Capítulo I - Conceitos e Indicadores</p> <p>Fonte: Elaboração GT Mapa da Inclusão e Exclusão Social Dados do Censo Demográfico de 2000/IBGE</p>
--	--

Longevidade

MAPA
ICV_LON
30



ÍNDICES*

- 0,80 A 1,00 **ALTO**
- 0,70 A 0,80 **MÉDIO**
- 0,50 A 0,70 **BAIXO**
- 0,00 A 0,50 **MUITO BAIXO**

* Quanto maior o índice, melhor a condição de vida

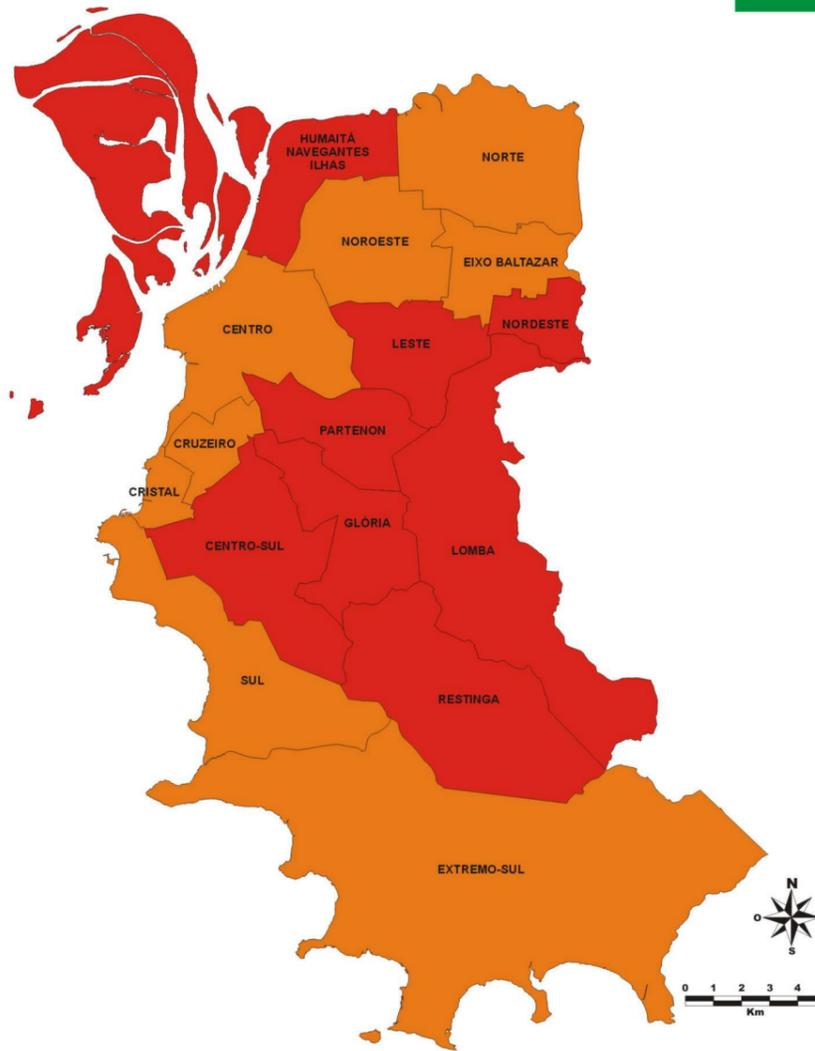
OBSERVAÇÕES:

- 1.ICV_LON31 - Coeficiente de Mortalidade Infantil
- 2.ICV_LON32 - Índice de Envelhecimento

Fonte: Elaboração GT Mapa da Inclusão e Exclusão Social
Dados do Censo Demográfico de 2000/IBGE

Taxa de Mortalidade Infantil

MAPA
ICV_LON
31



<p>ÍNDICES*</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ 0,80 A 1,00 ALTO ■ 0,70 A 0,80 MÉDIO ■ 0,50 A 0,70 BAIXO ■ 0,00 A 0,50 MUITO BAIXO <p>* Quanto maior o índice, melhor a condição de vida</p>	<p>OBSERVAÇÕES:</p> <p>Vide Capítulo I - Conceitos e Indicadores</p> <p>Fonte: Elaboração GT Mapa da Inclusão e Exclusão Social Dados do Censo Demográfico de 2000/IBGE</p>
--	--

Índice de Envelhecimento

MAPA
ICV_LON
32



ÍNDICES*

- 0,80 A 1,00 **ALTO**
- 0,70 A 0,80 **MÉDIO**
- 0,50 A 0,70 **BAIXO**
- 0,00 A 0,50 **MUITO BAIXO**

* Quanto maior o índice, melhor a condição de vida

OBSERVAÇÕES:

Vide Capítulo I - Conceitos e Indicadores

Fonte: Elaboração GT Mapa da Inclusão e Exclusão Social
Dados do Censo Demográfico de 2000/IBGE

Infância e Adolescência

MAPA
ICV_INF
40



<p>ÍNDICES*</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ 0,80 A 1,00 ALTO ■ 0,70 A 0,80 MÉDIO ■ 0,50 A 0,70 BAIXO ■ 0,00 A 0,50 MUITO BAIXO <p>* Quanto maior o índice, melhor a condição de vida</p>	<p>OBSERVAÇÕES:</p> <ul style="list-style-type: none"> 1.ICV_INF41 - Taxa de Escolarização de Crianças de 4 a 6 Anos 2.ICV_INF42 - Taxa de Escolarização de Crianças de 7 a 14 Anos 3.ICV_INF43 - Taxa de Escolarização da População de 15 a 17 Anos <p>Fonte: Elaboração GT Mapa da Inclusão e Exclusão Social Dados do Censo Demográfico de 2000/IBGE</p>
--	---

Taxa de Escolarização de Crianças de 4 a 6 Anos

MAPA
ICV_INF
41



ÍNDICES*

- 0,80 A 1,00 **ALTO**
- 0,70 A 0,80 **MÉDIO**
- 0,50 A 0,70 **BAIXO**
- 0,00 A 0,50 **MUITO BAIXO**

* Quanto maior o índice, melhor a condição de vida

OBSERVAÇÕES:

Vide Capítulo I - Conceitos e Indicadores

Fonte: Elaboração GT Mapa da Inclusão e Exclusão Social
Dados do Censo Demográfico de 2000/IBGE

Taxa de Escolarização de Crianças de 7 a 14 Anos

MAPA
ICV_INF
42



<p>ÍNDICES*</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ 0,80 A 1,00 ALTO ■ 0,70 A 0,80 MÉDIO ■ 0,50 A 0,70 BAIXO ■ 0,00 A 0,50 MUITO BAIXO <p>* Quanto maior o índice, melhor a condição de vida</p>		<p>OBSERVAÇÕES:</p> <p>Vide Capítulo I - Conceitos e Indicadores</p> <p>Fonte: Elaboração GT Mapa da Inclusão e Exclusão Social Dados do Censo Demográfico de 2000/IBGE</p>
--	--	--

Taxa de Escolarização da População de 15 a 17 Anos

MAPA
ICV_INF
43



ÍNDICES*

- 0,80 A 1,00 **ALTO**
- 0,50 A 0,70 **BAIXO**
- 0,00 A 0,50 **MUITO BAIXO**

* Quanto maior o índice, melhor a condição de vida

OBSERVAÇÕES:

Vide Capítulo I - Conceitos e Indicadores

Fonte: Elaboração GT Mapa da Inclusão e Exclusão Social
Dados do Censo Demográfico de 2000/IBGE

Condições habitacionais

MAPA
ICV_HAB
50



<p>ÍNDICES*</p> <ul style="list-style-type: none"> 0,80 A 1,00 ALTO 0,70 A 0,80 MÉDIO 0,50 A 0,70 BAIXO 0,00 A 0,50 MUITO BAIXO <p><small>* Quanto maior o índice, melhor a condição de vida</small></p>	<p>OBSERVAÇÕES:</p> <p>1.ICV_HAB51 - % de Domicílios c/Abastecimento de Água Adequado</p> <p>2.ICV_HAB52 - % de Domicílios c/Esgotamento Sanitário Adequado</p> <p>3.ICV_HAB53 - % de Domicílios c/Recolhimento de Lixo Adequado</p> <p style="text-align: right; font-size: small;">Fonte: Elaboração GT Mapa da Inclusão e Exclusão Social Dados do Censo Demográfico de 2000/IBGE</p>
---	---

% de Domicílios c/Abastecimento de Água Adequado

MAPA
ICV_HAB
51



ÍNDICES*

- 0,80 A 1,00 **ALTO**
- 0,70 A 0,80 **MÉDIO**
- 0,50 A 0,70 **BAIXO**
- 0,00 A 0,50 **MUITO BAIXO**

* Quanto maior o índice,
melhor a condição de vida

OBSERVAÇÕES:

Vide Capítulo I - Conceitos e Indicadores

Fonte: Elaboração GT Mapa da Inclusão e Exclusão Social
Dados do Censo Demográfico de 2000/IBGE

% de Domicílios c/Esgotamento Sanitário Adequado

MAPA
ICV_HAB
52



<p>ÍNDICES*</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ 0,80 A 1,00 ALTO ■ 0,70 A 0,80 MÉDIO ■ 0,50 A 0,70 BAIXO ■ 0,00 A 0,50 MUITO BAIXO <p>* Quanto maior o índice, melhor a condição de vida</p>	<p>OBSERVAÇÕES:</p> <p>Vide Capítulo I - Conceitos e Indicadores</p> <p>Fonte: Elaboração GT Mapa da Inclusão e Exclusão Social Dados do Censo Demográfico de 2000/IBGE</p>
--	--

% de Domicílios c/Recolhimento de Lixo Adequado

MAPA
ICV_HAB
53



ÍNDICES*

- 0,80 A 1,00 **ALTO**
- 0,70 A 0,80 **MÉDIO**
- 0,50 A 0,70 **BAIXO**
- 0,00 A 0,50 **MUITO BAIXO**

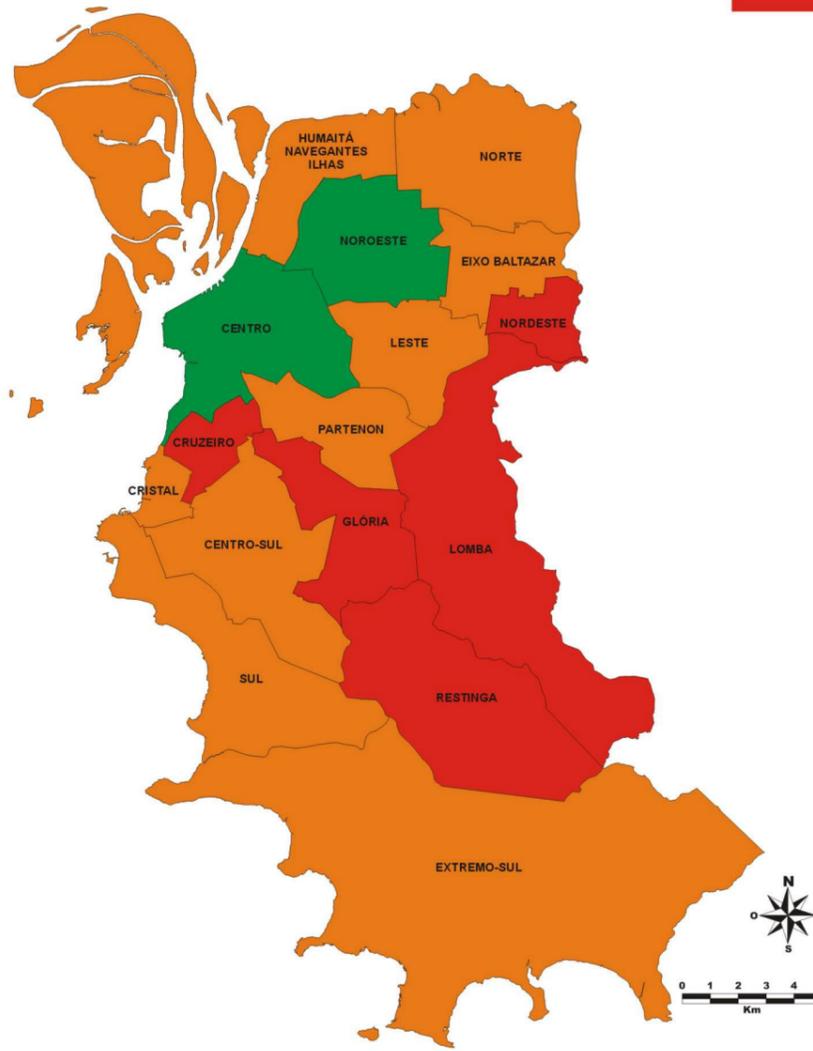
* Quanto maior o índice,
melhor a condição de vida

OBSERVAÇÕES:

Vide Capítulo I - Conceitos e Indicadores

Fonte: Elaboração GT Mapa da Inclusão e Exclusão Social
Dados do Censo Demográfico de 2000/IBGE

Índice de Vulnerabilidade Social - POA



<p>ÍNDICES*</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ 0,80 A 1,00 ALTO ■ 0,70 A 0,80 MÉDIO ■ 0,50 A 0,70 BAIXO ■ 0,00 A 0,50 MUITO BAIXO <p><small>* Quanto maior o índice, menor a vulnerabilidade social</small></p>	<p>OBSERVAÇÕES: Dimensões</p> <p>1. Renda IVS_REN10; 2. Educação IVS_EDU20; 3. Longevidade IVS_LON30; 4. Vulnerabilidade Infanto-Juvenil IVS_VIJ40; 5. Desenvolvimento Infantil IVS_INF50 e 6. Habitação IVS_HAB60</p> <p><small>Fonte: Elaboração GT Mapa da Inclusão e Exclusão Social Dados do Censo Demográfico de 2000/IBGE</small></p>
--	---

Renda

MAPA
IVS REN
10

ÍNDICES*

- 0,80 A 1,00 **ALTO**
- 0,70 A 0,80 **MÉDIO**
- 0,50 A 0,70 **BAIXO**
- 0,00 A 0,50 **MUITO BAIXO**

* Quanto maior o índice, menor a vulnerabilidade social

OBSERVAÇÕES:

- 1.IVS_REN11 - % de Responsáveis p/Domicílios s/Rendimentos
- 2.IVS_REN12 - % de Responsáveis p/Domicílios c/Rendimentos de até 1 Salário Mínimo
- 3.IVS_REN13 - % de Responsáveis p/Domicílios c/Rendimentos de até 2 Salários Mínimos

Fonte: Elaboração GT Mapa da Inclusão e Exclusão Social
Dados do Censo Demográfico de 2000/IBGE

% de Responsáveis p/Domicílios s/Rendimentos

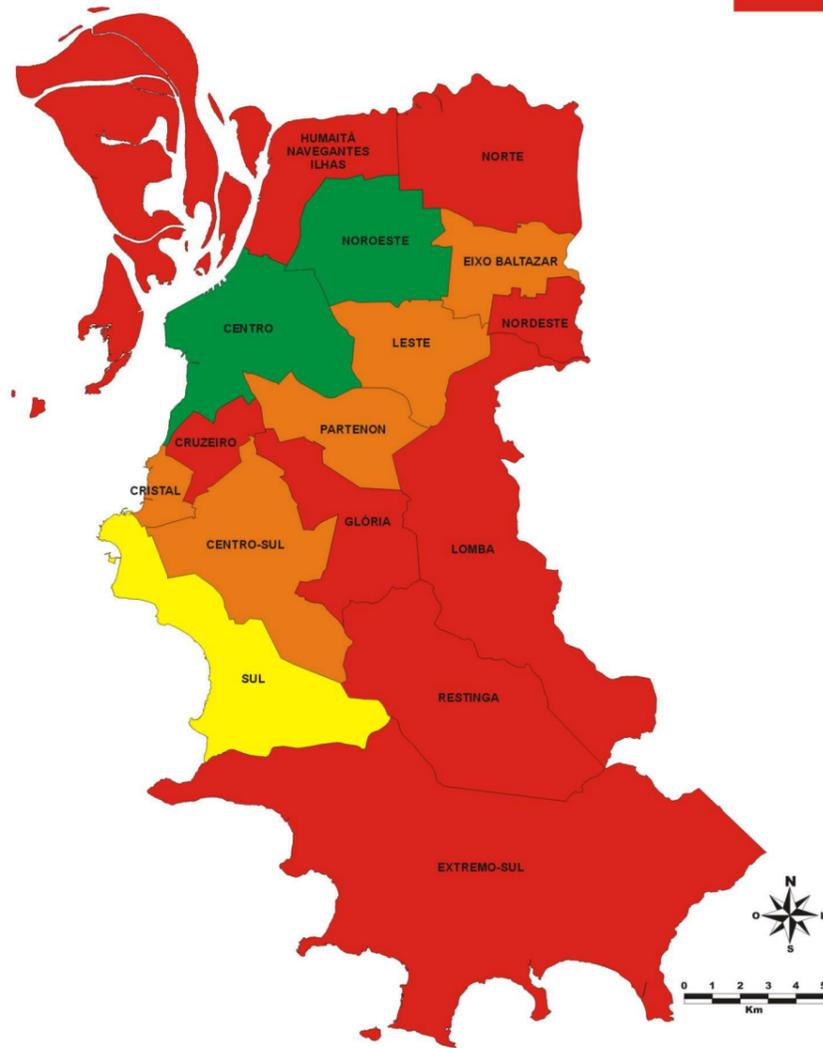
MAPA
IVS REN
11



<p>ÍNDICES*</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ 0,80 A 1,00 ALTO ■ 0,70 A 0,80 MÉDIO ■ 0,50 A 0,70 BAIXO ■ 0,00 A 0,50 MUITO BAIXO <p>* Quanto maior o índice, menor a vulnerabilidade social</p>	<p>OBSERVAÇÕES:</p> <p>Vide Capítulo I - Conceitos e Indicadores</p> <p>Fonte: Elaboração GT Mapa da Inclusão e Exclusão Social Dados do Censo Demográfico de 2000/IBGE</p>
---	--

% de Responsáveis p/Domicílios c/Rendimentos de até 1 SM

MAPA
IVS REN
12



ÍNDICES*

- 0,80 A 1,00 **ALTO**
- 0,70 A 0,80 **MÉDIO**
- 0,50 A 0,70 **BAIXO**
- 0,00 A 0,50 **MUITO BAIXO**

* Quanto maior o índice, menor a vulnerabilidade social

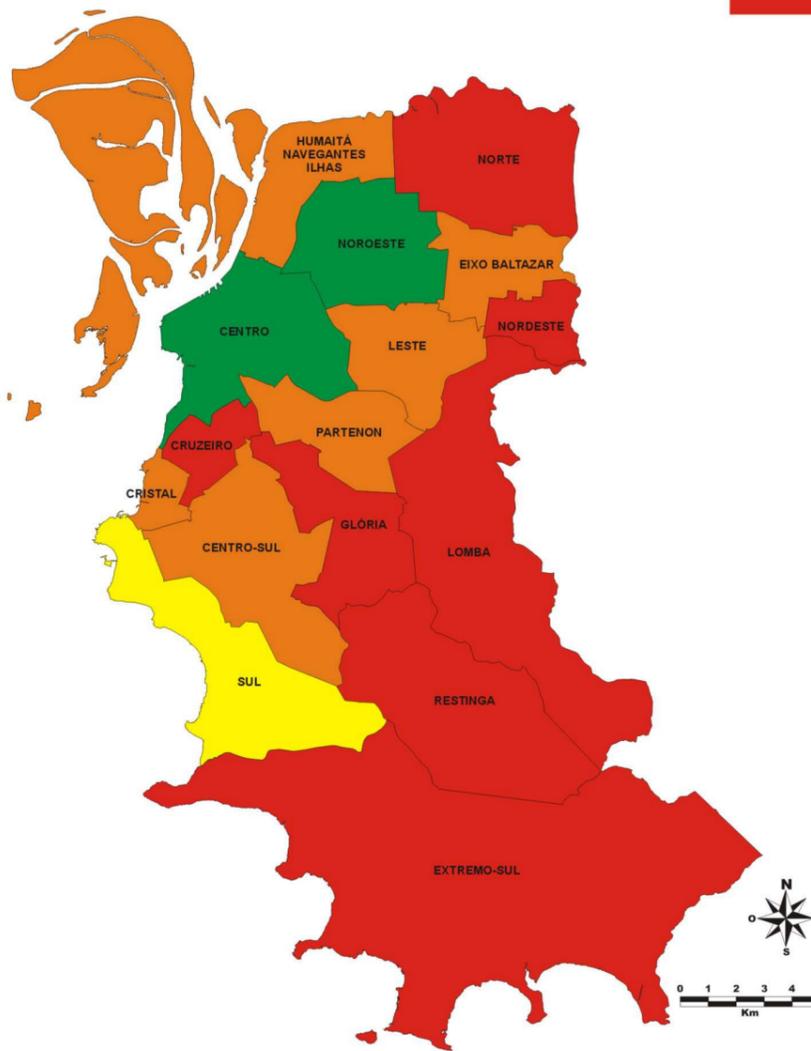
OBSERVAÇÕES:

Vide Capítulo I - Conceitos e Indicadores

Fonte: Elaboração GT Mapa da Inclusão e Exclusão Social
Dados do Censo Demográfico de 2000/IBGE

% de Responsáveis p/Domicílios
c/Rendimentos de até 2 SM

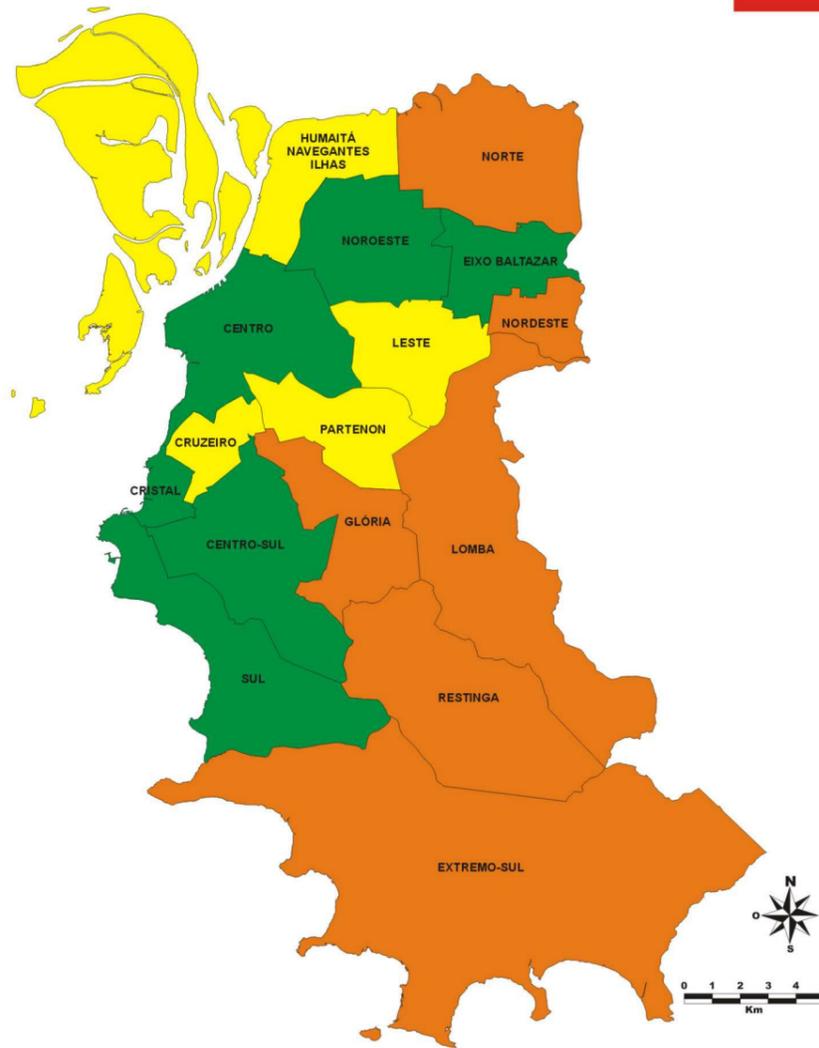
MAPA
IVS REN
13



<p>ÍNDICES*</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ 0,80 A 1,00 ALTO ■ 0,70 A 0,80 MÉDIO ■ 0,50 A 0,70 BAIXO ■ 0,00 A 0,50 MUITO BAIXO <p><small>* Quanto maior o índice, menor a vulnerabilidade social</small></p>	<p>OBSERVAÇÕES:</p> <p><i>Vide Capítulo I - Conceitos e Indicadores</i></p> <p><small>Fonte: Elaboração GT Mapa da Inclusão e Exclusão Social Dados do Censo Demográfico de 2000/IBGE</small></p>
--	--

Educação

MAPA
IVS_EDU
20



ÍNDICES*

- 0,80 A 1,00 **ALTO**
- 0,70 A 0,80 **MÉDIO**
- 0,50 A 0,70 **BAIXO**
- 0,00 A 0,50 **MUITO BAIXO**

* Quanto maior o índice, menor a vulnerabilidade social

OBSERVAÇÕES:

- 1.IVS_EDU21 - % de Responsáveis p/Domicílios Não Alfabetizados
- 2.IVS_EDU22 - % de Responsáveis p/Domicílios c/Menos de 4 Anos de Estudo
- 3.IVS_EDU23 - % de Responsáveis p/Domicílios c/Menos de 8 Anos de Estudo

Fonte: Elaboração GT Mapa da Inclusão e Exclusão Social
Dados do Censo Demográfico de 2000/IBGE

% de Responsáveis p/Domicílios Não Alfabetizados

MAPA
IVS_EDU
21



<p>ÍNDICES*</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ 0,80 A 1,00 ALTO ■ 0,70 A 0,80 MÉDIO ■ 0,50 A 0,70 BAIXO ■ 0,00 A 0,50 MUITO BAIXO <p>* Quanto maior o índice, menor a vulnerabilidade social</p>	<p>OBSERVAÇÕES:</p> <p>Vide Capítulo I - Conceitos e Indicadores</p> <p>Fonte: Elaboração GT Mapa da Inclusão e Exclusão Social Dados do Censo Demográfico de 2000/IBGE</p>
---	--

% de Responsáveis p/Domicílios c/Menos de 4 Anos de Estudo

MAPA
IVS_EDU
22



ÍNDICES*

- 0,80 A 1,00 **ALTO**
- 0,70 A 0,80 **MÉDIO**
- 0,50 A 0,70 **BAIXO**
- 0,00 A 0,50 **MUITO BAIXO**

* Quanto maior o índice, menor a vulnerabilidade social

OBSERVAÇÕES:

Vide Capítulo I - Conceitos e Indicadores

Fonte: Elaboração GT Mapa da Inclusão e Exclusão Social
Dados do Censo Demográfico de 2000/IBGE

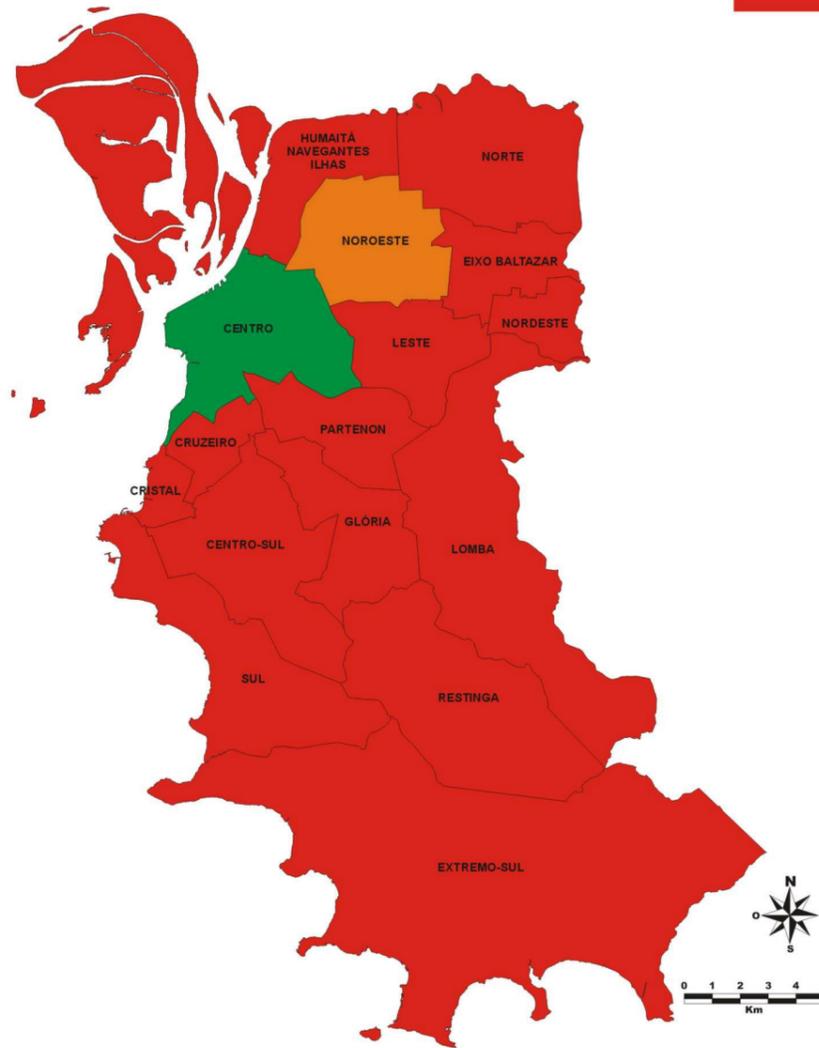
% de Responsáveis p/Domicílios
c/Menos de 8 Anos de Estudo

MAPA
IVS_EDU
23



Longevidade

MAPA
IVS_LON
30



ÍNDICES*

- 0,80 A 1,00 **ALTO**
- 0,70 A 0,80 **MÉDIO**
- 0,50 A 0,70 **BAIXO**
- 0,00 A 0,50 **MUITO BAIXO**

* Quanto maior o índice, menor a vulnerabilidade social

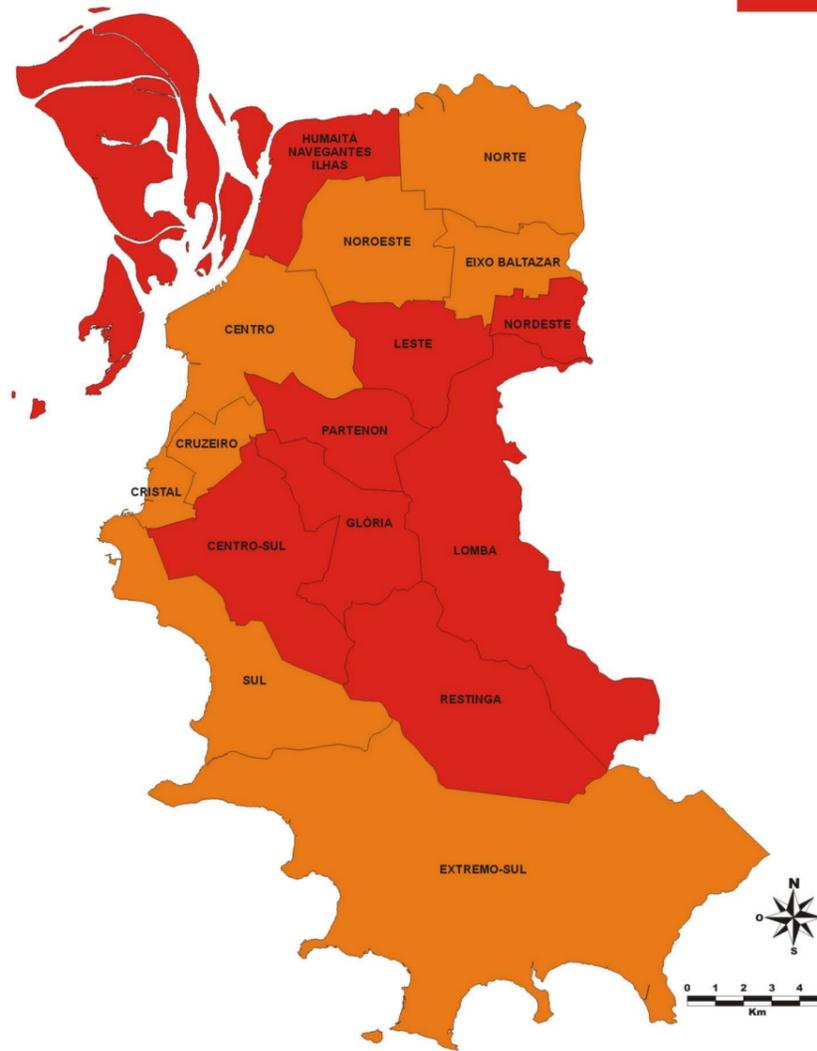
OBSERVAÇÕES:

- 1.IVS_LON31 - Coeficiente de Mortalidade Infantil
- 2.IVS_LON32 - Índice de Envelhecimento

Fonte: Elaboração GT Mapa da Inclusão e Exclusão Social
Dados do Censo Demográfico de 2000/IBGE

Taxa de Mortalidade Infantil

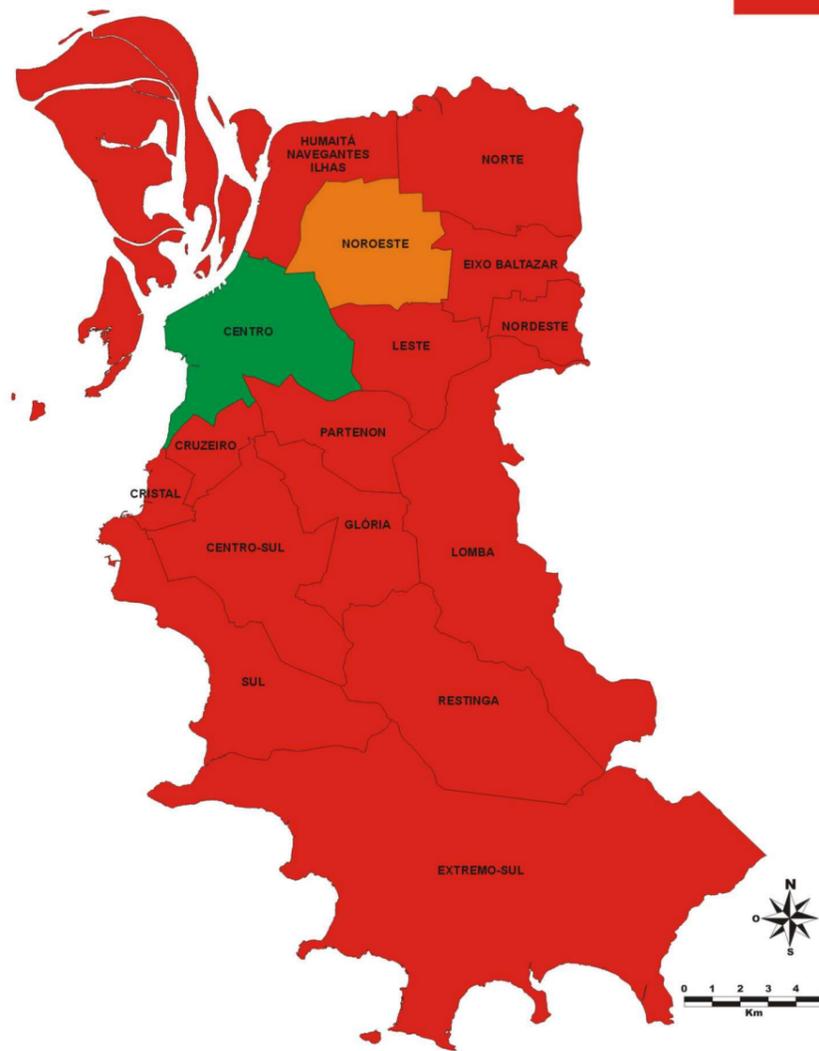
MAPA
IVS_LON
31



<p>ÍNDICES*</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ 0,80 A 1,00 ALTO ■ 0,70 A 0,80 MÉDIO ■ 0,50 A 0,70 BAIXO ■ 0,00 A 0,50 MUITO BAIXO <p>* Quanto maior o índice, menor a vulnerabilidade social</p>	<p>OBSERVAÇÕES:</p> <p>Vide Capítulo I - Conceitos e Indicadores</p> <p>Fonte: Elaboração GT Mapa da Inclusão e Exclusão Social Dados do Censo Demográfico de 2000/IBGE</p>
---	--

Índice de Envelhecimento

MAPA
IVS_LON
32



ÍNDICES*

- 0,80 A 1,00 **ALTO**
- 0,70 A 0,80 **MÉDIO**
- 0,50 A 0,70 **BAIXO**
- 0,00 A 0,50 **MUITO BAIXO**

* Quanto maior o índice, menor a vulnerabilidade social

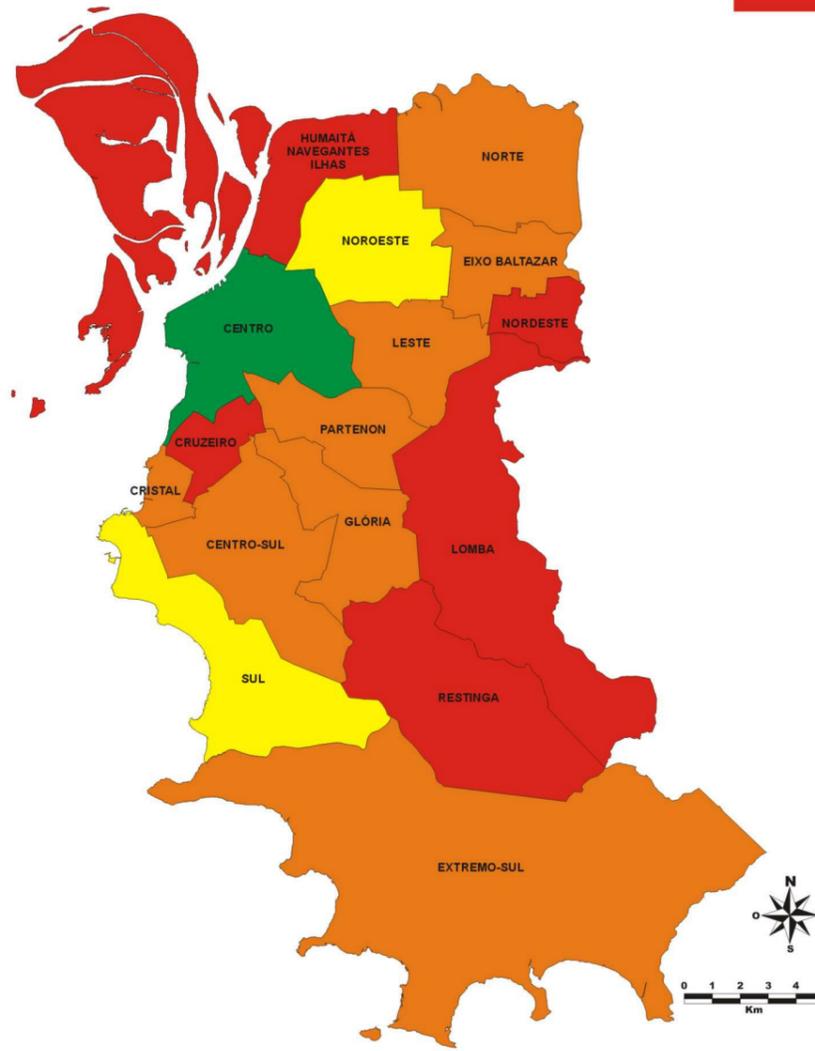
OBSERVAÇÕES:

Vide Capítulo I - Conceitos e Indicadores

Fonte: Elaboração GT Mapa da Inclusão e Exclusão Social
Dados do Censo Demográfico de 2000/IBGE

Vulnerabilidade Infanto-Juvenil

MAPA
IVS_VIJ
40



<p>ÍNDICES*</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ 0,80 A 1,00 ALTO ■ 0,70 A 0,80 MÉDIO ■ 0,50 A 0,70 BAIXO ■ 0,00 A 0,50 MUITO BAIXO <p>* Quanto maior o índice, menor a vulnerabilidade social</p>	<p>OBSERVAÇÕES:</p> <p>1.IVS_VIJ41 - % de Crianças e Adolescentes</p> <p>2.IVS_VIJ42 - Taxa de Homicídios</p> <p>Fonte: Elaboração GT Mapa da Inclusão e Exclusão Social Dados do Censo Demográfico de 2000/IBGE</p>
---	---

% de Crianças e Adolescentes

MAPA
IVS_VIJ
41



ÍNDICES*

- 0,80 A 1,00 **ALTO**
- 0,70 A 0,80 **MÉDIO**
- 0,50 A 0,70 **BAIXO**
- 0,00 A 0,50 **MUITO BAIXO**

* Quanto maior o índice, menor a vulnerabilidade social

OBSERVAÇÕES:

Vide Capítulo I - Conceitos e Indicadores

Fonte: Elaboração GT Mapa da Inclusão e Exclusão Social
Dados do Censo Demográfico de 2000/IBGE

Taxa de Homicídios

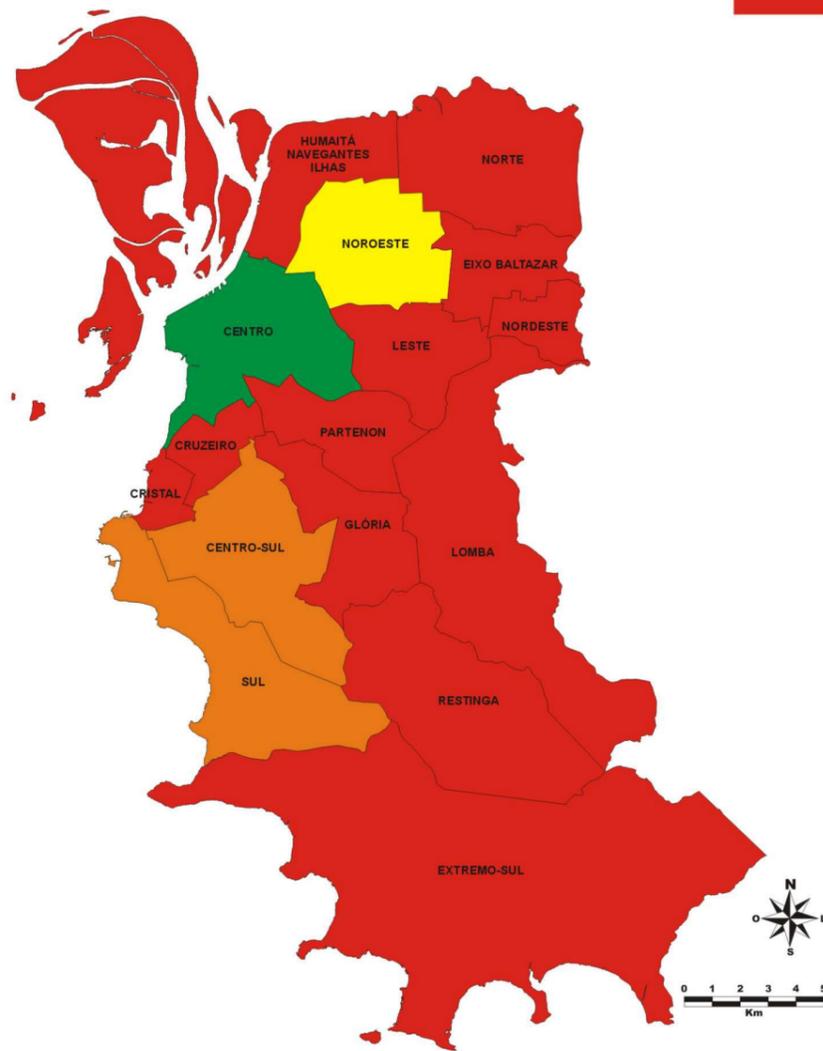
MAPA
IVS_VIJ
42



<p>ÍNDICES*</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ 0,80 A 1,00 ALTO ■ 0,70 A 0,80 MÉDIO ■ 0,50 A 0,70 BAIXO ■ 0,00 A 0,50 MUITO BAIXO <p>* Quanto maior o índice, menor a vulnerabilidade social</p>	<p>OBSERVAÇÕES:</p> <p>Vide Capítulo I - Conceitos e Indicadores</p> <p>Fonte: Elaboração GT Mapa da Inclusão e Exclusão Social Dados do Censo Demográfico de 2000/IBGE</p>
---	--

Desenvolvimento Infantil

MAPA
IVS_INF
50



ÍNDICES*

- 0,80 A 1,00 **ALTO**
- 0,70 A 0,80 **MÉDIO**
- 0,50 A 0,70 **BAIXO**
- 0,00 A 0,50 **MUITO BAIXO**

* Quanto maior o índice, menor a vulnerabilidade social

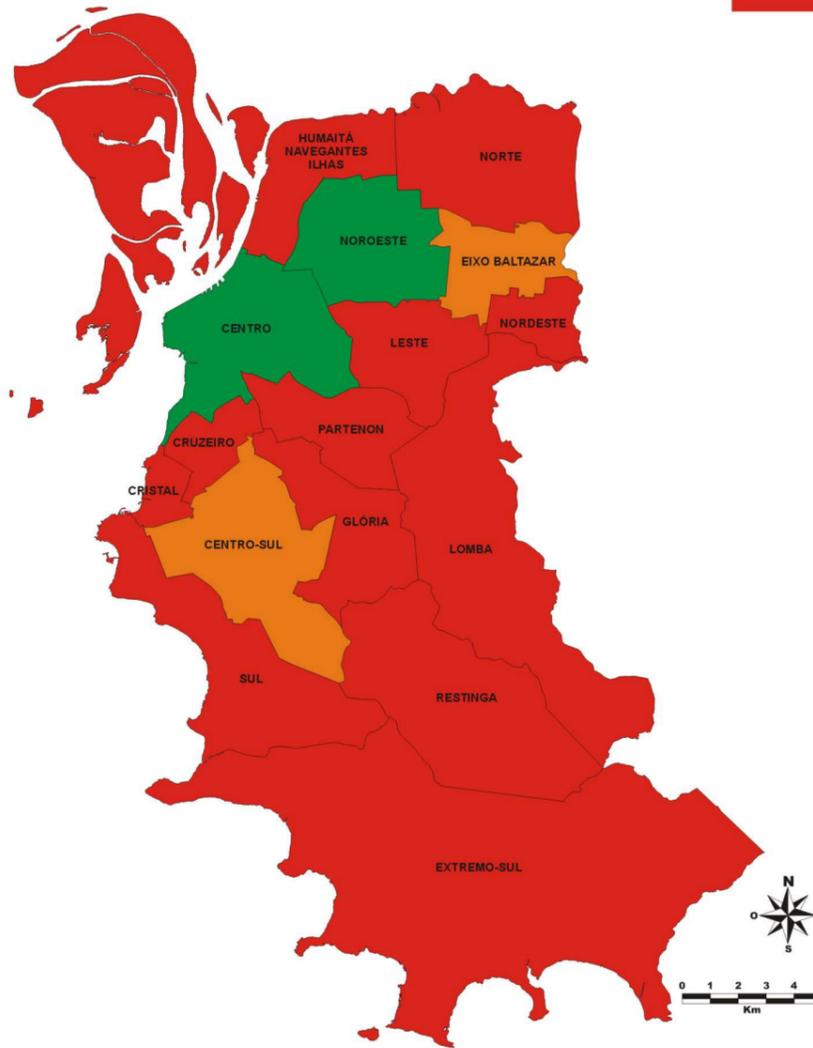
OBSERVAÇÕES:

1.IVS_INF51 - % de Nascidos Vivos de Mães c/Menos de 8 Anos de Estudo
 2.IVS_INF52 - % de Nascidos Vivos de Mães c/Menos de 20 Anos
 3.IVS_INF53 - % de Crianças de 0 a 6 Anos que Frequentam Escola
 4.IVS_INF54 - % de Crianças de 7 a 14 Anos que Frequentam Escola

Fonte: Elaboração GT Mapa da Inclusão e Exclusão Social
 Dados do Censo Demográfico de 2000/IBGE

% de Nascidos Vivos de Mães c/Menos de 8 Anos de Estudo

MAPA
IVS_INF
51



<p>ÍNDICES*</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ 0,80 A 1,00 ALTO ■ 0,70 A 0,80 MÉDIO ■ 0,50 A 0,70 BAIXO ■ 0,00 A 0,50 MUITO BAIXO <p><small>* Quanto maior o índice, menor a vulnerabilidade social</small></p>	<p>OBSERVAÇÕES:</p> <p><i>Vide Capítulo I - Conceitos e Indicadores</i></p> <p><small>Fonte: Elaboração GT Mapa da Inclusão e Exclusão Social Dados do Censo Demográfico de 2000/IBGE</small></p>
--	--

% de Nascidos Vivos de Mães c/Menos de 20 Anos

MAPA
IVS_INF
52



ÍNDICES*

- 0,80 A 1,00 **ALTO**
- 0,70 A 0,80 **MÉDIO**
- 0,50 A 0,70 **BAIXO**
- 0,00 A 0,50 **MUITO BAIXO**

* Quanto maior o índice, menor a vulnerabilidade social

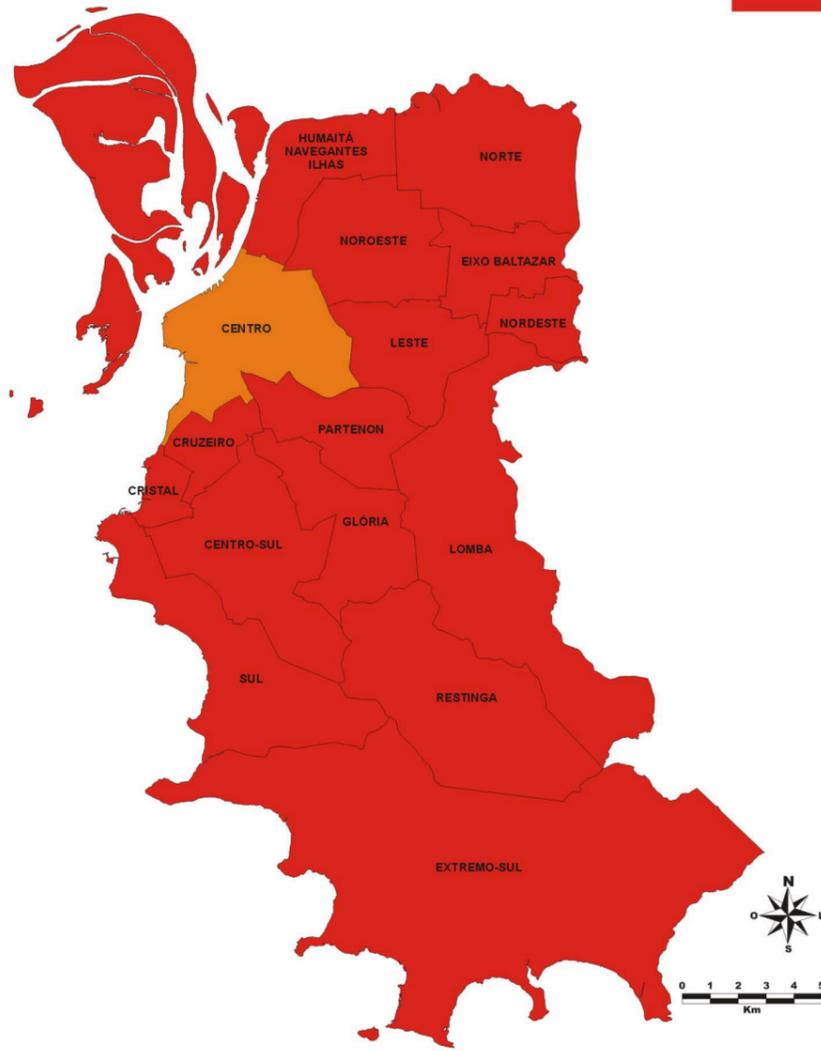
OBSERVAÇÕES:

Vide Capítulo I - Conceitos e Indicadores

Fonte: Elaboração GT Mapa da Inclusão e Exclusão Social
Dados do Censo Demográfico de 2000/IBGE

% de Crianças de 0 a 6 Anos que Frequentam Escola

MAPA
IVS_INF
53



<p>ÍNDICES*</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ 0,80 A 1,00 ALTO ■ 0,70 A 0,80 MÉDIO ■ 0,50 A 0,70 BAIXO ■ 0,00 A 0,50 MUITO BAIXO <p>* Quanto maior o índice, menor a vulnerabilidade social</p>	<p>OBSERVAÇÕES:</p> <p>Vide Capítulo I - Conceitos e Indicadores</p> <p>Fonte: Elaboração GT Mapa da Inclusão e Exclusão Social Dados do Censo Demográfico de 2000/IBGE</p>
---	--

% de Crianças de 7 a 14 Anos que Frequentam Escola

MAPA
IVS_INF
54



ÍNDICES*

- 0,80 A 1,00 **ALTO**
- 0,70 A 0,80 **MÉDIO**
- 0,50 A 0,70 **BAIXO**
- 0,00 A 0,50 **MUITO BAIXO**

* Quanto maior o índice, menor a vulnerabilidade social

OBSERVAÇÕES:

Vide Capítulo I - Conceitos e Indicadores

Fonte: Elaboração GT Mapa da Inclusão e Exclusão Social
Dados do Censo Demográfico de 2000/IBGE

Habitação

MAPA
IVS_HAB
60



<p>ÍNDICES*</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ 0,80 A 1,00 ALTO ■ 0,70 A 0,80 MÉDIO ■ 0,50 A 0,70 BAIXO ■ 0,00 A 0,50 MUITO BAIXO <p><small>* Quanto maior o índice, menor a vulnerabilidade social</small></p>	<p>OBSERVAÇÕES:</p> <p>1.IVS_HAB61 - % de Domicílios em Aglomerados Subnormais</p> <p>2.IVS_HAB62 - % de Domicílios em Situação de Irregularidade Fundiária</p> <p><small>Fonte: Elaboração GT Mapa da Inclusão e Exclusão Social Dados do Censo Demográfico de 2000/IBGE</small></p>
--	--

% de Domicílios em Aglomerados Subnormais

MAPA
IVS_HAB
61



ÍNDICES*

- 0,80 A 1,00 **ALTO**
- 0,70 A 0,80 **MÉDIO**
- 0,50 A 0,70 **BAIXO**
- 0,00 A 0,50 **MUITO BAIXO**

* Quanto maior o índice, menor a vulnerabilidade social

OBSERVAÇÕES:

Vide Capítulo I - Conceitos e Indicadores

Fonte: Elaboração GT Mapa da Inclusão e Exclusão Social
Dados do Censo Demográfico de 2000/IBGE

% de Domicílios em Situação de Irregularidade Fundiária

MAPA IVS HAB 62



<p>ÍNDICES*</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ 0,80 A 1,00 ALTO ■ 0,70 A 0,80 MÉDIO ■ 0,50 A 0,70 BAIXO ■ 0,00 A 0,50 MUITO BAIXO <p>* Quanto maior o índice, menor a vulnerabilidade social</p>	<p>OBSERVAÇÕES:</p> <p>Vide Capítulo I - Conceitos e Indicadores</p> <p>Fonte: Elaboração GT Mapa da Inclusão e Exclusão Social Dados do DEMHAB</p>
---	--

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRIAGADA, C. (2000) *Pobreza en América Latina: Nuevos escenarios y desafíos de políticas para el hábitat urbano*. Serie Medio Ambiente y Desarrollo. División de Medio Ambiente y Asentamientos Humanos. Santiago de Chile: Comisión Económica para la América Latina y el Caribe-CEPAL.
- ARRIAGADA, I. e GODOY, L. (1999) *Seguridad ciudadana y violencia en América Latina: diagnóstico y políticas en los años noventa*. Serie Políticas Sociales. División de Desarrollo Social. Santiago de Chile: Comisión Económica para la América Latina y el Caribe-CEPAL.
- BYNNER, J. (s/d.) *Use of longitudinal data in the study of social exclusion*. Centre for Longitudinal Studies, Institute of Education. London, UK: OECD.
- CASTEL, R. (1998) *As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- CASTELLS, M. (1999) *Fim de Milênio*. São Paulo: Paz e Terra (A era da informação: economia, sociedade e cultura, v. 3).
- COMBES, J. (s/d.) *Social Exclusion*. London, UK: OECD.
- D'ANDREA, L. *et alii*. (2000) *Social Risk Analysis (SRA): theoretical foundations, application strategies and research prospects*. Roma: CERFE GROUP. <http://www.gruppo.cerfe.org>.
- HOLZMANN, R. e JORGENSEN, S. (2000) *Manejo Social del Riesgo: Un nuevo marco conceptual para la protección social y más allá*. Departamento de Protección Social, Red de Desarrollo Humano. Banco Mundial.
- IBGE/IPEA/Fundação João Pinheiro e PNUD/ONU (2003). *Novo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*. Brasília: IBGE, IPEA, FJP e PNUD/ONU.
- IBGE/IPEA (1996). *Dimensões das carências sociais: informações municipais*. Rio de Janeiro: IBGE/IPEA.
- KOGA, D. (2003). *Medidas de Cidades: entre territórios de vida e territórios vividos*. São Paulo: Cortez.

- MASTROPIETRO, E. (2001) *Rapid Appraisal Method of Social Exclusion and Poverty (RAMSEP Project) Handbook*. European Commission, Directorate General, Employment and Social Affairs. CERFE GROUP. Roma. <http://www.gruppo.cerfe.org>.
- NARAYAN, D. (2000). *Bonds and Bridges: Social Capital and Poverty*. Poverty Group, PREM, World Bank. Washington, D.C.
- OCAMPO, J. A. (2000). *Equidad, Desarrollo y Ciudadanía: una visión global*. Capítulo 2. Santiago de Chile: CEPAL.
- POCHMANN, M. e Amorim, R. (orgs.) (2002). *Atlas da Exclusão Social no Brasil*, vol. 1. São Paulo: Cortez.
- POCHMANN, M. et al. [org.] (2003). *Atlas da Exclusão Social no Brasil: dinâmica e manifestação territorial*, vol. 2. São Paulo: Cortez.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE (1999). *Mapa da Exclusão Social de Belo Horizonte*.
- PNUD/IPEA (1998). *Desenvolvimento Humano e Condições de Vida: Indicadores brasileiros*. Brasília: PNUD.
- QUINTI, G. (2000) *Exclusion sociale et pauvreté: vers des nouveaux modèles de mesure et d'évaluation*. CERFE GROUP. Roma. <http://www.gruppo.cerfe.org>.
- ROCHA, S. (2003). *Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?* Rio de Janeiro: FGV.
- UNICEF/Fundo das Nações Unidas para a Infância (2001). *A Situação Mundial da Infância 2001: Desenvolvimento Infantil*. Brasília:UNICEF.
- UNITED NATIONS (1997). *Human Development Report 1997*. New York: UNDP. Disponível em <http://www.undp.org>.
- VIGNOLI, J.R. (2000) *Vulnerabilidad demográfica: una faceta de las desventajas sociales*. Serie Población y Desarrollo n. 5. Proyecto Regional de Población CELADE-FNUAP (Fondo de Población de las Naciones Unidas/Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía-CELADE). División de Población. Santiago de Chile: CEPAL/ECLAC.
- WORLD BANK (1990) *World Development Report 1990: Poverty*. Washington, DC: World Bank.
- XIBERRAS, M. (1993) *As Teorias da Exclusão: para uma construção do imaginário do desvio*. Lisboa: Instituto Piaget.

ANEXO ESTATÍSTICO

ÍNDICE DE CONDIÇÕES DE VIDA - POA	TAB1.0 ICV POA
1.RENDA	TAB1.1 ICV RENDA
2.EDUCAÇÃO	TAB1.2 ICV EDUCAÇÃO
3.LONGEVIDADE	TAB1.3 ICV LONGEVIDADE
4.INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	TAB1.4 ICV INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
5.CONDIÇÕES HABITACIONAIS	TAB1.5 ICV CONDIÇÕES HABITACIONAIS

TAB1.0. ICV POA

Regiões de Orçamento Participativo		IND Renda	IND Educação	IND Longevidade	IND Infância e Adolescência	IND Cond Habitacionais	ICV Regional	Ranking
1	Humaitá/Ilhas/Navegantes	0,17	0,62	0,28	0,74	0,92	0,54	9
2	Noroeste	0,63	0,80	0,60	0,86	0,99	0,76	2
3	Leste	0,34	0,67	0,30	0,57	0,97	0,56	5
4	Lomba do Pinheiro	0,04	0,51	0,26	0,44	0,89	0,43	15
5	Norte	0,10	0,56	0,38	0,49	0,97	0,50	11
6	Nordeste	0,00	0,50	0,14	0,44	0,90	0,39	16
7	Parthenon	0,27	0,66	0,32	0,57	0,97	0,55	7
8	Restinga	0,05	0,54	0,22	0,50	0,94	0,45	14
9	Glória	0,16	0,58	0,32	0,43	0,93	0,48	12
10	Cruzeiro	0,27	0,63	0,33	0,46	0,97	0,53	10
11	Cristal	0,42	0,73	0,39	0,50	0,97	0,59	4
12	Centro-Sul	0,30	0,67	0,37	0,53	0,98	0,56	6
13	Extremo-Sul	0,10	0,54	0,36	0,47	0,83	0,46	13
14	Eixo-Baltazar	0,20	0,64	0,35	0,59	0,98	0,55	8
15	Sul	0,68	0,75	0,40	0,70	0,98	0,69	3
16	Centro	1,00	0,93	0,83	1,00	1,00	0,93	1
PORTO ALEGRE		0,44	0,72	0,28	0,66	0,92	0,60	

Fonte: Elaboração Própria GT-Mapa da Inclusão e Exclusão Social de Porto Alegre.

TAB1.1. ICV RENDA

Regiões de Orçamento Participativo		Renda Média Resp. Domicílio	Desigualdade de Renda	Índice Renda	Índice Desigualdade	IND RENDA	Ranking
1	Humaitá/Ilhas/Navegantes	5,62	0,14	0,21	0,13	0,17	10
2	Noroeste	12,34	0,57	0,69	0,57	0,63	3
3	Leste	8,47	0,27	0,41	0,26	0,34	5
4	Lomba do Pinheiro	3,48	0,03	0,06	0,02	0,04	15
5	Norte	4,41	0,08	0,13	0,07	0,10	13
6	Nordeste	2,61	0,01	0,00	0,00	0,00	16
7	Partenon	7,11	0,23	0,32	0,22	0,27	7
8	Restinga	3,56	0,04	0,07	0,03	0,05	14
9	Glória	5,37	0,13	0,19	0,12	0,16	11
10	Cruzeiro	7,32	0,22	0,33	0,21	0,27	8
11	Cristal	9,37	0,38	0,48	0,37	0,42	4
12	Centro-Sul	7,57	0,25	0,35	0,24	0,30	6
13	Extremo-Sul	4,44	0,08	0,13	0,07	0,10	12
14	Eixo-Baltazar	6,03	0,16	0,24	0,15	0,20	9
15	Sul	13,80	0,57	0,79	0,56	0,68	2
16	Centro	16,81	1,00	1,00	1,00	1,00	1
PORTO ALEGRE		9,93	0,37	0,52	0,36	0,44	

Fonte: Elaboração Própria GT-Mapa da Inclusão e Exclusão Social de Porto Alegre com base nos dados do IBGE, Censo Demográfico 2000: Resultados do Universo, setores censitários.

TAB1.2. ICV EDUCAÇÃO

Regiões de Orçamento Participativo		Taxa Alfabetização	Nº Médio Anos Est Resp. Dom.	% Resp Dom c/+ 11 anos estudo	IND Taxa Alfabetização	IND Nº Médio Anos Est Resp Dom.	IND Resp Dom c/+ 11 anos estudo	IND EDUCAÇÃO	Ranking
1	Humaitá/Ilhas/Navegantes	94,9	7,5	14,6	0,95	0,50	0,26	0,62	10
2	Noroeste	98,5	10,4	38,4	0,99	0,69	0,67	0,80	2
3	Leste	95,6	8,3	21,4	0,96	0,55	0,37	0,67	6
4	Lomba do Pinheiro	93,1	5,3	3,3	0,93	0,35	0,06	0,51	15
5	Norte	95,1	6,5	6,5	0,95	0,43	0,11	0,56	12
6	Nordeste	92,4	5,2	1,6	0,92	0,35	0,03	0,50	16
7	Partenon	95,8	8,2	19,9	0,96	0,55	0,35	0,66	7
8	Restinga	94,0	6,2	3,5	0,94	0,41	0,06	0,54	14
9	Glória	94,2	6,9	10,2	0,94	0,46	0,18	0,58	11
10	Cruzeiro	93,8	7,6	17,9	0,94	0,51	0,31	0,63	9
11	Cristal	96,3	9,3	28,9	0,96	0,62	0,51	0,73	4
12	Centro-Sul	96,7	8,4	19,9	0,97	0,56	0,35	0,67	5
13	Extremo-Sul	92,5	6,2	6,8	0,93	0,41	0,12	0,54	13
14	Eixo-Baltazar	97,4	8,1	14,1	0,97	0,54	0,25	0,64	8
15	Sul	96,9	9,5	32,9	0,97	0,63	0,58	0,75	3
16	Centro	99,2	12,2	57,1	0,99	0,81	1,00	0,93	1
PORTO ALEGRE		96,5	9,1	28,4	0,97	0,61	0,50	0,72	

Fonte: Elaboração Própria GT-Mapa da Inclusão e Exclusão Social de Porto Alegre com base nos dados do IBGE, Censo Demográfico 2000: Resultados do Universo, setores censitários.

TAB1.3. ICV LONGEVIDADE

Regiões de Orçamento Participativo		Taxa de Mortalidade Infantil	Índice de Envelhecimento	Índice Mortalidade	Índice Envelhecimento	IND LONGEVIDADE	Ranking
1	Humaitá/Ilhas/Navegantes	20,4	41,01	0,33	0,22	0,28	13
2	Noroeste	12,8	89,21	0,58	0,61	0,60	2
3	Leste	18,8	39,11	0,39	0,21	0,30	12
4	Lomba do Pinheiro	16,4	19,45	0,47	0,05	0,26	14
5	Norte	12,1	32,35	0,61	0,15	0,38	5
6	Nordeste	22,3	13,20	0,27	0,00	0,14	16
7	Partenon	18,5	44,53	0,40	0,25	0,32	10
8	Restinga	19,6	21,70	0,36	0,07	0,22	15
9	Glória	15,6	32,36	0,49	0,15	0,32	11
10	Cruzeiro	15,5	34,33	0,50	0,17	0,33	9
11	Cristal	14,1	43,47	0,54	0,24	0,39	4
12	Centro-Sul	16,2	45,86	0,47	0,26	0,37	6
13	Extremo-Sul	13,1	31,95	0,57	0,15	0,36	7
14	Eixo-Baltazar	14,3	33,92	0,54	0,17	0,35	8
15	Sul	14,7	46,78	0,52	0,27	0,40	3
16	Centro	10,2	137,53	0,67	1,00	0,83	1
PORTO ALEGRE		15,4	51,09	0,33	0,22	0,28	

Fonte: Elaboração Própria GT-Mapa da Inclusão e Exclusão Social de Porto Alegre com base nos dados do IBGE, Censo Demográfico 2000: Resultados do Universo, setores censitários e Secretaria Municipal da Saúde.

TAB1.4. ICV INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Regiões de Orçamento Participativo		Taxa Esc crianças 4 a 6 anos	Taxa Esc crianças 7 a 14 anos	Taxa Esc Pop 15 a 17 anos	Índice de Esc crianças 4 a 6 anos	Índice de Esc crianças 7 a 14 anos	Índice de Esc Pop 15 a 17 anos	IND INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	Ranking
1	Humaitá/Ilhas/Navegantes	42,60	100,00	79,90	0,43	1,00	0,80	0,74	3
2	Noroeste	63,40	100,00	93,78	0,63	1,00	0,94	0,86	2
3	Leste	35,90	92,40	42,51	0,36	0,92	0,43	0,57	6
4	Lomba do Pinheiro	16,20	100,00	17,70	0,16	1,00	0,18	0,44	15
5	Norte	34,40	93,30	19,31	0,34	0,93	0,19	0,49	11
6	Nordeste	18,50	100,00	13,08	0,19	1,00	0,13	0,44	14
7	Partenon	36,90	100,00	33,44	0,37	1,00	0,33	0,57	7
8	Restinga	31,90	96,80	20,80	0,32	0,97	0,21	0,50	9
9	Glória	29,00	81,20	19,64	0,29	0,81	0,20	0,43	16
10	Cruzeiro	30,10	81,90	25,66	0,30	0,82	0,26	0,46	13
11	Cristal	31,00	75,90	42,79	0,31	0,76	0,43	0,50	10
12	Centro-Sul	40,30	100,00	18,79	0,40	1,00	0,19	0,53	8
13	Extremo-Sul	21,70	100,00	21,00	0,22	1,00	0,21	0,47	12
14	Eixo-Baltazar	36,80	100,00	40,54	0,37	1,00	0,41	0,59	5
15	Sul	44,50	100,00	66,12	0,45	1,00	0,66	0,70	4
16	Centro	100,00	100,00	100,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1
PORTO ALEGRE		42,70	100,00	56,53	0,42	1,00	0,56	0,66	

Fonte: Elaboração Própria GT-Mapa da Inclusão e Exclusão Social de Porto Alegre com base nos dados da Secretaria Municipal de Educação (2002).

TAB1.5. ICV CONDIÇÕES HABITACIONAIS

Regiões de Orçamento Participativo		% Domicílios Abast. Água Adeq.	% Domicílios Esgot. Sanit. Adeq.	% Domicílios Recolhimento Lixo Adequado	Índice Água	Índice Esgoto	Índice Lixo	IND CONDIÇÕES HABITACIONAIS	Ranking
1	Humaitá/Ilhas/Navegantes	92,0	83,7	98,7	0,92	0,84	0,99	0,92	13
2	Noroeste	99,9	97,5	99,8	1,00	0,97	1,00	0,99	2
3	Leste	99,0	91,0	99,6	0,99	0,91	1,00	0,97	7
4	Lomba do Pinheiro	94,1	68,2	98,5	0,94	0,68	0,98	0,89	15
5	Norte	98,5	92,9	98,4	0,99	0,93	0,98	0,97	8
6	Nordeste	97,6	67,9	97,9	0,98	0,68	0,98	0,90	14
7	Partenon	98,4	90,8	99,4	0,98	0,91	0,99	0,97	10
8	Restinga	94,7	87,2	98,8	0,95	0,87	0,99	0,94	11
9	Glória	95,2	83,1	98,5	0,95	0,83	0,99	0,93	12
10	Cruzeiro	97,6	93,4	99,3	0,98	0,93	0,99	0,97	9
11	Cristal	99,3	90,7	99,6	0,99	0,91	1,00	0,97	6
12	Centro-Sul	99,1	93,3	99,6	0,99	0,93	1,00	0,98	5
13	Extremo-Sul	80,9	73,0	97,8	0,81	0,73	0,98	0,83	16
14	Eixo-Baltazar	99,6	93,8	99,4	1,00	0,94	0,99	0,98	3
15	Sul	99,0	94,3	99,6	0,99	0,94	1,00	0,98	4
16	Centro	99,8	99,7	99,9	1,00	1,00	1,00	1,00	1
PORTO ALEGRE		98,1	92,3	99,4	0,98	0,84	0,99	0,92	

Fonte: Elaboração Própria GT-Mapa da Inclusão e Exclusão Social de Porto Alegre com base nos dados do IBGE, Censo Demográfico 2000: Resultados do Universo, setores censitários.

ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL - POA	TAB2.0 IVS POA
1.RENDA	TAB2.1 IVS RENDA
2.EDUCAÇÃO	TAB2.2 IVS EDUCAÇÃO
3.LONGEVIDADE	TAB2.3 IVS LONGEVIDADE
4.VULNERABILIDADE INFANTO-JUVENIL	TAB2.4 IVS VULNERABILIDADE INFANTO-JUVENIL
5.DESENVOLVIMENTO INFANTIL	TAB2.5 IVS DESENVOLVIMENTO INFANTIL
6.HABITAÇÃO	TAB2.6 IVS HABITAÇÃO

TAB2.0. IVS POA

Regiões de Orçamento Participativo	IVS Renda	IVS Educação	IVS Longevidade	IVS Vulnerabilidade Infante Juvenil	IVS Desenvolvimento Infantil	IVS Habitação	IVS Regional	Ranking
1 Humaitá/Ilhas/Navegantes	0,52	0,73	0,28	0,48	0,43	0,64	0,51	11
2 Noroeste	0,86	0,91	0,60	0,79	0,77	0,94	0,81	2
3 Leste	0,55	0,77	0,30	0,54	0,47	0,60	0,54	8
4 Lomba do Pinheiro	0,22	0,62	0,26	0,43	0,34	0,66	0,42	13
5 Norte	0,44	0,67	0,38	0,59	0,48	0,53	0,51	9
6 Nordeste	0,00	0,55	0,14	0,21	0,31	0,05	0,21	16
7 Partenon	0,60	0,78	0,32	0,55	0,47	0,59	0,55	6
8 Restinga	0,20	0,65	0,22	0,29	0,31	0,80	0,41	14
9 Glória	0,34	0,69	0,32	0,58	0,37	0,57	0,48	12
10 Cruzeiro	0,39	0,71	0,33	0,42	0,31	0,24	0,40	15
11 Cristal	0,66	0,84	0,39	0,52	0,05	0,62	0,51	10
12 Centro-Sul	0,71	0,80	0,37	0,67	0,57	0,88	0,67	4
13 Extremo-Sul	0,40	0,63	0,36	0,55	0,41	0,90	0,54	7
14 Eixo-Baltazar	0,62	0,80	0,35	0,58	0,43	0,82	0,60	5
15 Sul	0,76	0,84	0,40	0,72	0,57	0,74	0,67	3
16 Centro	1,00	0,99	0,83	0,92	0,92	1,00	0,94	1
PORTO ALEGRE	0,67	0,85	0,40	0,63	0,53	0,76	0,64	

Fonte: Elaboração Própria GT-Mapa da Inclusão e Exclusão Social de Porto Alegre.

TAB2.1. IVS RENDA

Regiões de Orçamento Participativo		% Resp. Sem Renda	% Resp. Renda até 1 SM	% Resp. Renda até 2 SM	Ind s/Renda	Ind até 1 SM	Ind até 2 SM	IND RENDA	Ranking
1	Humaitá/Ilhas/Navegantes	6,01	12,70	31,22	0,63	0,40	0,50	0,52	8
2	Noroeste	3,94	4,80	12,78	0,86	0,85	0,88	0,86	2
3	Leste	6,51	11,02	28,09	0,58	0,50	0,56	0,55	8
4	Lomba do Pinheiro	9,37	17,10	44,83	0,27	0,15	0,22	0,22	14
5	Norte	7,39	12,83	34,88	0,49	0,39	0,42	0,44	10
6	Nordeste	11,90	19,68	55,39	0,00	0,00	0,00	0,00	16
7	Partenon	5,75	10,47	27,09	0,66	0,53	0,58	0,60	7
8	Restinga	10,05	17,22	43,30	0,20	0,14	0,25	0,20	15
9	Glória	9,04	13,74	36,49	0,31	0,34	0,39	0,34	13
10	Cruzeiro	8,28	13,49	34,56	0,39	0,35	0,43	0,39	12
11	Cristal	5,69	8,34	22,91	0,67	0,65	0,67	0,66	5
12	Centro-Sul	4,41	8,41	23,85	0,81	0,64	0,65	0,71	4
13	Extremo-Sul	5,93	17,22	39,42	0,64	0,14	0,33	0,40	11
14	Eixo-Baltazar	6,08	8,71	25,48	0,63	0,63	0,62	0,62	6
15	Sul	4,55	7,15	18,98	0,79	0,72	0,75	0,76	3
16	Centro	2,56	2,19	6,83	1,00	1,00	1,00	1,00	1
PORTO ALEGRE		5,41	8,51	22,74	0,70	0,64	0,67	0,67	

Fonte: Elaboração Própria GT-Mapa da Inclusão e Exclusão Social de Porto Alegre com base nos dados do IBGE, Censo Demográfico 2000: Resultados do Universo, setores censitários.

TAB2.2. IVS EDUCAÇÃO

Regiões de Orçamento Participativo		% Resp. não alfabetizado (1)	% Resp. c/ menos de 4 anos de estudo (2)	% Resp. c/ menos de 8 anos de estudo (3)	Índice 1	Índice 2	Índice 3	IND EDUCAÇÃO	Ranking
1	Humaitá/Ilhas/Navegantes	6,0	17,9	48,6	0,94	0,82	0,42	0,73	9
2	Noroeste	1,3	6,9	25,6	0,99	0,93	0,80	0,91	2
3	Leste	4,9	15,3	43,4	0,95	0,85	0,51	0,77	8
4	Lomba do Pinheiro	7,7	22,9	65,8	0,92	0,77	0,14	0,62	15
5	Norte	5,6	19,9	58,0	0,94	0,80	0,27	0,67	12
6	Nordeste	8,4	27,8	74,4	0,92	0,72	0,00	0,55	16
7	Partenon	4,1	13,5	42,7	0,96	0,86	0,52	0,78	7
8	Restinga	6,8	20,5	61,3	0,93	0,79	0,22	0,65	13
9	Glória	7,0	19,2	54,9	0,93	0,81	0,32	0,69	11
10	Cruzeiro	7,3	19,6	50,3	0,93	0,80	0,40	0,71	10
11	Cristal	3,7	11,8	34,1	0,96	0,88	0,66	0,84	3
12	Centro-Sul	3,5	12,3	40,1	0,97	0,88	0,56	0,80	5
13	Extremo-Sul	8,4	24,3	62,2	0,92	0,76	0,20	0,63	14
14	Eixo-Baltazar	2,7	11,8	41,2	0,97	0,88	0,55	0,80	6
15	Sul	3,6	11,4	34,7	0,96	0,89	0,65	0,84	4
16	Centro	0,5	2,9	13,7	1,00	0,97	1,00	0,99	1
PORTO ALEGRE		3,6	12,1	37,2	0,96	0,97	0,61	0,85	

Fonte: Elaboração Própria GT-Mapa da Inclusão e Exclusão Social de Porto Alegre com base nos dados do IBGE, Censo Demográfico 2000: Resultados do Universo, setores censitários.

TAB2.3. IVS LONGEVIDADE

Regiões de Orçamento Participativo		Taxa de Mortalidade Infantil	Índice de Envelhecimento	Índice de Mortalidade	Índice Envelhecimento	IND LONGEVIDADE	Ranking
1	Humaitá/Ilhas/Navegantes	20,4	41,01	0,33	0,22	0,28	13
2	Noroeste	12,8	89,21	0,58	0,61	0,60	2
3	Leste	18,8	39,11	0,39	0,21	0,30	12
4	Lomba do Pinheiro	16,4	19,45	0,47	0,05	0,26	14
5	Norte	12,1	32,35	0,61	0,15	0,38	5
6	Nordeste	22,3	13,20	0,27	0,00	0,14	16
7	Partenon	18,5	44,53	0,40	0,25	0,32	10
8	Restinga	19,6	21,70	0,36	0,07	0,22	15
9	Glória	15,6	32,36	0,49	0,15	0,32	11
10	Cruzeiro	15,5	34,33	0,50	0,17	0,33	9
11	Cristal	14,1	43,47	0,54	0,24	0,39	4
12	Centro-Sul	16,2	45,86	0,47	0,26	0,37	6
13	Extremo-Sul	13,1	31,95	0,57	0,15	0,36	7
14	Eixo-Baltazar	14,3	33,92	0,54	0,17	0,35	8
15	Sul	14,7	46,78	0,52	0,27	0,40	3
16	Centro	10,2	137,53	0,67	1,00	0,83	1
PORTO ALEGRE		15,4	51,09	0,50	0,30	0,40	

Fonte: Elaboração Própria GT-Mapa da Inclusão e Exclusão Social de Porto Alegre com base nos dados do IBGE, Censo Demográfico 2000: Resultados do Universo, setores censitários e Secretaria Municipal de Saúde.

TAB2.4. IVS VULNERABILIDADE INFANTO-JUVENIL

Regiões de Orçamento Participativo		% crianças e adolescentes (0 a 19 anos)	Taxa de Homicídios(*)	Índice de Crianças e Adolescentes	Índice Homicídios	IND VULNERABILID. INFANTO-JUVENIL	Ranking
1	Humaitá/Ilhas/Navegantes	33,8	3,4	0,42	0,51	0,48	12
2	Noroeste	23,4	1,7	0,84	0,76	0,79	2
3	Leste	33,4	2,7	0,44	0,61	0,54	10
4	Lomba do Pinheiro	40,6	2,6	0,14	0,63	0,43	13
5	Norte	34,8	1,9	0,38	0,73	0,59	5
6	Nordeste	44,1	4,6	0,00	0,34	0,21	16
7	Partenon	32,7	2,8	0,47	0,60	0,55	9
8	Restinga	40,1	4,4	0,16	0,37	0,29	15
9	Glória	36,4	1,7	0,31	0,76	0,58	7
10	Cruzeiro	36,8	3,5	0,30	0,50	0,42	14
11	Cristal	31,2	3,4	0,53	0,51	0,52	11
12	Centro-Sul	31,2	1,6	0,53	0,77	0,67	4
13	Extremo-Sul	36,0	2,1	0,33	0,70	0,55	8
14	Eixo-Baltazar	32,1	2,5	0,49	0,64	0,58	6
15	Sul	30,6	1,2	0,55	0,83	0,72	3
16	Centro	19,6	0,9	1,00	0,87	0,92	1
PORTO ALEGRE		28,9	2,5	0,62	0,64	0,63	

Fonte: Elaboração Própria GT-Mapa da Inclusão e Exclusão Social de Porto Alegre com base nos dados do IBGE, Censo Demográfico 2000: Resultados do Universo, setores censitários e Secretaria Municipal de Saúde.

(*) Por 10.000 habitantes.

TAB2.5. IVS DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Regiões de Orçamento Participativo		% RN mães < 8 anos Estudo(*)	% RN mães < 20 anos(*)	% 0 a 6 Frequentam Escola (**)	% 7 a 14 Frequentam Escola (**)	Ind % RN Mães < 8 anos Estudo	Ind % RN Mães < 20 anos	Ind 0 a 6 Frequentam Escola	Ind 7 a 14 Frequentam Escola	IND DESENVOLVIM. INFANTIL	Ranking
1	Humaitá/Ilhas/Navegantes	55,8	22,1	26,7	100,0	0,12	0,33	0,27	1,00	0,43	9
2	Noroeste	24,9	12,6	43,0	100,0	0,84	0,82	0,43	1,00	0,77	2
3	Leste	48,2	21,0	22,4	96,6	0,30	0,39	0,22	0,97	0,47	6
4	Lomba do Pinheiro	60,8	24,4	13,3	100,0	0,00	0,21	0,13	1,00	0,34	12
5	Norte	47,5	21,1	25,2	95,9	0,31	0,38	0,25	0,96	0,48	5
6	Nordeste	60,3	27,3	15,9	100,0	0,01	0,07	0,16	1,00	0,31	14
7	Partenon	49,7	21,2	23,2	100,0	0,26	0,38	0,23	1,00	0,47	7
8	Restinga	59,9	28,6	22,6	100,0	0,02	0,00	0,23	1,00	0,31	13
9	Glória	53,9	23,2	19,5	85,5	0,16	0,28	0,20	0,86	0,37	11
10	Cruzeiro	59,8	25,8	20,9	85,0	0,02	0,14	0,21	0,85	0,31	15
11	Cristal	59,8	25,8	20,0	79,9	0,02	0,14	0,20	0,80	0,05	16
12	Centro-Sul	39,2	18,6	25,3	100,0	0,51	0,51	0,25	1,00	0,57	3
13	Extremo-Sul	57,2	20,1	14,0	100,0	0,08	0,43	0,14	1,00	0,41	10
14	Eixo-Baltazar	36,6	16,3	25,1	100,0	0,57	0,63	0,25	1,00	0,43	8
15	Sul	43,1	17,7	29,2	100,0	0,42	0,56	0,29	1,00	0,57	4
16	Centro	18,2	9,0	69,3	100,0	1,00	1,00	0,69	1,00	0,92	1
PORTO ALEGRE		44,9	19,5	28,6	100,0	0,37	0,46	0,29	1,00	0,53	

Fonte: Elaboração Própria GT-Mapa da Inclusão e Exclusão Social de Porto Alegre com base nos dados da Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Educação.

(*) Média 1996-2000

(**) 2002

TAB2.6. IVS HABITAÇÃO

Regiões de Orçamento Participativo		% Domicílios Aglom Subn	% Domicílios Irregulares	Índice Domicílios Aglom Subn	Índice Domicílios Irregulares (*)	IND HABITAÇÃO	Ranking
1	Humaitá/Ilhas/Navegantes	10,1	26,0	0,72	0,61	0,64	9
2	Noroeste	3,2	4,0	0,91	0,95	0,94	2
3	Leste	17,9	24,4	0,50	0,64	0,60	11
4	Lomba do Pinheiro	5,5	27,9	0,84	0,58	0,66	8
5	Norte	10,0	36,8	0,72	0,44	0,53	14
6	Nordeste	29,6	65,3	0,17	0,00	0,05	16
7	Partenon	9,6	31,0	0,73	0,53	0,59	12
8	Restinga	8,3	13,1	0,77	0,81	0,80	5
9	Glória	9,8	33,4	0,73	0,50	0,57	13
10	Cruzeiro	35,7	43,4	0,00	0,34	0,24	15
11	Cristal	17,8	22,4	0,50	0,67	0,62	10
12	Centro-Sul	3,7	9,7	0,90	0,87	0,88	4
13	Extremo-Sul	0,1	10,4	1,00	0,85	0,90	3
14	Eixo-Baltazar	6,6	12,7	0,82	0,82	0,82	5
15	Sul	12,8	15,3	0,64	0,78	0,74	7
16	Centro	0,5	1,1	0,99	1,00	1,00	1
PORTO ALEGRE		8,3	16,9	0,77	0,75	0,76	

Fonte: Elaboração Própria GT-Mapa da Inclusão e Exclusão Social de Porto Alegre com base nos dados do IBGE, Censo Demográfico 2000: Resultados do Universo, setores censitários e Departamento Municipal de Habitação.

(*) Levantamento referente a 2002.